

MESTRADO EM HISTÓRIA E PATRIMÓNIO

RAMO A: ESTUDOS LOCAIS E REGIONAIS — CONSTRUÇÃO DE MEMÓRIAS

Elites, laços de sangue e parentesco espiritual

As relações de poder na Câmara de Santa Cruz de Ribatâmega (1692-1780)

Ana Catarina Grenha da Mota

M

2023



Ana Catarina Grenha da Mota

Elites, laços de sangue e parentesco espiritual
As relações de poder na Câmara de Santa Cruz de
Ribatâmega (1692-1780)

Dissertação realizada no âmbito do Mestrado em História e Património, orientada pela
Professora Doutora Maria Helena Cardoso Osswald e pelo Professor Doutor José Ramiro
Marques de Queirós Gomes Pimenta

Faculdade de Letras da Universidade do Porto

2023

Aos meus avós paternos,

Maria da Glória Pereira e Agostinho Pereira da Mota

Sumário

DECLARAÇÃO DE HONRA	7
AGRADECIMENTOS	8
RESUMO	9
ABSTRACT	10
ÍNDICE DE ÁRVORES DE RELAÇÕES SOCIAIS	11
ÍNDICE DE FOTOGRAFIAS	12
ÍNDICE DE QUADROS	13
ÍNDICE DE GRÁFICOS	14
LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS	15
INTRODUÇÃO	16
CAPÍTULO I — O CONCELHO DE SANTA CRUZ DE RIBATÂMEGA.....	28
1.1. RECONSTITUIÇÃO DO TERRITÓRIO E AS SUAS DIVISÕES: ADMINISTRATIVA E ECLESIASTICA	28
1.2. A POPULAÇÃO CONCELHIA NO SÉCULO XVIII	33
1.3. AS ATIVIDADES ECONÓMICAS	37
1.4. OS SENHORES DE SANTA CRUZ DE RIBATÂMEGA (SÉCULOS XII-XVIII)	41
1.5. O PODER LOCAL.....	49
CAPÍTULO II — A “GOVERNANÇA” DE SANTA CRUZ E A SUA REDE SOCIAL NO SÉCULO XVIII.....	61
2.1. A RELAÇÃO ENTRE AS ELITES LOCAIS E O PODER LOCAL	61
2.2. AS VERAÇÕES CAMARÁRIAS DE SANTA CRUZ DE RIBATÂMEGA ENTRE 1692 E 1780	66
2.2.1. <i>Análise da composição das vereações camarárias</i>	66
2.2.2. <i>As famílias da governança</i>	69
2.2.2.1. Família Sanhudo.....	69
2.2.2.2. Família Vasconcelos	75
2.2.2.2.1. Famílias Pereira, Baldaia, Cabral e Montenegro.....	79
2.2.2.3. Família Ribeiro de Vasconcelos-Moreira-Babo	83
Descendentes de Baltazar de Matos de Moura e Ribeiro de Vasconcelos	86
Descendentes de Gaspar Luís de Moura	90
2.2.2.3.1. Famílias Teixeira e Sá	93
2.2.3. <i>O perfil social das vereações e as suas redes de sociabilidade.....</i>	<i>99</i>

2.3. ELITES, O PATRIMÓNIO E A MEMÓRIA — A “MATERIALIZAÇÃO” DA PERPETUAÇÃO DE MEMÓRIA E IDENTIDADE DAS ELITES	114
CONCLUSÃO	119
FONTES.....	122
BIBLIOGRAFIA.....	125
ANEXOS.....	131
ANEXO 1 — PODERES CIVIS E RELIGIOSOS EM SANTA CRUZ DE RIBATÂMEGA	132
ANEXO 2 — LUGARES DAS FREGUESIAS REFERENCIADOS NAS <i>MEMÓRIAS PAROQUIAIS</i>	133
ANEXO 3 — PADROADO/APRESENTAÇÃO DAS PARÓQUIAS	135
ANEXO 4 — NÚMEROS APROXIMADOS DA POPULAÇÃO	136
ANEXO 5 — PRODUTOS PRODUZIDOS EM CADA UMA DAS FREGUESIAS (<i>MEMÓRIAS PAROQUIAIS</i>)	138
ANEXO 6 — ÁRVORE GENEALÓGICA DA CASA DE SOUSA	141
ANEXO 7 — ÁRVORE GENEALÓGICA DA FAMÍLIA CASTRO	142
ANEXO 8 — ÁRVORE GENEALÓGICA DA CASA DE SABUGAL-PALMA-ÓBIDOS	143
ANEXO 9 — ÁRVORE GENEALÓGICA DA FAMÍLIA SANHUDO	144
ANEXO 10 — ÁRVORE GENEALÓGICA DA FAMÍLIA VASCONCELOS	145
ANEXO 11 — ÁRVORE GENEALÓGICA DAS FAMÍLIAS PEREIRA, BALDAIA, CABRAL E MONTENEGRO (I)	146
ANEXO 12 — ÁRVORE GENEALÓGICA DAS FAMÍLIAS PEREIRA, BALDAIA, CABRAL E MONTENEGRO (II)	147
ANEXO 13 — ÁRVORE GENEALÓGICA DA FAMÍLIA RIBEIRO DE VASCONCELOS/MOREIRA/BABO	148
ANEXO 14 — ÁRVORE GENEALÓGICA DA FAMÍLIA RIBEIRO DE VASCONCELOS (COM VASCONCELOS DA CASA DO CARVALHO)	149
ANEXO 15 — ÁRVORE GENEALÓGICA DA FAMÍLIA BABO-TEIXEIRA-SÁ	150
ANEXO 16 — AS RELAÇÕES DE PARENTESCO ESPIRITUAL ENTRE OS HOMENS DA GOVERNANÇA EM S. SALVADOR DE REAL (1710-1730)	151
ANEXO 17 — ERMIDAS E PADROEIROS DAS FREGUESIAS DE SANTA CRUZ DE RIBATÂMEGA EM 1726 E 1758.....	154

Declaração de honra

Declaro que o presente dissertação é de minha autoria e não foi utilizado previamente noutro curso ou unidade curricular, desta ou de outra instituição. As referências a outros autores (afirmações, ideias, pensamentos) respeitam escrupulosamente as regras da atribuição, e encontram-se devidamente indicadas no texto e nas referências bibliográficas, de acordo com as normas de referência. Tenho consciência de que a prática de plágio e auto-plágio constitui um ilícito académico.

Porto, 15 de setembro de 2023

Ana Catarina Grenha da Mota

Agradecimentos

Em primeiro lugar, gostaria de agradecer à Professora Helena Osswald e ao Professor José Ramiro Pimenta, os meus orientadores científicos. Obrigada pelo apoio, pelos conselhos, pela paciência — a vossa ajuda foi, sem dúvida, fundamental para que esta dissertação chegasse até aqui.

Gostaria igualmente de agradecer aos funcionários do Arquivo Municipal de Amarante e da Biblioteca Municipal Albano Sardoeira pela simpatia, pela atenção e pela ajuda que sempre se prontificaram a dar.

Como filha de professores e amiga de outras duas futuras professoras, sinto também necessidade de agradecer a todos os Professores dos quais tive o prazer de ser aluna ao longo de toda a minha vida escolar e académica. Com eles, não só aprendi os conteúdos científicos, mas cada um deles também contribuiu para a minha formação cívica e para a pessoa que sou hoje. O trabalho deles é, sem dúvida, um dos pilares da sociedade democrática em que temos o privilégio de viver.

Agradeço também às amigas de sempre e, especialmente, às amigas que fiz durante a minha vida académica — Ana, Joana e Tetty. Como já vos disse inúmeras vezes, a vossa amizade foi das melhores coisas que a vida académica me deu. Obrigada por tudo, meninas.

À família, obrigada por lidarem com a minha ansiedade e tentarem fazer-me sentir melhor da melhor forma que sabem.

Mãe e Pai, por saber de tudo o que fazem por mim, infelizmente não tenho palavras suficientes para vos agradecer. Este último ano não foi particularmente fácil para nenhum dos três, mas sem vocês, sem o vosso apoio e o vosso amor, nada disto teria sido possível. Obrigada por tudo.

Às pessoas a quem dedico esta dissertação: aos avós de Infesta, que infelizmente já cá não estão — fisicamente e mentalmente —, o tempo que tive com eles não foi suficiente. Contudo, é graças às histórias sobre eles que me vão sendo contadas que me apercebi que a memória familiar é importante para todas as famílias, independentemente da condição social. Como a única neta que tiveram, darei o meu melhor para honrar essa memória no futuro e deixá-los orgulhosos. Obrigada.

Resumo

A Coroa Portuguesa recomendava que as vereações municipais fossem constituídas pelos “melhores”, os “principais das terras” e os “de melhor nobreza”, preferencialmente aqueles que fossem descendentes das famílias mais antigas e nobres de cada concelho.

Porém, as características socioeconómicas dos concelhos são determinantes para a composição social das vereações, sendo diferentes conforme os contextos locais. As relações de sangue, o poder económico ou a formação académica são alguns dos fatores a procurar analisar no estudo da governação do antigo concelho de Santa Cruz de Ribatâmega (cujas freguesias estão atualmente distribuídas pelos concelhos de Amarante, Penafiel, Marco de Canaveses, Lousada e Felgueiras). A partir dos *Livros de eleições e actos da Câmara*, que compreende o período entre 1692 e 1780 — dos quais foram provenientes os dados sobre as vereações —, e os *Registos Paroquiais* pretendeu-se verificar a existência de uma ou várias elites que estiveram envolvidas na governança e, em caso afirmativo, que estratégias usaram na obtenção e conservação da sua influência e património.

Palavras-chave: Elites; Poder Local; Santa Cruz de Ribatâmega; Século XVIII

Abstract

The Portuguese Crown recommended that municipal councillors should include “os melhores” (the best), the “principais das terras” (main of the lands) and “os de melhor nobreza” (the best of nobility), especially those who were the older nobliest families’ inheritors of each county.

However, the counties’ socioeconomic characteristics determine the social composition of municipal councils, according to local contexts. Blood relations, economic power or academic qualifications are some of the factores to be analysed in the study of the old municipality of *Santa Cruz de Ribatâmega* (whose parishes are nowadays part of *Amarante*, *Penafiel*, *Marco de Canaveses*, *Lousada* and *Felgueiras* municipalities). From the *Livros de eleições e actos da Câmara*, which covers the period between 1692 and 1780 — from which the municipal councillors’ information was provided —, and the *Registos Paroquiais*, it was intended to verify the existence of one or more elites that were involved in local governance and, if yes, what strategies were used on sourcing and maintenance of their influence and heritage.

Key-words: Elites; Local Power; *Santa Cruz de Ribatâmega*; 18th century

Índice de Árvores de Relações Sociais

ÁRVORE 1 - RELAÇÕES FAMILIARES E DE PARENTESCO ESPIRITUAL DE JOSÉ DUARTE TEIXEIRA, ALEXANDRE DUARTE TEIXEIRA E MANUEL DE VASCONCELOS MENDES DE CARVALHO, PRESENTES NA ELEIÇÃO PARA A VERAÇÃO CAMARÁRIA EM 1778.....	97
ÁRVORE 2 - RELAÇÕES FAMILIARES E DE PARENTESCO ESPIRITUAL DE JOÃO LEITE CABRAL DE VASCONCELOS E ANTÓNIO DE MAGALHÃES COUTINHO VASCONCELOS MONTENEGRO, PRESENTES NA ELEIÇÃO PARA A VERAÇÃO CAMARÁRIA EM 1778.....	97
ÁRVORE 3 — RELAÇÕES FAMILIARES E DE PARENTESCO ESPIRITUAL DE ANTÓNIO DE VASCONCELOS CASTRO E SOUSA, PRESENTE NA ELEIÇÃO PARA A VERAÇÃO CAMARÁRIA EM 1778	98

Índice de Fotografias

FOTOGRAFIA 1 — CASA DA QUINTÃ EM CONSTANCE, MARCO DE CANAVESES. FOI PROPRIEDADE DA FAMÍLIA DE ANTÓNIO JOSÉ PINTO DE MAGALHÃES. FOTOGRAFIA DA AUTORA.....	115
FOTOGRAFIA 2 — CASA DO RIBEIRO EM TOUTOSA, MARCO DE CANAVESES. FOI PROPRIEDADE DA FAMÍLIA DE MANUEL DE SOUSA DE VASCONCELOS, CAPITÃO-MOR DE SANTA CRUZ DE RIBATÂMEGA. FOTOGRAFIA DA AUTORA.....	115
FOTOGRAFIA 3 — CAPELA DE SÃO BRÁS EM VILA MEÃ, AMARANTE (A CASA DE SÃO BRÁS SITUA-SE NO OUTRO LADO DA RUA). FOTOGRAFIA DA AUTORA, TIRADA NA FESTA DE SÃO BRÁS.	118
FOTOGRAFIA 4 — ANTIGOS PAÇOS DO CONCELHO DE SANTA CRUZ DE RIBATÂMEGA EM VILA MEÃ, AMARANTE. ATUALMENTE ALBERGA O PÓLO DE VILA MEÃ DA BIBLIOTECA MUNICIPAL ALBANO SARDOEIRA. FOTOGRAFIA DA AUTORA.....	159
FOTOGRAFIA 5 — IGREJA VELHA DE REAL, EM VILA MEÃ, AMARANTE. FOTOGRAFIA DA AUTORA.	159
FOTOGRAFIA 6 — BRASÃO DE ARMAS PINTADO NO TETO DA CAPELA DE SÃO BRÁS, EM VILA MEÃ, AMARANTE. FOTOGRAFIA DA AUTORA.	159
FOTOGRAFIA 7 — PORTÃO DA CASA DA GRANJA, NA UF AMARANTE (SÃO GONÇALO), MADALENA, CEPELOS E GATÃO, EM AMARANTE. FOTOGRAFIA DA AUTORA.	160
FOTOGRAFIA 8 — CAPELA DE SÃO SEBASTIÃO, EM FREGIM, AMARANTE. FOTOGRAFIA DA AUTORA.	160
FOTOGRAFIA 9 — CAPELA DE SANTA CRUZ EM LOUREDO, AMARANTE. FOTOGRAFIA DA AUTORA.	160
FOTOGRAFIA 10 — CAPELA DE SÃO LÁZARO, NA UF AMARANTE (SÃO GONÇALO), MADALENA, CEPELOS E GATÃO, EM AMARANTE. FOTOGRAFIA DA AUTORA.	160

Índice de Quadros

QUADRO 1 — CATEGORIAS UTILIZADAS PARA A CONSTRUÇÃO DA BASE DE DADOS.....	26
QUADRO 2 — FEIRAS REFERENCIADAS NAS <i>MEMÓRIAS PAROQUIAIS</i> DE 1758	40
QUADRO 3 — SUCESSÃO DA CASA DE SABUGAL-PALMA-ÓBIDOS ENTRE 1582 E 1806	48
QUADRO 4 — NÚMERO DE DETENTORES DOS CARGOS CAMARÁRIOS	66
QUADRO 5 - CAPELAS REFERIDAS NA <i>MEMÓRIA PAROQUIAL</i> DE S. SALVADOR DE REAL EM 1758 E RESPETIVOS PROPRIETÁRIOS	116

Índice de Gráficos

GRÁFICO 1 — EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE FOGOS EM SANTA CRUZ DE RIBATÂMEGA ENTRE 1706 E 1801	34
GRÁFICO 2 — EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE FOGOS EM SANTA CRUZ DE RIBATÂMEGA ENTRE 1706 E 1801	34
GRÁFICO 3 — PROVENIÊNCIA GEOGRÁFICA DOS VÁRIOS DETENTORES DOS CARGOS CAMARÁRIOS	67

Lista de abreviaturas e siglas

ANTT ARQUIVO NACIONAL DA TORRE DO TOMBO

ADP ARQUIVO DISTRITAL DO PORTO

AMAMT ARQUIVO MUNICIPAL DE AMARANTE

AUC ARQUIVO DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA

Introdução

Os concelhos e os poderes municipais foram, desde a formação do Reino de Portugal, peças fundamentais para os monarcas portugueses para conseguir, de forma gradual, a homogeneização de um reino que ia crescendo a nível territorial e amadurecendo como entidade política.

No entanto, também foi desde cedo que os poderes municipais foram liderados por pessoas e grupos cuja relevância se destacasse a nível local, nomeadamente devido às suas condições socioeconómicas. Entre os finais da Idade Média e durante o século XVII, a Coroa Portuguesa patrocina, de forma legislativa e institucional, a crescente elitização dos poderes locais em todo o reino, independentemente da natureza jurisdicional dos vários concelhos — quer estivessem sob a jurisdição da Coroa ou dos vários poderes senhoriais existentes.

Tendência que foi sendo reforçada ao longo dos séculos — incluindo o século XVIII —, este “patrocínio” e carácter progressivamente mais elitista do poder permitiram que, localmente, as pessoas e grupos integrantes das elites sociais locais continuassem a marcar presença nos corpos camarários. Desta forma, poderia ser possível encontrar indivíduos no meio político que já fossem considerados como “notáveis” no seio das suas comunidades (Monteiro, 2012: 40-43).

Contudo, nem todos os grupos e famílias pertencentes a estas elites que começaram a imbuir-se na vida política local possuíam necessariamente origens aristocráticas, embora existisse a preferência pelas mesmas, visto que, segundo Nuno Gonçalo Monteiro, “os membros das famílias mais antigas, nobres e ricas eram os que davam maiores garantias de isenção e independência no desempenho dos seus ofícios e os que dispunham de uma autoridade natural, no sentido de construída pelo tempo” (Monteiro, 2012: 44). Ou seja, a cultura política defendia o prestígio adquirido a nível familiar ao longo de várias gerações como um fator de credibilidade da liderança e autoridade por parte das famílias mais tradicionais a nível local, e de garantia de uma melhor gerência do poder local.

No entanto, a heterogeneidade a nível social seria uma realidade, sendo esta variável consoante o contexto local e, frequentemente, as composições dos governos

municipais refletiam essa mesma diversidade, dependente da conjuntura social do próprio concelho — influenciada por diversas características locais, como a valorização do poderio económico e da formação académica ou a preponderância das linhagens familiares cujo prestígio foi sendo adquirido no concelho ao longo de várias gerações, mas que proporcionassem um lugar de destaque e de notabilidade desses grupos a nível local (Ribeiro, 2002: 502). Por estes motivos, na presente dissertação é preferido o termo de “elite” em detrimento de “oligarquia”, para caracterizar estes grupos, visto que o primeiro sugere que os grupos que pertencem a uma elite local podem possuir grande influência no seu espaço e simultaneamente serem provenientes de contextos sociais diferentes (Mata, 2014: 30; Monteiro, 2012: 80).

Nesse sentido, pretende-se conhecer estes grupos e pessoas que compõem as elites de Santa Cruz de Ribatâmega e se encontravam no exercício do poder local e, de certa forma, fazer um retrato social dos mesmos: quem são, quais são os seus contextos sociais e familiares, porque é que se destacam a nível local — devido ao poder económico, às origens familiares ou outras razões.

Por outro lado, interessa igualmente conhecer as suas estratégias de manutenção e permanência na esfera de influência local, a par da participação política — os métodos utilizados para esta finalidade podiam consistir, principalmente, em alianças matrimoniais entre as várias famílias pertencentes às elites, ou através do estabelecimento de laços de parentesco espirituais, como os apadrinhamentos.

O período de estudo foi delimitado tendo em conta a existência dos *Livros de eleições e actos da Câmara*, compreendendo-se entre 1692 e 1780.

Deste modo, a presente dissertação organizou-se em dois capítulos, referentes às duas grandes temáticas abordadas. O primeiro capítulo é apresentado o concelho de Santa Cruz de Ribatâmega — o espaço. Por se tratar de um concelho já extinto, considerou-se adequado, em primeiro lugar, fazer uma reconstituição do território e respetivas divisões administrativa e eclesiástica, desde a época medieval (quando surgem as primeiras referências ao concelho) até ao século XVIII, período em que a presente dissertação se debruça. Por se tratar de um concelho com jurisdição senhorial, apresenta-se igualmente os senhores do concelho: a Casa de Sousa, a família Castro e,

posteriormente, a Casa de Sabugal-Óbidos-Palma. São igualmente tratados aspetos à vida concelhia, como a dimensão populacional, as atividades económicas predominantes, assim como o funcionamento do poder local neste município.

No segundo e último capítulo são apresentadas às dinâmicas sociais da governança municipal do concelho durante o século XVIII, sendo apresentadas as várias famílias envolvidas na governação de Santa Cruz de Ribatâmega, o seu perfil social e as redes de sociabilidade formadas em torno das mesmas, nomeadamente a partir do estabelecimento de laços matrimoniais entre famílias pertencentes ao mesmo grupo social e elite, como de parentesco espiritual (apadrinhamentos).

A história dos concelhos e as suas várias perspetivas de análise — desde a orgânica e funcionamento do poder local e finanças municipais até ao perfil social dos detentores de cargos camarários — tem sido objeto de investigação pela historiografia há várias décadas, nomeadamente para os períodos entre a Época Medieval e o Liberalismo. É neste campo historiográfico que a presente dissertação se enquadra.

Tendo em conta as várias vertentes de investigação que a temática da história dos concelhos e do municipalismo englobam, António Manuel Hespanha (1986, 1994) é um dos nomes incontornáveis sobre o estudo dos concelhos — tendo-se debruçado principalmente sobre a análise e compreensão sobre as estruturas administrativas dos municípios e respetivos sistemas de poder sob uma perspetiva jurídica —, assim como Joaquim Romero de Magalhães (1993, 1994, 2010), que trata igualmente a orgânica do poder municipal, nomeadamente a delegação de poderes da Coroa aos concelhos de aspetos económicos, como a recolha do imposto da sisa, e o recrutamento militar.

No entanto, outros componentes fundamentais da vida concelhia também têm sido objetos de estudo. Não só o funcionalismo camarário — Teresa Fonseca (2005) faz não só uma síntese dos cargos municipais sob o ponto de vista institucional e sociológico, como estabelece comparações entre vários concelhos portugueses, seja no que diz respeito às suas funções ou ao perfil social dos detentores dos cargos — como as finanças municipais, tendo sido estudadas por José Viriato Capela (2003) e Patrícia Costa (2018), que se debruçaram sobre a arrecadação municipal dos impostos da sisa e da terça, impostos pela Coroa; e José Luís Barbosa (2017 e 2023), que estudou

principalmente a importância das rendas municipais e a arrecadação do real de água nos concelhos de Penafiel e de Coimbra durante os séculos XVIII e XIX.

A relação do poder municipal com poderes superiores, nomeadamente as comarcas e os senhorios — no caso dos concelhos com jurisdição senhorial, como Santa Cruz de Ribatâmega —, também é uma vertente de estudo por outros investigadores. Os trabalhos de Francisco Ribeiro da Silva (2005 e 2007) e de José Subtil (2005) demonstram a complexidade das relações entre a periferia (os concelhos) e o centro (a Coroa) através da atuação dos corregedores a nível local, nomeadamente devido ao controlo que estes tentam exercer sobre os poderes locais.

Por outro lado, também poderiam ter de lidar com os donatários a quem, naturalmente, as vereações deviam obediência. Margarida Sobral Neto (1993 e 2005) e Mafalda Soares da Cunha (2005) exploram as relações entre concelhos e senhorios, nomeadamente a intervenção e controlo senhorial junto das vereações — que poderia ser condicionado, principalmente, pela distância física —, dando origem a relações clientelares ou de patrocínio entre os membros das Câmaras, normalmente pertencentes às elites locais, e o senhor.

Referente ao estudo sociológico das vereações camarárias, Nuno Gonçalves Monteiro (2012) é um dos principais investigadores sobre a temática das elites locais, nomeadamente no que concerne ao grupo da nobreza e fidalguia, assim como ao estudo do perfil social dos detentores dos cargos camarários ou a estratégias de mobilidade social. Imícoz Beunza (1996), por sua vez, faz uma leitura mais aprofundada acerca do estabelecimento de laços de parentesco, espiritual e de sangue, para o reforço das relações de poder, nomeadamente na vida política, no sentido em que estas também fariam parte da herança deixada de pais para filhos — que herdariam não só os bens materiais mas também as amizades e as relações familiares estabelecidas.

No entanto, têm proliferado vários estudos de caso para vários concelhos do país ao longo dos anos. A dissertação de mestrado de Francisco Ribeiro da Silva (1985), que trata as vereações camarárias do Porto entre 1580 e 1640, apresenta um poder político municipal dominado pela nobreza, a fidalguia e os cidadãos da cidade, que estabeleceu

laços matrimoniais entre si, e que deu origem a algumas “dinastias de vereadores” (Silva, 1985: 484).

Já para o século XVIII, Rui Santos (1993) e Ana Isabel Ribeiro (2002, 2005) apresentam alguma afluência de proprietários e lavradores nas vereações de Mértola e Eiras, demonstrando a propriedade da terra como uma peça fundamental para a estruturação da hierarquia social local. Por sua vez, Cristóvão Mata (2014) o caso de Penela, onde as vereações existentes ao longo de setecentos foram sendo gradualmente dominadas pela nobreza e fidalguia local. No mesmo seguimento enquadram-se os estudos de José Viriato Capela (2000), Rogério Borralheiro (2000) e Henrique Matos (2000), realizados para o Congresso Histórico de Amarante, atestaram o domínio nobre sobre as vereações da pequena vila de Amarante, nomeadamente pela nobreza residente fora dos limites territoriais da vila entre a segunda metade do século XVIII e a segunda metade do século XIX.

Em relação ao concelho de Santa Cruz de Ribatâmega, Francisco Ribeiro da Silva (2008) debruçou-se sobre o estudo do foral manuelino concedido ao concelho em 1513, assim como a propriedade da terra e respetiva jurisdição, introduzindo a linhagem familiar detentora do senhorio do antigo concelho, nomeadamente até à data das Memórias Paroquiais, em 1758. Humberto Baquero Moreno (2000), por sua vez, debruçou-se sobre a nobreza de Riba-Tâmega entre os séculos XIV e XV, nomeadamente os senhorios dos concelhos de Santa Cruz de Ribatâmega e Gouveia de Riba-Tâmega. José Carlos Rodrigues (2000), por outro lado, dedicou-se ao estudo do concelho de Santa Cruz de Ribatâmega, nomeadamente sobre a sua orgânica e modo de funcionamento durante o século XIX. Deste modo, a presente dissertação enquadra-se numa temática que já originou diversos estudos de caso para vários concelhos pelo país, mas não explorada para o concelho em estudo.

Em relação aos fontes utilizadas, para estudar o concelho de Santa Cruz de Ribatâmega considerou-se pertinente utilizar as *Memórias Paroquiais* das várias paróquias constituintes do concelho, sendo que estas consistiam em inquéritos realizados em todas as paróquias portuguesas nos anos posteriores ao Terramoto de Lisboa de 1755, sendo que os seus conteúdos revelam aspetos da vida económica e

administrativa das paróquias e do concelho — assim como informações de teor geográfico que visam a reconstituição geográfica deste concelho, extinto em 1855.

As obras publicadas no século XVIII, *Corografia portuguesa e descripçam topografica do famoso Reyno de Portugal*¹ do Padre António Carvalho da Costa e *Geografia histórica de todos os estados soberanos de Europa*² de Luís Caetano de Lima, podem ser um complemento aos dados recolhidos das *Memórias Paroquiais*, fornecendo informações da época, nomeadamente sobre a dimensão populacional do concelho, visando a sua reconstituição. Porém, os seus dados — nomeadamente os que são relativos à contagem da população —, não são completamente fidedignos, visto que estes inquéritos não foram realizados com o rigor que seria necessário para um recenseamento, por exemplo.

Na obra *Memórias Ressuscitadas da província de Entre Douro e Minho no ano de 1726*³ (Livro II) de Francisco Xavier da Serra Craesbeeck, o autor faz um levantamento dos lugares de memória em todas as freguesias do concelho Santa Cruz de Ribatâmega, incluindo as capelas “filiais” (mausoléus), sepulturas nas igrejas, quintas e solares, fazendo menção aos donos dos mesmos à época e recuando até pelo menos quatro gerações familiares anteriores, referenciando igualmente as uniões matrimoniais.

Os volumes IV⁴, V⁵, VII, IX⁶ e X⁷ da genealogia de Felgueiras Gayo⁸, assim como a de Manuel da Sousa da Silva⁹, fornecem informações mais detalhadas sobre as várias gerações de linhagens familiares descendentes da nobreza e fidalguia, embora, por vezes, possam conter alguns erros (como datas ou nomes).

¹ Costa, A. C. (1706). *Corografia Portuguesa, e descripçam topográfica do famoso reyno de Portugal...* Tomo I. Officina de Valentim da Costa Deslandes.

² Lima, L. C. (1736). *Geografia Historica de todos os Estados Soberanos de Europa...* Tomo II. Officina de Joseph Antonio da Sylva.

³ Craesbeeck, F. X. S. (1992). *Memórias Ressuscitadas da Província de Entre Douro e Minho*. Livro II. Edições Carvalhos de Basto.

⁴ Gayo, F. (1989). *Nobiliário das Famílias de Portugal*. Vol. IV. Edições Carvalhos de Basto.

⁵ Gayo, F. (1989). *Nobiliário das Famílias de Portugal*. Vol. V. Edições Carvalhos de Basto.

⁶ Gayo, F. (1989). *Nobiliário das Famílias de Portugal*. Vol. VII. Edições Carvalhos de Basto.

⁷ Gayo, F. (1990). *Nobiliário das Famílias de Portugal*. Vol. IX. Edições Carvalhos de Basto.

⁸ Gayo, F. (1990). *Nobiliário das Famílias de Portugal*. Vol. X. Edições Carvalhos de Basto.

⁹ Silva, M. S. (2000). *Nobiliário das Gerações de Entre Douro e Minho*. Vol. 1. Edições Carvalhos de Basto.

Tendo em conta a natureza senhorial da jurisdição do concelho de Santa Cruz de Ribatâmega — concedida pelo Rei D. Filipe I a D. Duarte de Castelo Branco, Conde de Sabugal e meirinho-mor, em 1583 —, considerou-se necessário procurar informação relativa ao referido concelho na documentação pertencente ao seu senhorio, a Casa de Óbidos-Sabugal-Palma. No fundo “Casa de Santa Iria”, presente no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, encontra-se disponível um inventário realizado em 1836 — *Sumário alfabético dos documentos existentes no cartório da Illm.ª e Exm.ª Casa dos Senhores Condes de Palma, Óbidos e Sabugal*¹⁰ —, a pedido de D. Manuel de Assis Mascarenhas, 5.ª Conde de Sabugal, 5.ª Conde de Óbidos e 5.ª Conde de Palma. Neste inventário encontram-se as descrições dos vários documentos pertencentes à Casa de Óbidos-Sabugal-Palma (antes da sua união com a Casa de Santa Iria por via matrimonial em 1839), sendo que vários são relativos aos territórios sob sua jurisdição. Entre os mesmos documentos, encontram-se alguns relacionados com o concelho de Santa Cruz de Ribatâmega, nomeadamente dirigidos a certas personalidades — como mercês ou arrendamentos.

No entanto, no inventário não são referenciadas as pautas de elegíveis para as vereações de Santa Cruz de Ribatâmega — que seriam relevantes para perceber quem teria as condições socioeconómicas necessárias para ser elegível, assim como mais detalhes sobre estas condições em si, nomeadamente no que concerne aos rendimentos dos elegíveis, por exemplo —, embora existam para os restantes concelhos, como Lanhoso, sob a jurisdição da Casa de Sabugal.

Para a realização do estudo sobre a relação das elites locais com a Câmara Municipal, recorreu-se, sobretudo, a vários dos *Livros das eleições e actos da Câmara* — presentes no fundo “Câmara Municipal de Santa Cruz de Ribatâmega” do Arquivo Municipal de Amarante —, nomeadamente quatro dos mesmos: 1692/1724¹¹,

¹⁰ Arquivo Nacional da Torre do Tombo — *Sumário alfabético dos documentos existentes no cartório da Illm.ª e Exm.ª Casa dos Senhores Condes de Palma, Óbidos e Sabugal*. [PT/TT/CSI/003/0001]

¹¹ Arquivo Municipal de Amarante — Livro de eleições e actos da Câmara. Livro 0832

1727/1730¹², 1762/1764¹³, 1776/1780¹⁴. Estas fontes contêm as atas das eleições para os cargos camarários e alguns assuntos financeiros como os arrendamentos das sisas e de terças, assim como os valores relativos às condenações, sendo essenciais para estudar o poder local em Santa Cruz de Ribatâmega e os indivíduos detentores desses cargos.

A acrescentar aos lapsos temporais muito longos entre os vários livros de atas, dificultando a comprovação, por exemplo, da existência de pouca rotatividade dos cargos camarários, o primeiro livro de atas é também muito incompleto, tendo sido possível apenas reconstituir a composição integral das vereações (ou seja, um juiz ordinário, dois vereadores e um procurador) apenas para os anos de 1692 e 1703.

Para complementar esta fonte, foi também utilizado o *Livro de registo de posturas e acórdãos*¹⁵, cujo período é referente aos anos de 1711 a 1716, e cuja tipologia é idêntica aos livros de atas referidos, apesar de não o ser.

Uma fonte que seria importante para análise do concelho teria sido os livros de tesouraria, que tratariam a vertente financeira das vereações — informações como o pagamento de salários dos membros da governança, pagamentos de obras para infraestruturas, entre outros —, não sobreviveram até à atualidade.

De modo a reconstituir as personalidades intervenientes no poder local mencionadas nas fontes anteriores, considerou-se adequada a utilização dos *Registos Paroquiais* das diversas freguesias pertencentes ao antigo concelho, nomeadamente no que concerne à reconstituição das linhagens familiares e à identificação de possíveis relações familiares entre as várias famílias presentes no poder local através da análise dos registos de casamento e de batismo. A partir dos registos de batismo também se pode identificar possíveis relações de proximidade e/ou amizade através do parentesco espiritual, ou seja, o apadrinhamento das crianças batizadas.

Outras fontes que podiam ser pertinentes como complemento para análise seriam os livros de registo dos irmãos das várias confrarias existentes no concelho — e

¹² Arquivo Municipal de Amarante — Livro de eleições e actos da Câmara. Livro 0833

¹³ Arquivo Municipal de Amarante — Livro de eleições e actos da Câmara. Livro 0834

¹⁴ Arquivo Municipal de Amarante — Livro de eleições e actos da Câmara. Livro 0835

¹⁵ Arquivo Municipal de Amarante — Livro de registo de posturas e acórdãos. Livro 0854

que são referenciadas nas *Memórias Paroquiais* —, na medida em que a participação nas mesmas podia contribuir para o aumento do prestígio individual, visto que estas instituições eram fundamentais para a vida social das comunidades. Todavia, essas fontes de informação não chegaram à atualidade.

Em termos metodológicos, na presente dissertação foram feitos dois grandes exercícios relativos às suas duas grandes temáticas: o concelho e as elites locais. Para o concelho de Santa Cruz de Ribatâmega, foi proposto fazer a sua reconstituição territorial a nível cartográfico, visto que se trata de um município já extinto. Com esse intuito, tratou-se de realizar um mapa com recurso a duas grandes fontes: as *Memórias Paroquiais* de 1758 e as *Cartas Militares* elaboradas pelos Serviços Cartográficos do Exército durante o século XX.

Numa primeira fase, tratou-se de recolher e identificar os vários lugares enunciados pelos párocos em cada uma das *Memórias* das paróquias pertencentes a Santa Cruz de Ribatâmega¹⁶, tendo por base um mapa atual. Seguidamente, recorreu-se às primeiras edições das *Cartas Militares* de Amarante¹⁷, Penafiel¹⁸, Felgueiras¹⁹ e Arnóia (Celorico de Basto)²⁰, na tentativa de reconhecer os lugares que não tinham sido identificados numa primeira etapa — no entanto, num total de 305 lugares referenciados pelas *Memórias Paroquiais*, não foi possível identificar cerca de 61 lugares²¹.

Marcaram-se, igualmente, as sedes de freguesia — com uma simbologia diferente para as freguesias que são partilhadas com outros concelhos —, assim como as sedes dos coutos de Travanca e Mancelos, assim como a sede da honra de Vila Caiz, situados dentro do território concelhio.

Subsequentemente, tratou-se de traçar os cursos de água já existentes no território concelhio no século XVIII, como rios e ribeiros, assim como os terrenos não

¹⁶ Contudo, duas *Memórias* não enunciam os lugares pertencentes às suas paróquias, por serem memórias curtas: S. Paio de Oliveira e S. Julião de Passos.

¹⁷ Serviços Cartográficos do Exército (1937) — Carta Militar de Amarante, n.º 113

¹⁸ Serviços Cartográficos do Exército (1936) — Carta Militar de Penafiel, n.º 112

¹⁹ Serviços Cartográficos do Exército (1952) — Carta Militar de Felgueiras, n.º 99

²⁰ Serviços Cartográficos do Exército (1952) — Carta Militar de Paradança, Mondim de Basto, n.º 100

²¹ Veja-se a listagem dos lugares identificados e não identificados por freguesia em Anexos

cultivados, ou “bouças”, existentes no século XXI — são resquícios do que seria a paisagem no século XVIII, evidenciando, também, o carácter rural do concelho.

Devido ao carácter prosopográfico do estudo proposto, o principal método de análise será, principalmente, o cruzamento das várias fontes de informação a ser utilizadas, visto que se pretende reconstituir os grupos e as personalidades mais influentes no poder local de Santa Cruz de Ribatâmega durante o século XVIII.

Partindo da obra de Francisco Xavier da Serra Craesbeeck e das *Memórias Paroquiais* foi feito o levantamento das capelas existentes nas várias freguesias do concelho de Santa Cruz de Ribatâmega em 1726 e 1758, de modo a perceber quem eram as pessoas e/ou famílias que teriam posses económicas para as conseguir construir e fazer a respetiva manutenção, assim como seriam igualmente pessoas detentoras de prestígio social na sua comunidade.

Seguidamente, tendo por base as informações dos *Livros de eleições e actos da Câmara* foi criada uma base de dados para a recolha dos dados sobre os indivíduos participantes na Câmara entre 1692 e 1780. Deste modo, foram criadas as seguintes categorias.

Quadro 1 — Categorias utilizadas para a construção da base de dados

Categorias	Justificação
ID	É associado um ID a cada pessoa introduzida na base de dados como forma de identificação do indivíduo (sendo que este se repete quando a mesma pessoa é inserida na base de dados mais do que uma vez);
Fonte	Identifica-se a fonte em que se encontra a pessoa e informação a si associada;
Fólio	Identifica-se o fólio em que se encontra a pessoa e informação a si associada;
Data	Identifica-se a data (ano) em que aparece a pessoa e a informação a si associada;
Nome	Identifica-se o nome próprio da pessoa, facilitando a pesquisa só por nomes próprios na base de dados;
Apelido	Identifica-se o apelido da pessoa, facilitando a pesquisa só por apelidos na base de dados;
Nome completo (grafia atual)	Identifica-se o nome completo da pessoa (transcrito para a grafia atual), facilitando a pesquisa por indivíduos na base de dados e a verificar as informações associadas aos mesmos — o que ajuda a distinguir os indivíduos que possam ter o mesmo nome, por exemplo;
Residência/Naturalidade	Identifica-se o local de residência ou naturalidade (caso a freguesia de residência não fosse a sua freguesia de origem) dos indivíduos;
Ocupação Profissional ou Habilitações Académicas	Identifica-se a ocupação profissional dos indivíduos, caso esta seja mencionada, ou as habilitações académicas que possuam — nomeadamente se é licenciado ou bacharel;
Cargo/Função na Câmara	Identifica-se o cargo ou função que desempenhou na Câmara em determinado ano;
Observações	São acrescentadas informações que, embora não sejam incluídas nas categorias anteriores, possam ser igualmente consideradas relevantes para a investigação (por exemplo: se foram substituídos ou por motivo de ausência não puderam exercer o cargo para o qual foram eleitos, entre outros).

Estas categorias estabeleceram a base de trabalho para as etapas de pesquisa e análise subsequentes, na medida em que é possível atentar principalmente nos indivíduos que não só aparecem mais frequentemente como os que são considerados como os “homens da governança”, além do tipo de cargos que desempenham nas

vereações — o que pode ser indicativo da sua posição social e poder económico no concelho.

Desse modo, entre 1692 e 1780 foram registadas 711 entradas, correspondentes a 641 indivíduos (ID's). Cruzando os dados dos indivíduos recolhidos, nomeadamente aqueles que aparecem mais do que uma vez, com os *Registos Paroquiais* e vários volumes da genealogia de Felgueiras Gayo, tendo como propósito o de conhecer os indivíduos e reconstituir essas mesmas personalidades a nível pessoal, foi possível selecionar os indivíduos que estabeleceram o maior número de relações familiares e de parentesco espiritual.

Desse modo, foram elaboradas as respetivas biografias familiares, explicitando as suas ligações pessoais — em que famílias nasceram, com que famílias casaram, quais as crianças que apadrinharam —, assim como a sua posição ou estatuto social dentro do espaço concelhio, para o qual também se recorreu ao levantamento de capelas particulares realizado anteriormente, baseado na obra de Craesbeeck e nas *Memórias Paroquiais*, visto que a sua existência é igualmente um indicador do poder económico e prestígio social dos seus proprietários.

CAPÍTULO I — O concelho de Santa Cruz de Ribatâmega

1.1. Reconstituição do território e as suas divisões: administrativa e eclesiástica

O território e o poder sempre possuíram uma relação quase simbiótica, tendo como por base um espaço físico. Um lugar de convivência social, um “palco” onde se criam e desenvolvem as relações humanas e sociais que, conseqüentemente, ajudam a estabelecer uma estrutura social a nível local (Mata, 2014: 33-34).

Deste modo, pode-se interpretar e compreender um espaço de acordo com as duas vertentes que invariavelmente este possui: uma geográfica e uma sociológico-política. São essas duas dimensões que conceptualizam o espaço físico como um território, que não representa apenas a delimitação geográfica de um espaço, mas também as relações humanas entre pessoas e grupos sociais que aí acabam por se criar. Neste sentido, o território (como espaço geográfico, político, jurisdicional e sociológico) é a base do estabelecimento de uma determinada autoridade e de exercício de domínio e de poder sob uma certa comunidade — criando-se, assim, uma “dialética espaço-poder” (Mata, 2014: 34).

No entanto, para compreender a dinâmica entre território e poder em Santa Cruz de Ribatâmega, mostra-se necessário estudar a vertente geográfica do território concelhio, ou seja, conhecê-lo como um espaço físico e enquadrá-lo como integrante de estruturas político-administrativas portuguesas ao longo dos séculos.

Em plena Reconquista Cristã, as primeiras referências às terras de Santa Cruz remontam aos inícios do século XII, sendo esse território dominado por D. Mem Viegas de Sousa, senhor da Casa de Sousa (Sousa e Silva, Vol. I, 2000: 63), inserindo-se numa região onde o poder senhorial, eclesiástico ou leigo, dominava (Pizarro, 2000: 611-612),

Santa Cruz de Ribatâmega — também designado como Santa Cruz de Sousa, por estar sob jurisdição da Casa de Sousa — aparece documentado nas Inquirições de 1220 como um julgado (Pizarro, 2000: 611-612) que, sem possuir uma carta de foral ou instituições normalmente associadas ao exercício do governo municipal, consistia numa área que estava sob a jurisdição de um juiz conterrâneo (Monteiro in Oliveira, 1996: 30).

Ao longo dos séculos, Santa Cruz de Ribatâmega passou por diversas alterações na composição do seu território. Sendo classificado como um julgado nas Inquirições dos anos de 1220, 1258 e 1343, nas mesmas listavam como integrantes do mesmo as freguesias de Santiago de Figueiró, Santa Cristina de Figueiró, Travanca, Oliveira, Mancelos, Real, Fregim, Louredo, Vila Verde, Aião, Torno, Vilar de Torno e Alentém, Caíde de Rei, S. Mamede de Recezinhos, S. Martinho de Recezinhos, Castelões, Banho e Carvalhosa, Constance, Toutosa e Santo Isidoro.

Entre as Inquirições de 1258 e 1343, foram anexadas ao julgado de Santa Cruz as freguesias de Ataíde e de Vila Caiz (Pizarro, 2000: 611-612). Contudo, à data das Inquirições de 1220, as freguesias de Travanca e Mancelos já constituíam dois coutos. A freguesia de Travanca tinha sido alegadamente coutada pelo Conde D. Henrique e D. Teresa a favor dos monges beneditinos do Mosteiro de São Salvador de Travanca (Mesquita, 2019: 56-57), e a freguesia de Mancelos teria sido coutada durante a governação de D. Afonso Henriques, entre 1112 e 1185 (Capela, Matos e Borralheiro, 2009: 823).

Tendo em conta a reforma de forais que levou a cabo durante o seu reinado, a 1 de setembro de 1513, D. Manuel I concede a Santa Cruz de Ribatâmega o seu primeiro foral, oficializando a elevação de Santa Cruz a um estatuto concelhio. Contudo, em comparação com as composições territoriais descritas nas Inquirições realizadas ao longo dos séculos XIII e XIV, o número de freguesias que compunham as terras de Santa Cruz diminuiu para 15 com a outorga do foral, estando listadas as freguesias de S. Pedro de Caíde de Rei, “Santo Synhos” — possivelmente a freguesia de S. Julião de Passos, também denominada de Passos —, S. Romão de Carvalhosa, Santa Eulália de Banho, S. Miguel de Vila Caiz, S. Paio de Oliveira, S. Pedro de Ataíde, S. Martinho de Recezinhos, S. Mamede de Recezinhos, S. Salvador de Real, S. Salvador de Castelões, Santa Eulália de Constance, Santa Cristina de Figueiró, S. Salvador de Travanca e S. João Batista de Louredo (Silva, 2008: 17-29).

Partindo das *Memórias Paroquiais* de 1758 como ponto de referência, procurou-se tentar reconstituir geograficamente aquele que seria o território de Santa Cruz de Ribatâmega e das suas freguesias em Setecentos — contudo, 61 os lugares

referenciados nas *Memórias* não sobreviveram até à realização das Cartas Militares durante as décadas de 1930 e 1950 ou até à atualidade, não tendo sido possível localizá-los.

No século XVIII, as freguesias de S. João de Aião e Santa Maria de Vilar de Torno faziam novamente parte da composição territorial de Santa Cruz de Ribatâmega, assim como tinham sido anexadas as freguesias de S. Veríssimo de Amarante, S. Miguel de Freixo de Cima e Salvador de Freixo de Baixo. Nas Inquirições realizadas durante os séculos XIII e XIV, estas três freguesias estavam integradas no julgado de Celorico de Basto e, em 1343, a freguesia de S. Veríssimo de Amarante integrava o julgado autónomo de Amarante com Santa Maria da vila de Amarante Maior (Pizarro, 2000: 611-612).

Durante este período, o concelho de Santa Cruz de Ribatâmega ainda se enquadrava num espaço dominado pelo poder senhorial: a norte, fazia fronteira com o concelho de Felgueiras, governado pelo Capitão-mor Francisco António Luís Pinto Coelho Pereira da Silva Simões²²; a nordeste com o concelho de Celorico de Basto, sob a jurisdição do Marquês de Valença²³; e a noroeste com o concelho de Unhão, sob a alçada do Conde de Unhão²⁴. Dentro do seu território, integravam-se os coutos de Travanca e de Mancelos, o primeiro sob a jurisdição da Ordem de S. Bento e o segundo sob a alçada do Mosteiro de S. Gonçalo de Amarante, pertencente à Ordem de S. Domingos, assim como a honra de Vila Caiz, pertencente à Condessa de Alva.

A jurisdição régia só estava presente nos municípios a este, a sul e a oeste: a vila de Amarante²⁵, o couto de Vila Boa de Quires²⁶ e a vila de Arrifana de Sousa²⁷, respetivamente.

²² ANTT — Memórias paroquiais, vol. 5, n.º 87, p. 1089

²³ ANTT — Memórias paroquiais, vol. 16, n.º 188, p. 1135

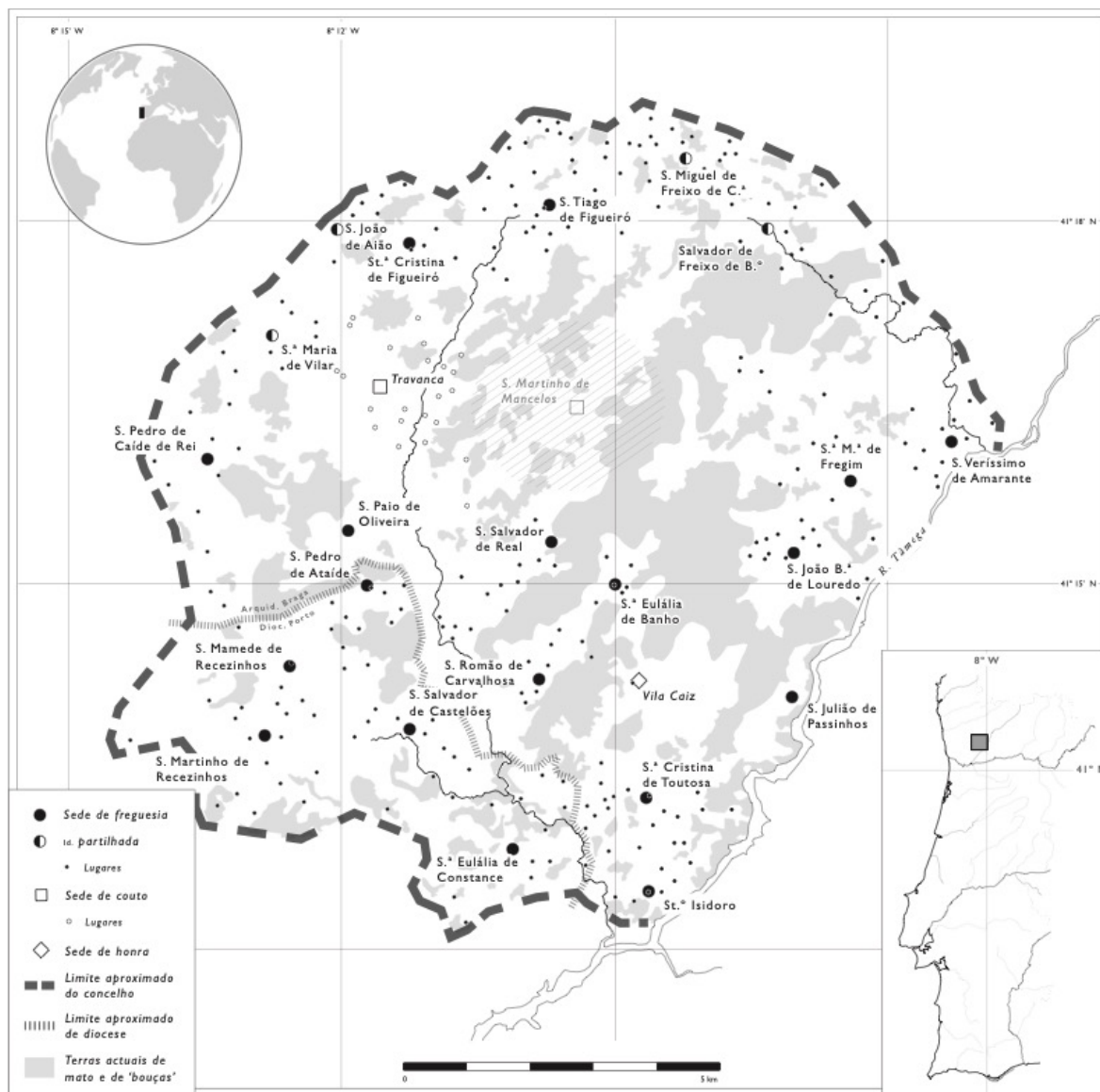
²⁴ ANTT — Memórias paroquiais, vol. 41, n.º 309, p. 1873

²⁵ ANTT — Memórias paroquiais, vol. 3, n.º 57, p. 426

²⁶ ANTT — Memórias paroquiais, vol. 39, n.º 179, p. 1081

²⁷ ANTT — Memórias paroquiais, vol. 5, n.º 16, p. 643

Mapa 1 — Reconstituição territorial aproximada do concelho de Santa Cruz de Ribatãmega



O poder local liderava um concelho que possuía um certo grau de complexidade do ponto de vista administrativo. Embora o concelho e as vereações camarárias estivessem sujeitos à correição da comarca de Guimarães, tal não se aplicava a todas as suas freguesias. A maioria (18 de 23 freguesias), estava igualmente sob a correição de Guimarães, mas as cinco restantes (S. Salvador de Castelões de Recezinhos, Santa Eulália de Constance, S. Mamede de Recezinhos, S. Martinho de Recezinhos e S. Paio de Oliveira) estavam sujeitas à correição de Penafiel — apesar da criação desta comarca ser, oficialmente, posterior à realização das *Memórias*. No entanto, esta discordância

nas correições deixaria de existir após a transição completa do concelho de Santa Cruz de Ribatâmega para a correição da comarca de Penafiel em 1776²⁸, tendo esta sido criada em 1775 (Barbosa, 2017: 194).

Por outro lado, também quatro das 23 freguesias de Santa Cruz de Ribatâmega eram repartidas com outros concelhos: S. João de Aião era compartilhado os concelhos de Unhão e Felgueiras; as freguesias de S. Miguel de Freixo de Cima e Salvador de Freixo de Baixo eram partilhadas com o concelho de Celorico de Basto; e Santa Maria de Vilar de Torno era repartida com o concelho de Unhão.

O mesmo tipo de complexidade era também existente nos assuntos religiosos. Apesar do Arcebispado de Braga deter a jurisdição sobre a maioria das paróquias de Santa Cruz, dentro do território concelhio existiam cinco paróquias sob a alçada da Diocese do Porto: S. Pedro de Ataíde, S. Salvador de Castelões de Recezinhos, Santa Eulália de Constance, S. Mamede de Recezinhos e S. Martinho de Recezinhos.

Contudo, é possível depreender a influência das comunidades monásticas em detrimento das dioceses e de leigos nas paróquias de Santa Cruz de Ribatâmega através da posse direitos de padroado. Estes direitos conferiam ao seu detentor direitos de natureza financeira, como o recebimento de rendas eclesiásticas como os dízimos, assim como o direito de apresentação do pároco à Igreja. Em troca, o padroeiro tinha a obrigação de cumprir alguns deveres para com a Igreja e a comunidade do seu padroado (Capela, Matos e Borralheiro, 2009: 97).

Grande parte das paróquias do concelho em 1758 pertenciam ao padroado eclesiástico — detido por instituições religiosas seculares e regulares —, sendo os seus maiores detentores as comunidades monásticas como o Convento de S. Gonçalo de Amarante (dominicano), ou o Mosteiro de S. Salvador de Travanca e o Mosteiro de S. Miguel de Bustelo (beneditinos), seguido do Arcebispo de Braga e do Bispo do Porto. Um caso particular é a paróquia de Santa Maria de Fregim, cujos direitos de padroado pertenciam à Ordem de Malta, ordem religioso-militar, que os detinha desde 1258,

²⁸ AMAMT — Livro de eleições e actos da Câmara, 0835, fls. 2-5

tendo estes sido doados pela Casa de Sousa à então conhecida como Ordem do Hospital (Pizarro, 2000: 616).

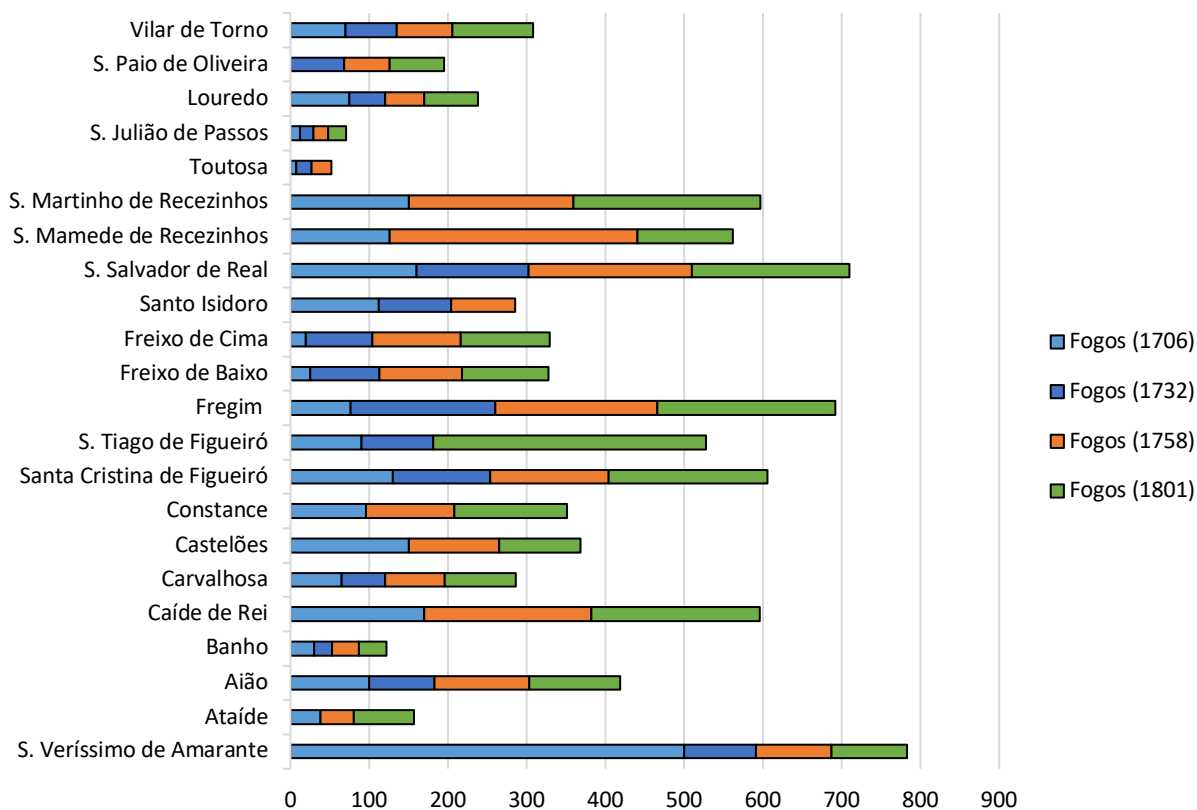
Contudo, duas entidades laicas também possuíam direitos de apresentação no concelho: o Conde de Sabugal em S. Pedro de Caíde de Rei e S. Salvador de Castelões e o Morgado da Casa de Cavaleiros em S. Mamede de Recezinhos.

1.2. A população concelhia no século XVIII

Além de conhecer o território de Santa Cruz de Ribatâmega, mostra-se necessário conhecer outro vetor, não menos essencial: a população. São as pessoas que ocupam o território e que trabalham as terras, dinamizando a economia local e estabelecendo várias redes de relações.

O poder local governa-as, zelando pelo bem-estar da vida concelhia. Dessa forma, questiona-se para quantas pessoas governava o poder local de Santa Cruz de Ribatâmega no século XVIII. Contudo, deve-se advertir para a questionabilidade de alguns dos dados apresentados, visto que a maior parte das fontes utilizadas são contagens que foram realizadas ao longo de Setecentos e não possuem o rigor necessário que, por exemplo, um recenseamento exige — uma situação que autores como Maria João Guardado Moreira (2008: 252-253) e Fernando de Sousa (1995: 41) também denunciavam. Por esse motivo, existem anos para os quais não existem dados para algumas das freguesias, seja o número de fogos, o número de almas ou ambos. No entanto, com os dados existentes é possível verificar globalmente as tendências demográficas no concelho ao longo do século XVIII.

Gráfico 2 — Evolução do número de fogos em Santa Cruz de Ribatâmega entre 1706 e 1801



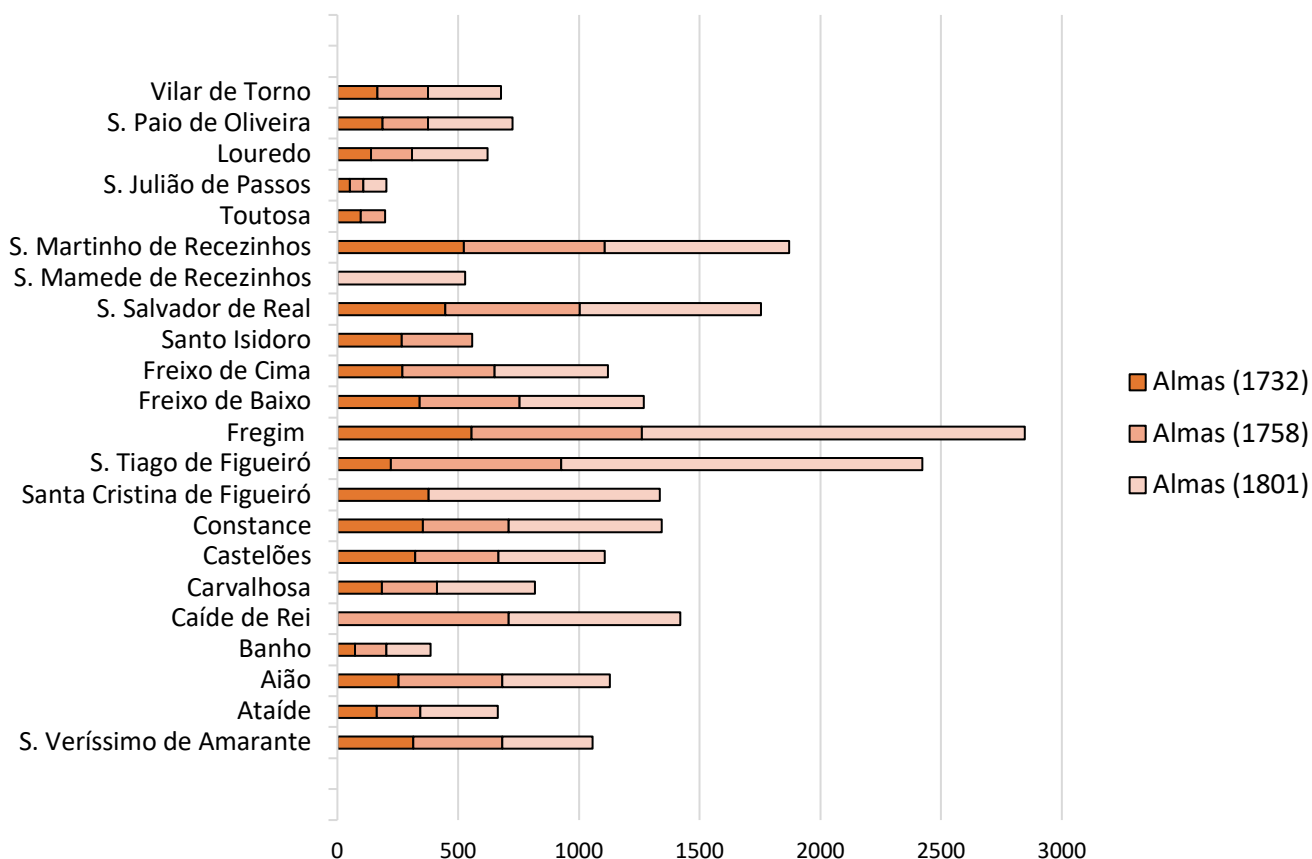
Fontes: *Corografia Portuguesa* do Padre António Carvalho da Costa (1706); *Geografia histórica* de Luís Caetano de Lima (1732); *Memórias Paroquiais*, ANTT (1758); *Recenseamento de 1801*

Atentando ao Gráfico 1, das 16 freguesias para as quais existem dados sobre o número de fogos em 1706 e 1732, é possível verificar que 10 sofreram uma diminuição no seu número. As razões que podem ser apontadas para esse decréscimo durante este período — que ocorreu globalmente em Portugal — podem ter passado pela participação portuguesa na Guerra de Sucessão Espanhola no princípio da centúria, assim como várias crises de mortalidade provocadas pela guerra, a escassez na produção cerealífera ou eventuais epidemias, marcando o final do século XVII e o início do século XVIII (Moreira, 2008: 252).

No entanto, freguesias como Freixo de Cima e Freixo de Baixo tiveram um aumento significativo no número de fogos, passando respetivamente de 19 e 25 fogos em 1706 para 85 e 88 em 1732. Essas freguesias estavam situadas nos limites do concelho e estavam repartidas entre Santa Cruz de Ribatâmega e Celorico de Basto.

Contudo, o número de fogos que o Padre António Carvalho da Costa aponta para S. Veríssimo de Amarante — 500 fogos — parece ser bastante exagerado, principalmente tendo em conta que em 1732, menos de 30 anos depois, esse número caiu para 91 fogos. Apesar do decréscimo no número de fogos ter sido uma realidade para a maioria do concelho, uma quebra de 409 fogos em S. Veríssimo de Amarante parece, ainda assim, um pouco improvável. Porém, é possível que esse número seja resultante da junção das populações de S. Veríssimo de Amarante e da vila de Amarante, visto que na descrição desta última o autor não fez referência ao número de fogos da vila²⁹.

Gráfico 2 — Evolução do número de almas por paróquia entre 1706 e 1801



Fontes: *Geografia histórica* de Luís Caetano de Lima (1732); *Memórias Paroquiais*, ANTT (1758); *Recenseamento de 1801*

²⁹ Costa, Padre António Carvalho — *Corografia Portuguesa...*, pág. 144

Apesar do decréscimo populacional entre 1706 e 1732 ter sido global para o reino de Portugal, o caso de Santa Cruz de Ribatâmega não se enquadra no panorama regional, visto que a província do Minho foi a única que viu a sua população aumentar neste período (Moreira, 2008: 257; 259).

Globalmente, a população portuguesa deu sinais de alguma recuperação entre 1732 e 1758, mas verifica-se que o número de fogos não acompanhou o crescimento do número de almas (Moreira, 2008: 256). O mesmo fenómeno também ocorreu na Diocese do Porto, nomeadamente em Sobretâmega (Osswald, 2008: 262) — que se localizaria a sul do concelho. Tendo em conta os dois gráficos apresentados, é possível observar que a mesma tendência também ocorreu em Santa Cruz de Ribatâmega, continuando a verificar-se durante o resto do século XVIII.

Todavia, o início da segunda metade de Setecentos trouxe consigo novas adversidades: o Terramoto de Lisboa em 1755, o princípio da Guerra dos Sete Anos (que contou com a participação de Portugal) e uma nova crise económica.

Tais fatores terão contribuído para o abrandamento do crescimento da população em Portugal nas décadas de 1760 e 1770 (Moreira, 2008: 254-255). A acrescentar, Aurélio de Oliveira afirma que no final desta década, entre 1767 e 1770, se desencadeou uma grave crise agrícola na região do Entre Douro e Minho que, subsequentemente, acabou por afetar o resto do país (Oliveira, 1996: 251).

Apesar de não existirem dados para esse período para o concelho, na *Memória* de Banho o pároco reitera a insuficiência das produções agrícolas para prover sustento a todos os paroquianos, assim como em Louredo e Santo Isidoro destacam a infertilidade dos solos em 1758. Desse modo, coloca-se a hipótese que as circunstâncias locais aliadas à situação global do reino podem ter tido impacto no crescimento populacional nas décadas seguintes. Contudo, desconhece-se qual terá sido a verdadeira repercussão desta conjuntura nestas freguesias e nas restantes de Santa Cruz de Ribatâmega.

Mas apesar destas condições no início da segunda metade do século XVIII, a partir do Gráfico 2 é possível observar que houve um crescimento muito mais significativo no número de almas na maioria do concelho.

Particularmente notáveis são os casos de S. Tiago de Figueiró, que em 1732 tinha cerca de 221 almas, em 1758 tinha, pelo menos, 706 pessoas maiores, e em 1801 tinha 1495 almas; e de Fregim, a freguesia mais populosa do concelho desde 1732, mas que em 1758 contava com 705 almas e, em 1801, tinha cerca de 1585 — ou seja, um crescimento de quase 900 almas em menos de 50 anos.

Estas foram as únicas freguesias que possuíam mais de mil almas em todo o concelho em 1801. Todavia, não se consegue encontrar uma explicação suficientemente plausível para crescimento tão expressivo nestas duas freguesias, principalmente para S. Tiago de Figueiró.

No seu estudo sobre comportamentos demográficos na província do Minho, Maria Norberta Amorim explica que algumas das razões que possivelmente favoreceram a sobrevivência das populações minhotas em épocas de crise ao longo dos séculos poderão ter sido, por um lado, a dispersão e maior isolamento das povoações, protegendo-as do contágio durante epidemias; e/ou a melhor alimentação, mais rica em milho (com níveis altos de cultivo na província minhota), em legumes, fruta, feijão e vinho (Amorim, 1999: 20). Tal poderia ajudar a explicar o crescimento populacional expressivo nas freguesias de S. Tiago de Figueiró e Fregim — que, segundo as respetivas *Memórias*, esses alimentos eram algumas das suas principais produções agrícolas —, mas muito provavelmente não seria a razão principal, visto que praticamente todas as freguesias produziam os mesmos produtos, mas não tiveram um aumento tão significativo na sua população. Dessa forma, existe igualmente a possibilidade dos dados registados para S. Tiago de Figueiró e Fregim possam ter sido enganos ou erros.

Articulando as informações do Gráfico 1 e do Gráfico 2, verifica-se que apesar do crescimento populacional acentuado entre 1758 e 1801, o número de fogos continuou a crescer de forma bastante lenta, ajustando-se à tendência observada a nível nacional durante o mesmo período (Moreira, 2008: 254).

1.3. As atividades económicas

Situando-se na província do Entre Douro e Minho, as características geográficas desta área refletiam-se fortemente na produção agrícola de Santa Cruz de Ribatâmega.

Possuindo um clima mais húmido e solos favoráveis à plantação de cereais de regadio e de produtos hortofrutícolas (Mattoso, Vol. 2, 1993: 165), nas *Memórias Paroquiais* de 1758 os párocos mencionam o cultivo predominante de milho de várias variedades — graúdo, miúdo, grosso e milho mais frequentemente —, de centeio e alguma cevada, em detrimento do trigo, de escassa produção. Tal enquadrava-se no panorama do território integrado no atual distrito do Porto para o século XVIII, em que o cultivo de algumas variedades de milho (como o milho maís, também denominado de milho) predominava sobre a produção de cereais como o trigo, possivelmente devido à maior rentabilidade e resistência, mesmo em solos pobres (Capela, Matos e Borralheiro, 2009: 83-84). A par destes cereais, a terra também era propícia à produção de frutas (como a castanha, devido à predominância do castanheiro), legumes e leguminosas, sobretudo o feijão, assim como o vinho verde e o azeite, cujas produções se verificam em quase todas as paróquias do concelho.

À exceção do milho grosso — cuja introdução foi mais tardia —, os produtos cultivados em Santa Cruz de Ribatâmega em 1758 não diferiam daqueles que eram produzidos em 1513, época em que foi outorgado o foral manuelino ao concelho.

Em relação a outras atividades, como a criação de gado e a pastorícia, nas *Memórias* de Aião³⁰, Freixo de Baixo³¹ e Vilar de Torno³², faz-se referência à caça de lebres, coelhos e perdizes, assim como em S. Tiago de Figueiró, onde o pároco também refere a existência de criação de gado e de ovelhas e cabras³³.

No entanto, apesar dos solos serem tipicamente férteis no Entre Douro e Minho, alguns párocos dão conta de produções agrícolas baixas em algumas freguesias do concelho, não sendo suficientes para o sustento de todos os moradores em Banho³⁴ e, dependendo dos anos, em Ataíde³⁵. Nas paróquias de Louredo³⁶ e Santo Isidoro³⁷, os

³⁰ ANTT — *Memórias paroquiais*, vol. 5, n.º 87, p. 1095

³¹ ANTT — *Memórias paroquiais*, vol. 16, n.º 185, p. 1125

³² ANTT — *Memórias paroquiais*, vol. 41, n.º 309, p. 1879

³³ ANTT — *Memórias paroquiais*, vol. 15, n.º 80, p. 505

³⁴ ANTT — *Memórias paroquiais*, vol. 6, n.º 21, p. 131 a 134

³⁵ ANTT — *Memórias paroquiais*, vol. 5, n.º 35, p. 751 a 756

³⁶ ANTT — *Memórias paroquiais*, vol. 21, n.º 135, p. 1209 a 1212

³⁷ ANTT — *Memórias paroquiais*, vol. 18, n.º (J) 55, p. 359 a 363

párocos destacam os problemas de fertilidade dos solos agrícolas, mesmo situando-se nas margens do rio como acontecia no caso da última.

Localizando-se nas margens do rio Tâmega ou passando dentro das freguesias o rio Odres e outros subafluentes, o uso comunitário destes cursos de água — que podiam ser livremente utilizados por todos — permitia a existência de alguma atividade piscatória no concelho, sendo mais frequente a pesca de bogas, escalos, barbos e trutas e, ocasionalmente, de enguias e lampreias. Para além dessa atividade, também estariam presentes ao longo desses cursos de água várias rodas de moinho para a produção do pão³⁸.

No que diz respeito à atividade comercial e à realização de feiras — que eram essenciais para o abastecimento das populações —, Francisco Xavier da Serra Craesbeeck, em 1726, faz referência à realização de duas feiras concelhias mensais nas primeiras quintas-feiras e no dia 13 de cada mês, assim como uma “feira de bestas” no dia de Santo António (Craesbeeck, 1993: 148), que provavelmente seriam realizadas nos locais mais centrais do concelho como S. Salvador de Real, cabeça de concelho, como era frequente acontecer no século XVIII (Capela, Matos e Borralheiro, Vol. 5, 2009: 91). A par destas feiras, as *Memórias Paroquiais* dão conta da existência de feiras mensais e/ou anuais em Ataíde, Constance³⁹, Freixo de Cima⁴⁰ e Toutosa⁴¹.

³⁸ Uma lista com os produtos produzidos em cada freguesia (de acordo com as *Memórias Paroquiais*) encontra-se nos Anexos

³⁹ ANTT — *Memórias paroquiais*, vol. 11, n.º 373, p. 2539 a 2546

⁴⁰ ANTT — *Memórias paroquiais*, vol. 16, n.º 188, p. 1135 a 1142

⁴¹ ANTT — *Memórias paroquiais*, vol. 37, n.º 90, p. 973 a 976]

Quadro 2 — Feiras referenciadas nas *Memórias Paroquiais* de 1758

Freguesia	Feira(s)						
	Anual	Data(s)	Local	Mensal	Data(s)	Local	Franca
S. Pedro de Ataíde	3	20 de janeiro; 3 de dezembro; Segunda oitava na festa de Natal;	Devesa da Feira	2	Primeira quinta-feira e dia 22 de cada mês	-	Feira anual na segunda oitava na festa de Natal
Santa Eulália de Constance	1	6 e 7 de dezembro	Venda Nova	-	-	-	Feira anual
S. Miguel de Freixo de Cima	1	4 a 8 de setembro	São Gens	1	Dia 11 de cada mês	São Gens	Feira anual e Feira mensal
Santa Cristina de Toutosa	1	Dia da Ascensão do Senhor	Terreiro da Capela da Nossa Senhora da Livração	-	-	-	Feira anual

Fontes: *Memórias Paroquiais* de Ataíde, Constance, Freixo de Cima e Toutosa [ANTT]

Algumas das feiras referenciadas poderiam ser realizadas com o intuito de comercializar um produto específico, como a feira de Constance era dedicada à comercialização exclusiva de porcos — possivelmente para a produção de fumados —, ou a feira realizada no dia 11 de cada mês em Freixo de Cima, onde se vendia gado, aves e produtos agrícolas produzidos localmente.

Por outro lado, a feira com maior duração no concelho de Santa Cruz de Ribatâmega era a feira realizada entre 4 e 8 de setembro — dia de nascimento da Virgem Maria — em São Gens, também em Freixo de Cima. O pároco da freguesia relatava que “*esta acolhe muitos povos*”⁴², visitada por vários e possivelmente entre os visitantes também estariam mercadores e tendeiros oriundos de outras paragens, como a cidade do Porto (Capela, Matos e Borralheiro, Vol. 5, 2009: 92).

⁴² ANTT — *Memórias paroquiais*, vol. 16, n.º 188, fl. 1140

As feiras mensais concelhias, assim como as feiras mensais de Ataíde e de Freixo de Cima, seriam fundamentais para o abastecimento da população do concelho, sendo comercializados produtos oriundos das várias freguesias e que seriam necessários para o quotidiano das pessoas (Capela, Matos e Borralheiro, Vol. 5, 2009: 91-92). Apesar de se desconhecer quais os impostos que deviam ser pagos para a maioria destas feiras, pelo menos a feira mensal de São Gens era franca, ou seja, livre do pagamento de impostos.

1.4. Os senhores de Santa Cruz de Ribatâmega (séculos XII-XVIII)

Os primeiros dados relativos à jurisdição senhorial de Santa Cruz de Ribatâmega datam do período de governação de D. Teresa nos inícios do século XII, estando na sua posse D. Mem Viegas de Sousa. Embora a data da doação da terra de Santa Cruz seja desconhecida, D. Mem Viegas de Sousa ter-se-á afirmado como senhor da mesma no ano de 1111 (Sousa da Silva, Vol. I, 2000: 63) ou 1112 (Gayo, Vol. X, 1990: 15).

D. Mem Viegas de Sousa era o senhor da Casa de Sousa, cuja linhagem familiar era oriunda das terras de Basto, mas que se havia deslocado do seu local de origem para o vale do Sousa, atraídos pela fertilidade das terras (Pizarro, 2014: 30). De acordo com Felgueiras Gayo, D. Egas Gomes de Sousa — pai de D. Mem Viegas de Sousa —, já teria nascido no novo lugar de residência da família nas terras de Sousa, tendo adotado o nome como apelido de família. Para além de Felgueiras — cujo senhorio teria herdado do seu próprio pai —, D. Egas também haveria de ser senhor de Novelas, em Penafiel (Gayo, Vol. X, 1990: 14-15), e os seus descendentes alargariam a jurisdição senhorial da linhagem dos Sousa a Santa Cruz de Ribatâmega (como o seu filho, D. Mem Viegas), a Lousada, a Aguiar de Sousa e às terras de Basto.

A par da crescente influência senhorial dos “Sousões” nos vales do Sousa e do Tâmega, continuaram a consolidar a sua significativa importância política que se iniciara aquando do seu posicionamento ao lado de Fernando Magno pela conquista do trono leonês, que o conseguiria após a Batalha de Tamarón em 1037. Após o reinado de Fernando Magno, a família continuou a estar presente na vida política leonesa e, mais tarde, no Condado Portucalense (Miranda, 2011: 80).

Beneficiando da sua influência política e territorial, a família Sousa — liderada por D. Mem Viegas de Sousa entre 1111-1112 — tornou-se numa das principais linhagens aristocráticas na corte condal, a par das famílias Maia, Baião e Ribadouro (Pizarro, 2014: 30). Tal continuaria após a subida de D. Afonso Henriques ao poder, que contou com o apoio político e militar da Casa de Sousa na luta contra a sua mãe, D. Teresa, e nos princípios da nacionalidade. Na nova corte portuguesa, a Casa de Sousa seria uma das famílias aristocráticas que possuiria maior influência na vida política durante os reinados dos primeiros monarcas da Dinastia de Borgonha no reino de Portugal (Miranda, 2011: 80-81).

No entanto, nos seus anos finais a liderança da Casa de Sousa foi sendo herdada por vários membros masculinos da família — devido à morte dos condes sem herdeiros varões legítimos —, até se extinguir pela via masculina com a morte de D. Gonçalo Garcia de Sousa em 1285, que à época era detentor da posição de alferes-mor e casado com uma das irmãs do monarca reinante, D. Dinis (Pizarro, 2014: 35).

Apesar de não se conhecer oficialmente o destino de Santa Cruz de Ribatâmega após a morte do último conde da Casa de Sousa e a contenda subsequente pela herança familiar, é presumível que o julgado tenha revertido para a Coroa Portuguesa, visto que quase um século depois, este é objeto de uma nova doação durante o reinado de D. Pedro I. Este monarca doou as terras de Santa Cruz a um dos seus filhos, o Infante D. Dinis de Castro, fruto da sua relação com D. Inês de Castro, em conjunto com a Vila de Prado, Murça, Jales, Zurara, São João de Rei, Geraz de Riba do Lima, Valdevez e Maia⁴³. No entanto, o infante partiu para o exílio no início do reinado de D. Fernando, sendo que os seus bens foram provavelmente retirados e revertidos para a Coroa.

O julgado é objeto de nova doação em 1384 por D. João, Mestre de Avis, a Martim Gonçalves Alcoforado, um dos seus apoiantes às suas pretensões ao trono português durante a crise dinástica de 1383-1385⁴⁴. Contudo, quatro anos depois, em

⁴³ ANTT — Casa de Abrantes, cx. 43, mç. 129, doc. 2559

⁴⁴ ANTT — Chancelaria de D. João I, liv. 1, fl. 26v

1388, o julgado foi alvo de nova doação por D. João I, desta vez a Martim Vasques de Resende⁴⁵, concedendo-lhe a jurisdição cível e criminal para ele e os seus descendentes.

Martim Vasques de Resende era vassalo do Rei e, em conjunto com o irmão Fernão Vasques de Resende, detentor do couto de Resende. Foi casado com uma filha do marechal Álvaro Pereira, Beatriz, que tinha uma posição proeminente na corte portuguesa, por ter estado ao serviço da casa da Rainha D. Filipa.

Santa Cruz de Ribatâmega é objeto de nova doação em 1434 por D. Duarte a um dos fidalgos da sua casa, Vasco Martins de Resende — filho de Martim Vasques Resende —, Cavaleiro da Casa Real e vassalo de D. João I, sendo que a terra, segundo o documento, tinha sido confiscada a Álvaro Vasques de Monterroso⁴⁶. Este último era um clérigo de missa fidalgo e era detentor da correição e das alçadas de Santa Cruz de Ribatâmega, que não tinham sido incluídas na doação destas terras a Martim Vasques de Resende (Moreno, 2000: 585), e que lhe foram posteriormente retiradas por D. João I.

Vasco Martins de Resende foi casado pela primeira vez com D. Isabel de Sousa — descendente por via paterna do primeiro senhor de Santa Cruz de Ribatâmega, D. Mem Viegas de Sousa⁴⁷ —, tendo o matrimónio ocorrido, possivelmente, em 1439⁴⁸. Ambos foram detentores de importantes cargos na corte portuguesa, sendo D. Isabel de Sousa uma das donzelas da Casa da Rainha D. Isabel e Vasco Martins de Resende era já Regedor da Justiça Régia na comarca de Entre Douro e Minho em 1450⁴⁹.

Alguns anos antes, em 1442, um dos criados e sobrinho de Vasco Martins de Resende, Fernão da Granja, foi nomeado por D. Afonso V para o cargo de Juiz das Sisas Régias no julgado de Gestaço e Gouveia e para as honras de Amarante e de Ovelha⁵⁰, sendo que o cargo que exercia em 1450 poderia já ser fruto da influência que Vasco

⁴⁵ ANTT — Chancelaria de D. João I, liv. 1, fl. 182

⁴⁶ ANTT — Chancelaria de D. Duarte I, liv. 1, fl. 99

⁴⁷ Veja-se a Árvore Genealógica da Casa de Sousa em Anexos

⁴⁸ ANTT — Chancelaria de D. Afonso V, l. 19, fl. 32

⁴⁹ ANTT — Chancelaria de D. Afonso V, l. 11, f. 154

⁵⁰ ANTT — Chancelaria de D. Afonso V, liv. 2, fl. 34

Martins de Resende já poderia exercer nessa área geográfica a partir da presença de subordinados seus no território.

No entanto, o casal não teve descendência e após a morte de D. Isabel de Sousa, Vasco Martins de Resende casou pela segunda vez com D. Maria (ou D. Isabel) de Castro, cujo contrato de casamento foi oficializado em outubro de 1464⁵¹. Nesse documento, para além de Regedor da Justiça na comarca de Entre Douro e Minho, já é descrito como um dos conselheiros de D. Afonso V.

Em 1478, as terras de Santa Cruz são transferidas para uma nova jurisdição senhorial, desta vez para D. Diogo de Castro⁵². O novo senhor tinha sido, pelo menos desde 1475, criado e fidalgo da casa de D. Afonso V, conforme se diz na carta de confirmação da doação de todas as rendas, jurisdições, rendas, senhorios e direitos que haviam pertencido a Vasco Martins de Resende, em 1496. Doação que pretende ser a recompensa pelos serviços prestados por D. Diogo de Castro ao seu rei⁵³.

No entanto, os dois homens possuíam ainda uma relação familiar visto que D. Maria de Castro, segunda mulher de Vasco Martins de Resende, era prima-irmã de D. Diogo de Castro — os dois primos eram bisnetos de D. Fernando de Castro, Conde de Trastâmara, e meio-irmão mais velho de D. Inês de Castro⁵⁴.

Francisco Ribeiro da Silva afirma que após a morte de Vasco Martins de Resende, D. Maria de Castro é nomeada como sua sucessora nos vários territórios que detinha jurisdição, incluindo Santa Cruz de Ribatâmega (Silva, 2008: 15). Apesar de existirem registos de uma cláusula no contrato de casamento entre Vasco Martins de Resende e D. Maria de Castro que, em caso de viuvez, seria garantido à esposa o seu dote e arras⁵⁵, na documentação referente à doação de Santa Cruz de Ribatâmega a D. Diogo de Castro é apenas mencionado o nome de Vasco Martins de Resende, “tio” de D. Diogo⁵⁶ — que

⁵¹ ANTT — Chancelaria de D. Afonso V, lv. 8, f. 32

⁵² ANTT — *Sumário alfabético...*, fl. 143, 153

⁵³ ANTT — Chancelaria de D. Manuel I, liv. 13, fl. 20v

⁵⁴ Veja-se a Árvore Genealógica da Família Castro em Anexos

⁵⁵ ANTT — Chancelaria de D. Afonso V, lv. 8, fl. 32

⁵⁶ ANTT — *Sumário alfabético...*, fl. 143, 153

terá vivido pelo menos até 1475 ou 1476⁵⁷ —, não existindo qualquer referência a D. Maria.

Além da doação, está também documentado que D. Diogo de Castro já era detentor de bens nas terras de Santa Cruz, assim como em Lanhoso, Ázere, Cinfães e Resende, em 1449⁵⁸ — o que pode indicar a sua presença em Santa Cruz de Ribatâmega nas três décadas anteriores à doação em 1478. Tal conjectura parece sugerir que D. Diogo de Castro poderá ter sucedido diretamente a Vasco Martins de Resende na jurisdição de Santa Cruz de Ribatâmega após a morte do último, ou ter sucedido a D. Maria de Castro no caso de esta ter falecido entre 1475 e 1478.

Tal como o seu predecessor, D. Diogo de Castro foi um homem próximo da Coroa, tendo sido casado com D. Isabel de Beredo (também referida como D. Isabel Pereira), por sua vez filha de D. Maria de Beredo, uma das donzelas da casa da Rainha D. Isabel, esposa de D. Afonso V⁵⁹ — tal como tinha sido D. Isabel de Sousa, primeira mulher de Vasco Martins de Resende. O próprio D. Diogo também aparece referido como integrante do Conselho de D. Manuel, ainda Duque e herdeiro da Coroa, no início do ano de 1495 — onde também aparece referenciado como alcaide-mor das vilas de Sabugal e Alfaiates⁶⁰ —, e mantém-se como tal após D. Manuel ascender ao trono⁶¹.

D. Diogo de Castro terá falecido entre 1505, data em que consegue o pagamento de uma tença para a sua filha D. Filipa⁶², e 1509. O seu único filho varão legítimo, D. Fernando de Castro, chegou a pertencer ao Conselho Real e assumiu o cargo de Capitão da cidade de Évora e seu termo em 1496⁶³, mas acabou por morrer antes do seu pai, em Arzila, deixando dois filhos: D. Álvaro e D. Diogo.

⁵⁷ ANTT — Chancelaria de D. Afonso V, lv. 7, fl. 51

⁵⁸ ANTT — Gavetas, Gav. 24, mç. 1, n.º 4

⁵⁹ ANTT — Chancelaria de D. Manuel I, liv. 20, fl. 8

⁶⁰ ANTT — Chancelaria de D. Manuel I, liv. 32, fl. 26

⁶¹ ANTT — Chancelaria de D. Manuel I, liv. 13, fl. 18

⁶² ANTT — Chancelaria de D. Manuel I, liv. 20, fl. 8

⁶³ ANTT — Chancelaria de D. Manuel I, liv. 17, fl. 88

Deste modo, em 1509, D. Manuel I confirma a D. Álvaro de Castro — filho mais velho de D. Fernando — a doação feita a D. Diogo de Castro, seu avô, das jurisdições das terras de Cinfães, Resende, Sinde, Ázere, Santa Cruz de Ribatâmega e Lanhoso⁶⁴.

Contudo, D. Álvaro de Castro também morre sem casar e sem deixar descendência. Em 1511, D. Diogo de Castro (neto) herda as jurisdições que foram de seu irmão mais velho, D. Álvaro e as alcaidarias-mores de Sabugal e Alfaiates de seu avô⁶⁵, assim como a capitania de Évora e seu termo do seu pai em 1520⁶⁶.

Dessa forma, é durante o período em que D. Diogo de Castro (neto) é senhor de Santa Cruz de Ribatâmega que D. Manuel I outorga o foral a esta terra, a 1 de setembro de 1513.

D. Diogo de Castro morreu sem deixar descendência e, em 1546, D. João III doa as suas várias jurisdições a D. Duarte de Meneses, membro do seu Conselho⁶⁷ e marido de D. Filipa de Castro, tia de D. Diogo (neto).

Após a morte de D. Duarte de Meneses, D. Sebastião faz doação por uma vida das jurisdições, incluindo Santa Cruz de Ribatâmega, ao filho deste, D. Garcia de Meneses⁶⁸.

Contudo, D. Garcia de Meneses e o seu único filho, de nome D. Duarte de Meneses, morreram na Batalha de Alcácer-Quibir em 1578⁶⁹, sendo que as jurisdições tenham sido possivelmente revertidas para a Coroa.

Em 1582, D. Filipe I faz a doação de juro e herdade do concelho de Santa Cruz a D. Duarte de Castelo Branco, 1.º Conde de Sabugal, em conjunto com as terras e Castelo de Lanhoso, Sinde, Ázere e Cinfães. Por via materna, o Conde era sobrinho e cunhado de D. Garcia de Meneses, seu predecessor, e bisneto de D. Diogo de Castro⁷⁰. Por via paterna, era neto de D. Martinho de Castelo Branco, 1.º Conde de Vila Nova de

⁶⁴ ANTT — *Sumário alfabético...*, fl. 140v

⁶⁵ ANTT — Chancelaria de D. Manuel I, liv. 8, fl. 17v

⁶⁶ ANTT — Chancelaria de D. Manuel I, liv. 39, fl. 29v

⁶⁷ ANTT — *Sumário alfabético...*, fl. 147

⁶⁸ ANTT — *Sumário alfabético...*, fl. 147v.

⁶⁹ ANTT — *Sumário alfabético...*, fl. 147v.

⁷⁰ ANTT — *Sumário alfabético...*, fl. 148v.

Portimão, integrante do Conselho Régio de D. Manuel I e vedor da Fazenda Real⁷¹. Por terem sido personalidades influentes junto do Rei D. Manuel I e na corte, D. Martinho de Castelo Branco seria certamente um conhecido de D. Diogo de Castro (avô)⁷².

Tal como os seus predecessores e familiares, D. Duarte de Castelo Branco também foi militar, tendo participado na Batalha de Alcácer-Quibir em 1578, e foi um homem próximo da Coroa, tendo sido detentor do cargo de Meirinho-mor — tal como o seu pai, D. Afonso, havia sido (Gayo, Vol. IV, 1989: 20), tendo o cargo sido associado ao título e detido pelos seus sucessores masculinos. Terá sido pajem de Companhia de D. João III, um enviado como embaixador a Castela por D. Sebastião (Silveira Pinto e Sanches da Baena, Vol. 2, 1883: 474), e em 1588 integrava o Conselho Real de D. Filipe I⁷³.

“Servir a monarquia, produzir serviços, era, de facto, uma necessidade evidente e confessada, que a esmagadora maioria procurou concretizar” (Monteiro, 2012: 94), esta caracterização descreve as ações dos vários senhores de Santa Cruz Ribatâmega, incluindo os membros da Casa de Sabugal. Servindo a Coroa, os herdeiros e herdeiras da Casa de Sabugal — as mulheres puderam herdar o título através da isenção da Lei Mental⁷⁴ —, e meirinhos-mores por associação do cargo ao seu título, perpetuaram as posições de influência junto dos monarcas e na corte portuguesa tal como os antepassados da família, integrando o grupo de famílias detentoras de títulos com Grandeza no reino.

⁷¹ ANTT — Corpo Cronológico, Parte II, mç. 8, n.º 72

⁷² Veja-se as Árvores Genealógicas da Família Castro e da Casa de Sabugal-Palma-Óbidos em Anexos

⁷³ ANTT — *Sumário alfabético...*, fl. 150

⁷⁴ ANTT — *Sumário alfabético...*, fl. 154

Quadro 3 — Sucessão da Casa de Sabugal-Palma-Óbidos entre 1582 e 1806

Data (Sucessão)	Titular
1582	D. Duarte de Castelo Branco, 1.º Conde de Sabugal
1618	D. Francisco de Castelo Branco, 2.º Conde de Sabugal
1649	D. Brites de Meneses, 3.ª Condessa de Sabugal
1664	D. Brites de Mascarenhas da Costa e Castelo Branco, 4.ª Condessa de Sabugal e 3.ª Condessa de Palma
1719	D. Manuel de Assis de Mascarenhas, 3.º Conde de Óbidos (não utiliza os títulos de Conde de Sabugal e Conde de Palma)
1760	D. José de Assis Mascarenhas, 4.º Conde de Óbidos (não utiliza os títulos de Conde de Sabugal e Conde de Palma)
1806	D. Manuel de Assis Mascarenhas, 5.º Conde de Óbidos, 5.º Conde de Sabugal e 5.º Conde de Palma

Fontes: *Sumário alfabético...* (ANTT) e *Resenha das famílias titulares e grandes de Portugal* (vol. 2, págs. 470-474)

Tendo investido em matrimónios dentro do seu meio social — como era costume para as Casas dos Grandes, que tinham preferência por casar os seus filhos e filhas dentro da primeira nobreza de modo a “favorecer o seu *acrescentamento*” (Monteiro, 2012: 90) —, a Casa de Sabugal adquiriu por esta via outros dois títulos aristocráticos: através do casamento da 3.ª Condessa de Sabugal com D. Nuno Mascarenhas da Costa, herdeiro do Morgado de Palma, os descendentes do casal foram titulados de Condes/Condessas de Palma; e através da união da 4.ª Condessa de Sabugal e 3.ª Condessa de Palma com D. Fernão Martins Mascarenhas, 2.º Conde de Óbidos, os seus herdeiros intitularam-se de Conde de Óbidos (Silveira Pinto e Sanches da Baena, Vol. 2, 1883: 472-473).

Além da proximidade aos monarcas portugueses, a carreira militar foi também um dos meios de destaque para vários membros da família ao longo das gerações: desde os antepassados mais distantes, como D. Fernando de Castro e D. Garcia de Meneses, que pereceram no campo de batalha no continente africano, até ao século XVIII com D. Manuel de Assis Mascarenhas, 3.º Conde de Óbidos e Meirinho-mor — senhor de Santa Cruz de Ribatâmega aquando da realização das *Memórias Paroquiais* em 1758 —, nomeado Coronel de Cavalaria em 1749, assim como Brigadeiro da Cavalaria da Corte em 1752 (Silveira Pinto e Sanches da Baena, Vol. 2, 1883: 472).

Deste modo, Santa Cruz de Ribatâmega permaneceu sob a jurisdição dos Condes e Condessas de Sabugal e sob correição régia até à abolição das ouvidorias em 1790, por ordem de D. Maria I.

1.5. O poder local

A construção da malha concelhia ao longo do território foi um processo que se iniciou durante a Reconquista Cristã e no qual, particularmente por vários monarcas da primeira dinastia da monarquia portuguesa, tiveram uma ação determinante. Num processo que não se desenvolveu de forma homogénea, o crescente território português foi gradualmente abrangido por várias modalidades de poder local, estando estas sujeitas à jurisdição régia, geralmente através da concessão de uma carta de foral, ou a uma jurisdição senhorial, leiga ou eclesiástica, abrindo portas à criação de honras e coutos (Monteiro in Oliveira, 1996: 30). É neste contexto, por exemplo, em que a freguesia de S. Martinho de Mancelos foi coutada, remetendo para a governação de D. Afonso Henriques.

Independentemente dos tipos de modalidades de poder local que existiam, o objetivo de todos eles era o mesmo: a efetiva administração jurídica e económica a nível local, e um sistema que permitisse essa atuação junto das comunidades (Mata, 2014: 34). No caso de Santa Cruz de Ribatâmega, o seu território foi conotado como um julgado nas Inquirições de 1220, durante o reinado de D. Afonso II, e tal como já foi referido, essa área deveria ser administrada por um juiz local — certamente responsável por assegurar a administração da justiça e a exploração económica do território —, embora não visse o seu estatuto concelhio reconhecido através da concessão de uma carta de foral.

Esse documento só acabaria por ser concedido a Santa Cruz de Ribatâmega séculos mais tarde, em 1513, durante o reinado de D. Manuel I. Durante a sua governação, este monarca levou a cabo uma extensa reforma dos forais, procedendo a atualizações em matéria tributária — não se restringido apenas à cobrança de tributos para a Coroa, mas também para os donatários —, à tentativa de normalização dos pesos e medidas, assim como a modernização da linguagem (Neto in Mattoso, Vol. 3, 1993:

171-172). Por sua vez, o foral de Santa Cruz de Ribatâmega praticamente só faz referência a matérias de foro tributário e judicial, não possuindo grande informação acerca da organização e funcionamento do poder local do novo concelho (Silva, 2008: 13) — o que não seria de todo incomum, visto que os forais manuelinos já não teriam essa finalidade (Monteiro in Oliveira, 1996: 32).

Deste modo, só é possível precisar a organização do poder local a partir 1663, data do primeiro *Livro das eleições e actos da Câmara* que sobreviveu até à atualidade. Nessa data, a câmara de Santa Cruz de Ribatâmega contava com um juiz ordinário, dois vereadores, um procurador e um escrivão.

Apesar de vários concelhos possuírem um tesoureiro, devido à falta de referências deste cargo nos livros de atas supõe-se que em Santa Cruz de Ribatâmega as suas funções eram incorporadas no cargo de Procurador — como acontecia em vários municípios em Portugal, como a Vila da Feira (Silva, 2007: 435), e era uma acumulação sugerida pela lei⁷⁵. Tal suposição é também reforçada através de registo de 1728 no *Livro das eleições e actos da Câmara*, em que se assenta a transmissão dos bens do concelho (cuja administração era, por norma, uma das responsabilidades do tesoureiro) de Manuel de Sousa Faria, procurador da Câmara no ano anterior, para Manuel Borges, seu sucessor no cargo⁷⁶.

As eleições para estes cargos eram realizadas todos os anos, de pelouro, nos Paços do Concelho no lugar de Vila Meã, na freguesia de S. Salvador de Real (atualmente na freguesia de Vila Meã em Amarante, que engloba as antigas freguesias de Real, Ataíde e Oliveira). Uma eleição de pelouro era presidida pelo ouvidor senhorial, participando o juiz, vereadores, procurador e vários homens influentes no concelho para escolherem as pessoas que possuísem as competências necessárias para deterem os cargos políticos. Os pelouros seriam colocados num cofre e, posteriormente, eram retirados do cofre por um menino com menos de 7 anos de idade⁷⁷. No caso de Santa Cruz de Ribatâmega, as eleições também foram presididas pelo juiz ordinário cessante.

⁷⁵ Ordenações Filipinas, Livro 1, Título LXX (página 163)

⁷⁶ AMAMT — Livro das eleições e actos da Câmara, 833, fl. 16

⁷⁷ AMAMT — Livro das eleições e actos da Câmara, 834, fls. 19-19v.

Por norma, o ato de juramento para assumir os cargos políticos tinham igualmente lugar nos Paços do Concelho, embora tenha havido exceções. Por exemplo, em 1728, o juiz ordinário Teodósio Correia de Sousa Montenegro, eleito em pelouro, e os seus vereadores, João Mendes e Manuel Teixeira, e o procurador, Manuel Borges, fizeram o seu juramento para exercer as suas funções camarárias durante aquele ano no Lugar da Capela, na freguesia de Fregim — possivelmente a Capela de S. Sebastião —, sendo quase todos eles naturais dessa freguesia⁷⁸.

No entanto, a composição do corpo camarário não se limitava aos quatro cargos referenciados. Posteriormente à eleição, competia à nova Câmara proceder com as eleições de outras pessoas para exercer cargos dependentes dos corpos camarários.

No campo económico e fiscal, a Câmara elegia pessoas para desempenhar os cargos de almotacés, que tinham como principais objetivos a vigilância sobre as atividades comerciais, nomeadamente em relação aos pesos e medidas dos produtos, aos preços praticados e o abastecimento de mantimentos para as populações. No entanto, de acordo com as Ordenações Filipinas, estes também deveriam zelar pelo mínimo de limpeza nas vias públicas⁷⁹. Ainda em matéria económica, a Câmara fazia eleição dos recebedores da sisa, cuja finalidade era a recolha e cobrança da sisa por todo o concelho — um imposto régio aplicável a “transações de bens móveis, imóveis e semoventes” (Costa, 2018).

Para garantir a segurança e a ordem pública no concelho, as vereações em Santa Cruz de Ribatâmega elegiam uma pessoa para desempenhar os cargos de meirinho e carcereiro, acumulando as funções de policiamento das ruas e a responsabilidade pela cadeia e pelos presos (Fonseca, 2005). Para auxiliar nas funções de policiamento do meirinho, o concelho também elegia quadrilheiros para cada uma das freguesias, sendo normalmente acompanhados de jurados: os primeiros seriam responsáveis por manter a ordem nas freguesias e os segundos pela solução de pequenos e eventuais conflitos que surgissem entre as vizinhanças em que não fosse necessária a intervenção da justiça (Silva, 2007: 433). Apesar de serem poucos os quadrilheiros que dão conta da sua

⁷⁸ AMAMT — Livro das eleições e actos da Câmara, 833, fls. 11-11v

⁷⁹ Ordenações Filipinas, Livro 1, Título LXVIII (páginas 157 a 160)

ocupação profissional, todos os que a referenciam estavam ligados aos ofícios mecânicos, como carpinteiros e alfaiates.

Para as tarefas administrativas, o concelho possuía um porteiro, a quem competia a afixação de editais, o apregoamento de decisões camarárias que precisavam de ser conhecimento público, fazer convocatórias ou notificações, a inventariação dos bens patrimoniais do município, entre outras funções (Fonseca, 2005).

Apesar de não terem sido encontrados registos específicos em relação à sua eleição ou nomeação, dá-se conta da existência de um escrivão das sisas entre 1694 e 1696⁸⁰, um juiz dos órfãos⁸¹ em 1728 e a *Memória Paroquial* de S. Tiago de Figueiró também dá conta de quatro escrivães do público, um inquiridor e um escrivão dos órfãos⁸².

Nos finais do século XVII, a Câmara também nomeava caminheiros para o seu concelho, para a honra de Vila Caiz, para o couto de Travanca e para o couto de Mancelos, nomeadamente a pedido da Comarca de Guimarães⁸³.

O exercício destes cargos era complementar para o desempenho das várias competências da Câmara. A administração da justiça a nível local era responsabilidade do juiz ordinário, sendo esse o seu principal dever, a par da manutenção da ordem pública no concelho e auxiliar os vereadores na governança (Mata, 2014: 73) — apesar de este cargo, normalmente, não ser acumulável com outras funções, em Santa Cruz de Ribatâmega estas funções chegaram a ser exercidas pelo capitão-mor entre julho e dezembro de 1762, que substituiu o juiz ordinário eleito no início desse ano⁸⁴.

Um dos casos onde é possível observar a atuação da justiça local e da Câmara data de 24 de janeiro de 1728, quando em sessão camarária se decide a suspensão do meirinho e carcereiro, Pedro Ribeiro, por não ter recolhido dois prisioneiros, António de Babo da freguesia de Mancelos e Gonçalo de Sousa de S. Tiago de Figueiró, quando estes tinham recebido explicitamente uma ordem de prisão. No mesmo dia, é também

⁸⁰ AMAMT — Livro das eleições e actos da Câmara, 832, fl. 34

⁸¹ AMAMT — Livro das eleições e actos da Câmara, 833, fl. 14

⁸² ANTT — Memórias paroquiais, vol. 15, n.º 80, p. 503

⁸³ AMAMT — Livro das eleições e actos da Câmara, 832, fls. 25v-27

⁸⁴ AMAMT — Livro das eleições e actos da Câmara, 834, fls. 9v e 18v.

aprisionado Francisco Sampaio, nomeado como recebedor da sisa apenas nove dias antes⁸⁵, por ordem do juiz ordinário, alegando como causa a desobediência face aos oficiais da Câmara em não proceder com a obrigação que lhe tinha sido confiada⁸⁶.

No rescaldo da suspensão de Pedro Ribeiro, a 25 de janeiro os vereadores e procurador da Câmara ordenaram ao novo meirinho e carcereiro, Manuel Coelho da freguesia de Castelões, que apresentasse um fiador para o exercício das suas funções⁸⁷.

A nível administrativo, a Câmara era responsável pela administração dos bens do concelho e das infraestruturas essenciais para as populações como caminhos, pontes ou chafarizes (Mata, 2014: 88; Silva, 2005: 92), assim como o registo das cartas de examinação dos oficiais mecânicos, de modo a poderem iniciar a prática do seu ofício — no caso de Santa Cruz de Ribatâmega, alguns destes registos estão nos *Livros de eleições e actos da Câmara*.

Um dos mais importantes pilares do poder local passava pela independência financeira do concelho e a sua capacidade de gerar as receitas necessárias para o pagamento das despesas municipais (Costa, 2018). Nesse sentido, a Câmara era responsável pela cobrança de impostos — nomeadamente a sisa e a terça, tributos régios —, assim como o abastecimento da população do concelho (Mata, 2014: 91), sendo que Manuel Francisco Sibrão, mercador, pediu autorização à Câmara para poder vender azeite e bacalhau à população concelhia em 1728⁸⁸. Alguns dos locais que seriam abastecidos pelas Câmaras eram as estalagens públicas, sendo que eram conhecidos alguns problemas relacionados com esta matéria: por exemplo, em janeiro de 1727, João Coelho, estalajadeiro, pediu à Câmara para se apressar com o fornecimento de carne, peixe, vinho e pão necessários para a alimentação dos hóspedes⁸⁹. Por outro lado, a Câmara regulamentou a obrigatoriedade da venda de certos produtos nestas estalagens — como pão, vinho, carne e peixe —, sendo que três estalajadeiros, Caetano

⁸⁵ AMAMT — Livro das eleições e actos da Câmara, 833, fl. 12

⁸⁶ AMAMT — Livro das eleições e actos da Câmara, 833, fls. 12v-13

⁸⁷ AMAMT — Livro das eleições e actos da Câmara, 833, fls. 13v-14

⁸⁸ AMAMT — Livro de eleições e actos da Câmara, 0833, fl. 23

⁸⁹ AMAMT — Livro das eleições e actos da Câmara, 833, fl. 2

Moreira (em 1728⁹⁰ e 1730⁹¹), Maria Teresa⁹² e o referido João Coelho⁹³ comprometeram-se com essa ordem.

A cobrança das sisas e das terças era alvo de fiscalização por parte da Câmara incluindo, para o caso da sisa régia, a nomeação de pessoas para recolher este imposto. No entanto, apesar do controlo, esta atividade deu azo a abusos. Em 1696, o tabelião João Machado Coelho e o escrivão das sisas foram condenados a pagar, respetivamente, os montantes de 675 réis por cada três meses e 425 réis após ter sido feita uma análise ao Livro de Tesoureiro e ter sido concluído que ambos tinham tomado as sisas arrecadas entre 1694 e 1695⁹⁴.

No caso das terças régias, eram registadas no *Livro das eleições e actos da Câmara*, sendo aplicadas sobre o valor em géneros das rendas apresentadas por cada rendeiro (sendo que a maioria apresentava também um fiador e a freguesia onde eram produzidas as ditas rendas). As terças e as sisas podiam ser arrendadas a terceiros, sendo conforme foi o caso em 1728, quando a Câmara condenou vários rendeiros de Freixo de Cima e Freixo de Baixo a pagar 3000 réis por não terem apresentado a terça da renda naquele ano⁹⁵. Também em 1728 foi registado um arrendamento da sisa por António Borges da freguesia de Alentém, que estipulava o valor de 47 600 réis⁹⁶. No ano seguinte, em 1729, é registado o arrendamento da sisa por Simão Carvalho com a quantia de 44 500 réis⁹⁷. Em 1730, esse valor tinha descido para 43 500 réis⁹⁸. Apesar de não ser conhecido o cabeção da sisa para o concelho — que deveria existir, visto que em troca da cobrança direta do imposto, a Coroa exigia aos municípios um valor específico que estes deviam pagar —, supõe-se que estes valores deveriam não só satisfazer o cabeção, mas também cobrir a possibilidade de haver sobejos, destinados para o pagamento de despesas municipais (Costa, 2018).

⁹⁰ AMAMT — Livro das eleições e actos da Câmara, 833, fl. 21

⁹¹ AMAMT — Livro das eleições e actos da Câmara, 833, fl. 88v

⁹² AMAMT — Livro das eleições e actos da Câmara, 833, fl. 89

⁹³ AMAMT — Livro das eleições e actos da Câmara, 833, fl. 89v

⁹⁴ AMAMT — Livro das eleições e actos da Câmara, 832, fl. 34

⁹⁵ AMAMT — Livro das eleições e actos da Câmara, 833, fl. 26v.

⁹⁶ AMAMT — Livro das eleições e actos da Câmara, 833, fl. 22

⁹⁷ AMAMT — Livro das eleições e actos da Câmara, 833, fls. 62v-63v

⁹⁸ AMAMT — Livro das eleições e actos da Câmara, 833, fl. 84

No concelho também se cobrava o real de água, um imposto geral e régio cobrado de forma indireta sobre a venda de vinho e carne. Tal como aconteceu em Coimbra, os sobejos deste tributo possivelmente contribuíam para o pagamento de despesas municipais (Barbosa, 2023).

Os foros — prestações fixas pagas em géneros ou em dinheiro (Neto, 1993: 172) — também eram outro imposto pago pelas populações, mas desta vez ao senhor. No entanto, durante o século XVIII estes impostos foram frequentemente arrendados a terceiros, havendo notícia de arrendamentos feitos em 1710⁹⁹, 1713¹⁰⁰, 1777¹⁰¹, 1780¹⁰², 1784¹⁰³ e 1786¹⁰⁴.

Outra grande fonte de rendimento para a Câmara eram as condenações, sendo que os seus registos eram feitos com alguma regularidade nas atas de vereação, e, tal como em outros concelhos, os impostos aplicados sobre o comércio e o consumo no concelho como em outros municípios (Capela, 2003: 1427). Contudo, não é possível conhecer verdadeiramente as contas municipais para Santa Cruz de Ribatâmega visto que os livros que possuiriam essas informações não chegaram até à atualidade.

O concelho de Santa Cruz de Ribatâmega também seria, possivelmente, um ponto de redistribuição para o comércio do tabaco na comarca de Guimarães, visto que em 1713 encontra-se registada no *Livro de registo de posturas e acórdãos* uma listagem de pessoas nomeadas para serem “estanqueiros do tabaco” em cada uma das freguesias do concelho¹⁰⁵. O estanqueiro do tabaco detinha o monopólio da venda desta mercadoria — neste caso em cada uma das freguesias —, sendo que os estancos estavam circunscritos a cada comarca, para efeitos de redistribuição (Salvado, 2014: 141).

As festividades e comemorações religiosas eram outra fonte de despesa para os concelhos — em Penafiel, por exemplo, a procissão do Corpo de Deus (Barbosa, 2017:

⁹⁹ ANTT — *Sumário alfabético...*, fl. 32v.

¹⁰⁰ ANTT — *Sumário alfabético...*, fl. 33

¹⁰¹ ANTT — *Sumário alfabético...*, fl. 36

¹⁰² ANTT — *Sumário alfabético...*, fl. 38

¹⁰³ ANTT — *Sumário alfabético...*, fl. 39v.

¹⁰⁴ ANTT — *Sumário alfabético...*, fl. 40v.

¹⁰⁵ AMAMT — *Livro de registo de posturas e acórdãos*, 0854, fl. 41v.

204) —, sendo que uma das mais proeminentes no concelho seria a procissão organizada pela governança no dia de Santa Cruz em maio até à Capela de Santa Cruz, na freguesia de Louredo, capela administrada pelo município. Na *Memória* de Louredo, o pároco conta que esta era “humã procissão com todas as cruces do concelho acompanhadas ao menos com humã pessoa de cada caza do mesmo conselho e com a camera delle”¹⁰⁶. Tal revela o envolvimento e a participação das comunidades concelhias num evento religioso e cultural, mas também político — que não só festeja a “interação entre e contacto da vida terrena, com o eterno e espiritual, transcendente” (Capela, Matos e Borralheiro, 2009: 115) através de várias formas de expressão das mensagens cristãs, mas também visava fomentar a preservação de um sentido de identidade, de memória e de história que é comum a todas as comunidades que compõem o concelho.

Por outro lado, a Câmara também era responsável pela organização da procissão concelhia e festividades em devoção a S. Gonçalo na vila de Amarante (Rodrigues, 2000: 112-113). De acordo com o pároco da vila de Amarante, estas festividades tinham uma grande dimensão, em que vários municípios organizavam e deslocavam-se anualmente à vila para fazerem procissões em devoção a S. Gonçalo, desde Vila Real, Mondim de Basto, Santa Marinha do Zêzere, Resende, Maia, Santa Maria da Feira, entre outros, sendo que a realização da procissão de cada um tinha um dia estipulado. No caso de Santa Cruz de Ribatãmega, a sua procissão era realizada na primeira segunda-feira do mês de junho (Capela, Matos e Borralheiro, 2009: 134), e, no século XIX, as vereações podiam condenar os fregueses que faltassem a esta procissão (Rodrigues, 2000: 113).

As competências camarárias ainda incluíam uma vertente militar. Começando no século XVI, a Coroa criou as ordenanças municipais, com o objetivo de dar alguma formação militar aos homens entre as idades de 20 e 65 anos — que não gozassem de privilégios de isenção —, formando as bases para a criação e difusão das capitães-mores por todo o território português. Nesse sentido, cada concelho passou a ser

¹⁰⁶ ANTT — Memórias paroquiais, vol. 21, n.º 135, p. 1210

coordenado militarmente por um capitão-mor, sendo que essa posição, a par da dos sargentos, devia ser eleita pelos poderes camarários (Magalhães, 1994: 34-35).

Tais posições estariam normalmente reservadas para as pessoas consideradas como as mais importantes a nível local, sendo-lhes entregue o poder e a responsabilidade de recrutamento de homens para o serviço militar dentro do concelho (Monteiro, 1996: 48). A transferência da responsabilidade do recrutamento militar para as câmaras facilitou esse processo, visto que os líderes locais “dispunham de meios, pela proximidade e conhecimento que tinham dos espaços de residência” (Magalhães, 1994: 35) e, por outro lado, acabou por terminar com o papel militar histórico dos senhores na proteção das suas terras.

No entanto, as responsabilidades militares da Câmara poderiam não apenas cingir-se ao recrutamento militar, mas também ao abastecimento das tropas em casos pontuais (Mata, 2014: 87). Exemplo disso foi o fornecimento de cavalos pela Câmara para a cavalaria real em 1703, a pedido de Francisco de Sousa, fidalgo da Casa Real¹⁰⁷, durante a Guerra da Sucessão Espanhola, que tinha começado dois anos antes.

Como foi referido anteriormente, após ter oscilado durante séculos entre as jurisdições senhorial e régia, a partir de 1582 o concelho foi entregue aos Condes de Sabugal, que foram os senhores de Santa Cruz de Ribatâmega até aos finais do século XVIII.

O exercício do poder senhorial passava, primariamente, pela confirmação a composição das vereações camarárias anualmente (Neto, 2005: 151) — apesar das pautas não serem referidas no índice do arquivo senhorial elaborado no século XIX, existem entradas que fazem referência à confirmação dos corpos camarários de outros concelhos, como Lanhoso, pelo Conde, presumindo-se que o mesmo aconteceria com Santa Cruz de Ribatâmega.

O foral manuelino dá conta da nomeação de três tabeliães para terem a seu cargo a burocracia relativa aos assuntos administrativos e judiciais do concelho, e a concessão do direito de nomeação foi dada pela primeira vez em 1563, a D. Garcia de

¹⁰⁷ AMAMT — Livro das eleições e actos da Câmara, 832, fl.

Meneses, em troca do pagamento de uma pensão por estes cargos à Coroa e da confirmação dos tabeliães pelo Rei, de modo a estes poderem exercer os seus ofícios. Em 1582, quando o concelho é doado ao 1.º Conde de Sabugal, este conservou o direito de nomear os três tabeliães para Santa Cruz, mas sem terem a necessidade de confirmação régia para exercer os seus ofícios (Silva, 2008: 32). Existem algumas entradas no índice do arquivo senhorial que são referentes à doação do ofício de tabelião pelo Conde a determinadas pessoas em Santa Cruz de Ribatâmega: um caso data de 1671, em que Maria Correia Ramalha, viúva, fez uma procuração ao seu filho, António Correia, a propósito da concessão do ofício de tabelião do público, judicial e notas do Conde de Óbidos, para uma das suas filhas¹⁰⁸ — muito possivelmente para ser incluído num dote de casamento.

Outro exemplo data de 1691, em que Amador de Sousa Sanhudo informa o Conde de Sabugal da inclusão do ofício de tabelião do público no dote de casamento da sua filha D. Brites Luísa¹⁰⁹, que se casou com André Soares Pereira em 1692¹¹⁰, e que lhe tinha sido dado pelo Conde Meirinho-mor — provavelmente devido aos seus serviços ao senhor até então, estando documentado como exercendo a função de ouvidor num registo de batismo em 1665¹¹¹. Amador de Sousa Sanhudo também viria a exercer o cargo de juiz ordinário em Santa Cruz de Ribatâmega em 1703¹¹².

Aliada à propriedade que detinha dos cargos de escrivão da Câmara, dos escrivães do público, do inquiridor, do juiz dos órfãos, do escrivão dos órfãos, do escrivão das sisas¹¹³ e, claro, do ouvidor, o Conde de Sabugal dispunha de várias oportunidades de serviço para aqueles que o quisessem servir — com particular destaque para as elites locais —, utilizando-as para reforçar o seu controlo sobre a vida política e as comunidades sob a sua jurisdição.

¹⁰⁸ ANTT — *Sumário alfabético...*, fl. 259

¹⁰⁹ ANTT — *Sumário alfabético...*, fl. 160v.

¹¹⁰ ADP — Paróquia de Ataíde, *Registos de Casamentos 1584-12-18/1727-03-07*, fl. 218

¹¹¹ ADP — Paróquia de Real, *Registos de Batismos 1645-09-18/1674-05-20*, fl. 41v.

¹¹² AMAMT — Livro das eleições e actos da Câmara, 832, fl. 73

¹¹³ ANTT — Memórias paroquiais, vol. 15, n.º 80, p. 503

Para a Casa de Bragança, Mafalda Soares da Cunha dá conta que os duques faziam “uso político das redes interpessoais estruturadas à sombra dos recursos da própria casa”, exercitando-se “a liberalidade para harmonizar relações interpessoais através de jogos de compensações, de trocas e de negociação dos diferentes interesses em presença” (Cunha, 2005: 110). Quem servia seria recompensando pelos seus serviços à casa senhorial, e tal não terá sido diferente com a Casa de Sabugal — Amador de Sousa Sanhudo é um exemplo.

No entanto, apesar da influência que o Conde pudesse exercer sobre as composições camarárias, o seu poder jurisdicional situava-se nos espaços intermédios em termos legais, posicionando a sua jurisdição na segunda instância (Mata, 2014: 52). A distância também era, seguramente, um problema para o exercício do poder senhorial (Neto, 2005: 154), visto que, em termos geográficos, o concelho de Santa Cruz de Ribatâmega ficava muito mais próximo da sede da comarca de Guimarães.

A Correição era encabeçada pelo Corregedor, que atuava como o representante da autoridade régia a nível local nos espaços dependentes da Coroa (Monteiro, 1993: 315), tinha a seu encargo matérias judiciais como a inspeção das atividades dos juízes de fora e juízes ordinários, conhecendo as sentenças passadas por estes e assegurar o cumprimento da lei, tirar devassas (Subtil, 2005), denunciar criminosos que pudessem estar a receber proteção por parte dos senhorios, assim como matérias de foro administrativos, como passar leis ou para às Câmaras e fiscalizar a governação municipal, de modo a evitar irregularidades na ação governativa (Silva, 2005: 84). Nos senhorios, essas funções ficavam a cargo do ouvidor, embora tenham existido alguns casos em Santa Cruz de Ribatâmega onde tiveram de ser realizadas novas eleições por despacho do Corregedor de Guimarães.

Apesar das suas aparições serem raras, o Provedor estava encarregue dos assuntos tributários, fiscalizando a cobrança de vários impostos régios e a situação financeira dos municípios. Segundo Nuno Gonçalo Monteiro, era frequente a acumulação dos cargos de Corregedor e Provedor pelo mesmo indivíduo (Monteiro, 1993: 315).

Para cumprir as suas funções a esfera local, o Corregedor deveria fazer visitas aos concelhos pertencentes à sua comarca (Subtil, 2005) e, por várias vezes, esse foi o principal foco dos conflitos entre o Conde de Sabugal e a Correição de Guimarães. Estão documentados estes conflitos nos anos de 1603¹¹⁴, 1692¹¹⁵ e 1767¹¹⁶, sendo que em todos eles o Conde de Sabugal se queixou que o Corregedor entrou nos concelhos de Santa Cruz de Ribatâmega e Lanhoso quando não era ano de visita. O Conde Meirinho-mor elaborou um embargo de nulidade, em data desconhecida, “para que lhe fossem guardadas as doações que S. Mag.^e lhe fizera do Conselho de Lanhoso, S^{ta} Cruz de Ribatamega e suas jurisdições; e não haver de tomar conhecimento de couzas entre pessoas dos ditos Conselhos o Corregedor da Comarca.”¹¹⁷

Pelo menos a queixa de 1692 — fruto das queixas feitas pelos ouvidores ao Conde —, chegou ao Tribunal da Relação do Porto, sendo que a sentença vinda da Casa da Suplicação de Lisboa determinou que o Corregedor e os seus oficiais deveriam cingir as suas visitas aos ditos concelhos nos anos estipulados.

A situação não terá melhorado certamente com a transferência total do concelho para a recém-criada comarca de Penafiel em 1776, sendo que em 1778 a eleição para os membros da vereação teve de ser realizada três vezes por falta de aprovação do Corregedor em relação aos indivíduos eleitos para os cargos camarários¹¹⁸ — o que significa que o controlo por parte do poder central foi apertando progressivamente, para o qual a proximidade geográfica entre Penafiel, sede da nova comarca, e o concelho de Santa Cruz de Ribatâmega certamente contribuiu.

Tais situações são exemplos do jogo de forças entre os poderes senhorial e régio, um prolongado conflito resultante do interesse e da vontade da Coroa em restringir os poderes senhoriais e de afirmação da sua autoridade e da superioridade da correição face aos donatários (Neto, 1993: 165-166).

¹¹⁴ ANTT — *Sumário alfabético...*, fl. 263

¹¹⁵ AMAMT — Livro das eleições e actos da Câmara, 832, fl. 9-10v.

¹¹⁶ ANTT — *Sumário alfabético...*, fl. 227

¹¹⁷ ANTT — *Sumário alfabético...*, fl. 161v.

¹¹⁸ AMAMT — Livro das eleições e actos da Câmara, 835, fls. 26, 27v. e 29v.

CAPÍTULO II — A “governança” de Santa Cruz e a sua rede social no século XVIII

2.1. A relação entre as elites locais e o poder local

As relações entre o poder local e as elites locais estreitaram-se a partir as reiteraões feitas pela Coroa ao longo dos séculos XVII e XVIII na legislação portuguesa acerca do exercício dos cargos políticos a nível local, que para estes deveriam ser recrutados aqueles que fossem considerados como os “principais das terras”, “os melhores”, os de “melhor nobreza”, são um reflexo da cultura política nacional então vigente: o carácter crescentemente mais elitista do poder.

Os municípios deveriam ser liderados, preferencialmente, pelos membros das famílias que se destacassem pela sua antiguidade e nobreza, acreditando-se que esses fatores lhes conferiam uma autoridade e credibilidade inerente e, consequentemente, uma maior confiança no seu bom desempenho dos cargos municipais para os quais eram recrutados (Monteiro, 2012: 43-44). Neste sentido, Paulo Jorge Fernandes apresenta um “encontro de interesses” (Fernandes, 2006: 61) entre a Coroa e as elites locais. Reconhecendo a impossibilidade de controlar tarefas fundamentais como a recolha de impostos e o recrutamento militar na periferia, a Coroa delegava-as às Câmaras que, sendo estas administradas pelas elites, tinha confiança que as mesmas seriam executadas e cumpridas de forma mais eficaz. Em troca, as elites locais viam o seu acesso aos cargos municipais e a sua continuidade nos mesmos protegidos pela lei, tendo a oportunidade “para daí tirarem dividendos não apenas em termos materiais, mas sobretudo a nível de reconhecimento e prestígio social” (Fernandes, 2006: 62).

No entanto, as conceções enunciadas são as que eram provenientes do topo da pirâmide do poder político. Na realidade local, a sua aplicação prática possivelmente implicaria várias nuances — o que compele à reflexão sobre o próprio conceito de “elite” e a sua preferência face ao termo de “oligarquia municipal”.

Estes dois conceitos têm uma característica que as colocam em oposição uma à outra: a composição social de cada uma. O conceito de “oligarquia municipal” pressupõe uma certa uniformização dos estatutos sociais dos que ocupam as vereações camarárias

e, também, a pouca rotatividade dos cargos. Por sua vez, o conceito de “elite” sugere que os grupos a si pertencentes podiam ser provenientes de contextos sociais diversos e, simultaneamente, serem detentores de riqueza, de influência e/ou de prestígio social dentro da sua comunidade e concelho (Mata, 2014: 29-30; Monteiro, 2012: 45). Principalmente no século XVIII, existe uma maior percetibilidade dessa heterogeneidade social, em que o poder económico ou a formação académica começaram a ser igualmente reconhecidos como fatores de diferenciação social e de notabilidade, a par do tradicional prestígio e nobreza das famílias (Ribeiro, 2002: 502). Já durante o século XVII, na cidade do Porto foi aceite como almotacé um médico que, apesar de não ter sido filho ou neto de cidadãos ou casado com uma mulher dessas origens — o principal motivo pelo qual o Juiz de Fora não o queria aceitar no cargo —, os Vereadores contestaram essa decisão, afirmando que a formação académica que o indivíduo possuía lhe conferia nobreza (Silva, 1985: 266).

A composição social das vereações depende, sobretudo, do espaço e da comunidade em que estavam inseridas (Fernandes, 2006: 58). Na cidade do Porto, entre os finais dos séculos XVI e os séculos XVII o recrutamento para as vereações camarárias era quase exclusivo entre a “nobreza local portuense”, com ligações ao meio rural e, também, à produção de vinho (Silva, 1985: 310-312).

No caso do concelho de Arrifana de Sousa durante os seus primeiros anos de atividade camarária, entre 1741 e 1751, os cargos concelhios mais elevados foram ocupados por pessoas dedicadas à atividade comercial — tendo em conta que a vila se situava num ponto estratégico do ponto de vista geográfico, estabelecendo a ligação entre a cidade do Porto e a região de Trás-os-Montes. Por outro lado, na administração local também estiveram envolvidos vários licenciados, o que denota a formação académica como fator de notabilidade (Mota, 2022: 204; 224).

Na vila de Mértola, por sua vez, o cargo de vereador era principalmente ocupado por agricultores das camadas médias e superiores, e ocasionalmente por alguns letrados e um proprietário. Por outro lado, o cargo de almotacé estava ligado a pequenos lavradores, negociantes e também letrados (Santos, 1993: 356). No caso da vila de Eiras, Ana Isabel Ribeiro apresenta uma conjuntura que parece ter sido semelhante, o

exercício dos cargos camarários e das ordenanças foi entregue a pessoas ligadas à posse da terra e à atividade agrícola, como grandes proprietários, lavradores abastados ou com pequenas parcelas de terra e artesãos. Neste sentido, em Eiras o exercício de cargos políticos é associado à propriedade de terra que detinham, sendo que os grandes proprietários e lavradores mais abastados procuravam sobretudo os cargos camarários como juiz ordinário e vereador, enquanto o cargo de almotacé estava mais associado aos pequenos lavradores e artesãos — embora estes também pudessem chegar a ocupar as funções de procurador e vereador. Já o cargo de capitão-mor esteve associado durante algumas décadas a uma das famílias fidalgas com residência na vila (Ribeiro, 2002: 505-506). Tal demonstra que tanto em Mértola como em Eiras, a atividade agrícola e, principalmente, a posse e propriedade da terra eram fatores estruturantes para a hierarquia social nas duas vilas e, conseqüentemente, para a ocupação de cargos nas vereações camarárias, sendo estes considerados como os “principais”, “os melhores” ou “os de melhor nobreza” das terras.

Neste sentido, as características sociológicas que, segundo a Coroa, deviam estar presentes nas vereações camarárias — que estas deviam ser compostas pelos principais e mais nobres das terras —, podiam variar de concelho para concelho e, de certo modo, criar uma situação um pouco paradoxal. Numa sociedade rígida e ditada pela hierarquia social organizada em três ordens como a do Antigo de Regime, que priorizava a entrega da liderança dos poderes locais aos mais nobres ou aos membros das famílias mais antigas e prestigiadas localmente, assim como era adversa a trajetórias de ascensão social (Monteiro, 2012: 50), nas realidades locais deparava-se com as lideranças municipais encabeçadas por homens bons ou homens honrados, uma classe intermédia que, embora pertencente ao povo, diferenciava-se dos demais do seu estrato social devido à sua maior aproximação ao estilo de vida dos privilegiados, vivendo à “lei da nobreza” (Godinho, 2019: 99; Magalhães, 2011: 43). A partir do século XVI as palavras “Nobre e nobreza surgem como substantivos colectivos quando até então eram apenas adjetivos qualificativos” (Magalhães, 2011: 45), o que demonstra como a posição dos grupos de homens da governança era de certa forma ambígua na sociedade do Antigo Regime, sendo que o seu estatuto não podia ser o da nobreza hereditária ou fidalguia,

sendo este apenas reconhecido à escala concelhia, mas também se destacarem do restante terceiro estado, quer nas posses, quer no estilo de vida (Magalhães, 2011: 44).

Para este grupo de homens bons o exercício na governança era significado de reconhecimento e afirmação social à escala local como o grupo dirigente, os líderes naturais e os principais das suas terras — ou, pelo menos, dos elegíveis para os cargos políticos. Nuno Gonçalo Monteiro e Joaquim Romero de Magalhães concordam que o melhor ofício para se entrar no grupo de dirigente era o de almotacé, cuja importância passava por matérias económicas e fiscais no concelho (Monteiro, 2012: 71; Magalhães, 2011: 47). No entanto, mesmo a condição social parece ser díspar de concelho para concelho: se em Mértola e em Eiras o cargo de almotacé é normalmente associado a lavradores menos abastados, negociantes ou artesãos, em Portimão e Barcelos este é maioritariamente ocupado pelas famílias tradicionalmente ligadas ao poder local (Monteiro, 2012: 71). Os ofícios das ordenanças também seriam boas opções de entrada para o grupo dirigente, visto que estes atribuíam um título e, consequentemente, estatuto social ao seu detentor, facilitando o seu acesso a outros cargos camarários, nomeadamente o de vereador (Monteiro, 2012: 72).

Os “nobres a uma escala local” (Magalhães, 2011: 24), dedicados à governança dos concelhos, tinham como uma das suas pretensões que as suas famílias permanecessem nos cargos e continuassem a exercer influência nos concelhos durante várias décadas. Para tal, recorreu a várias estratégias de manutenção da sua influência nas suas comunidades. Este grupo procura relacionar-se e interligar-se entre si (Magalhães, 2011: 26), seja através do matrimónio ou do estabelecimento de relações de parentesco espiritual (os apadrinhamentos), ou mesmo a amizade e os laços clientelares, investindo na sua rede relacional para ganhar capital social para reforçar o seu domínio sobre a comunidade que dirige (Imízcoz, 1996: 30).

Contrair matrimónio era, naturalmente, uma forma de criar relações de parentesco próximo dentro das vereações camarárias, algo que desde cedo foi interesse da Coroa, tendo regulamentado que os cargos de juiz e vereador deveriam ser exercidos por aqueles que fossem filhos e/ou netos de indivíduos que tivessem desempenhado essas mesmas funções (Magalhães, 2011: 46). Imízcoz Beunza afirma que o

estabelecimento de laços familiares “regían em gran medida la vida colectiva y la acción social de los individuos, y condicionaban grandemente sua vida personal” (Imízcoz, 1996: 31), dividindo a parentela em três grandes modalidades: a família de sangue, que incluía os familiares mais próximos como pais, filhos e irmãos; a família política, constituída nomeadamente através de alianças familiares, como genros, sogros e cunhados; e a família mais alargada, como tios, sobrinhos e primos.

Por outro lado, os apadrinhamentos estabeleciam conexões de parentesco espiritual, sendo escolhidos para padrinhos e madrinhas as pessoas que fossem consideradas do mesmo estatuto social dos pais, como familiares, ou superior — clérigos, detentores de cargos municipais e a nobreza local estão entre os mais solicitados —, de modo que pudessem garantir um bom futuro para os afilhados se os pais falecerem ou não pudessem cuidar deles por outras razões. Porém, as relações de parentesco espiritual também podiam ser consideradas como estratégias de posicionamento social, definindo o “mercado” matrimonial dentro das comunidades — dentro das possibilidades de contrair matrimónio, excluía-se aqueles que eram parentes (que a Igreja proibia até certo grau de consanguinidade) e as pessoas com um estatuto social superior (Carvalho e Ribeiro, 2008: 172-174; 180).

As relações familiares e de parentesco espiritual assumem particular importância não só quando são estabelecidas, mas também para o molde das relações sociais dentro da comunidade nas gerações seguintes. Tal acontece porque os filhos não herdavam apenas os bens patrimoniais e a riqueza dos progenitores, mas também as alianças, as amizades e compadres, as relações familiares e, também, eventuais inimizades — com os quais muitos lidavam e conheciam, muito provavelmente, desde a infância através da convivência (Imízcoz, 1996: 33).

Desse modo, a partir das composições camarárias pretende-se conhecer os indivíduos que dominavam o poder político local durante o século XVIII e analisar a composição da rede de sociabilidades por detrás dos mesmos: quem eram, a que famílias pertenciam, em que contextos sociais se inseriam, qual o motivo (ou motivos) porque se destacavam a nível local, entre outros. Interessa conhecer as suas conexões pessoais e sociais que visavam a manutenção da sua posição de influência a nível local,

cujas estratégias poderiam incluir alianças matrimoniais com outras famílias pertencentes à elite ou o estabelecimento de laços de parentesco espiritual, como os apadrinhamentos.

2.2. As vereações camarárias de Santa Cruz de Ribatâmega entre 1692 e 1780

2.2.1. Análise da composição das vereações camarárias

Entre 1692 e 1780, foram registadas 641 pessoas que tiveram algum tipo de participação na Câmara de Santa Cruz de Ribatâmega — ou seja, não só como juízes ordinários, vereadores ou procuradores (entre outros), mas também como caudéis, quadrilheiros e jurados, recebedores da sisa ou pessoas eleitas para o lançamento de impostos como a sisa e a décima.

Delimitando-se a análise aos detentores dos cargos de poder municipal que mais frequentemente foram exercidos pelas famílias da governança do concelho: juízes ordinários, vereadores, procuradores, escrivães, homens da governança, capitães-mores, capitães e almotacés, a sua expressão numérica segue no quadro seguinte. Note-se que é necessário ter em conta os vários lapsos temporais nos *Livros de eleições e actos da Câmara* e *Livro de registo de posturas e acórdãos*.

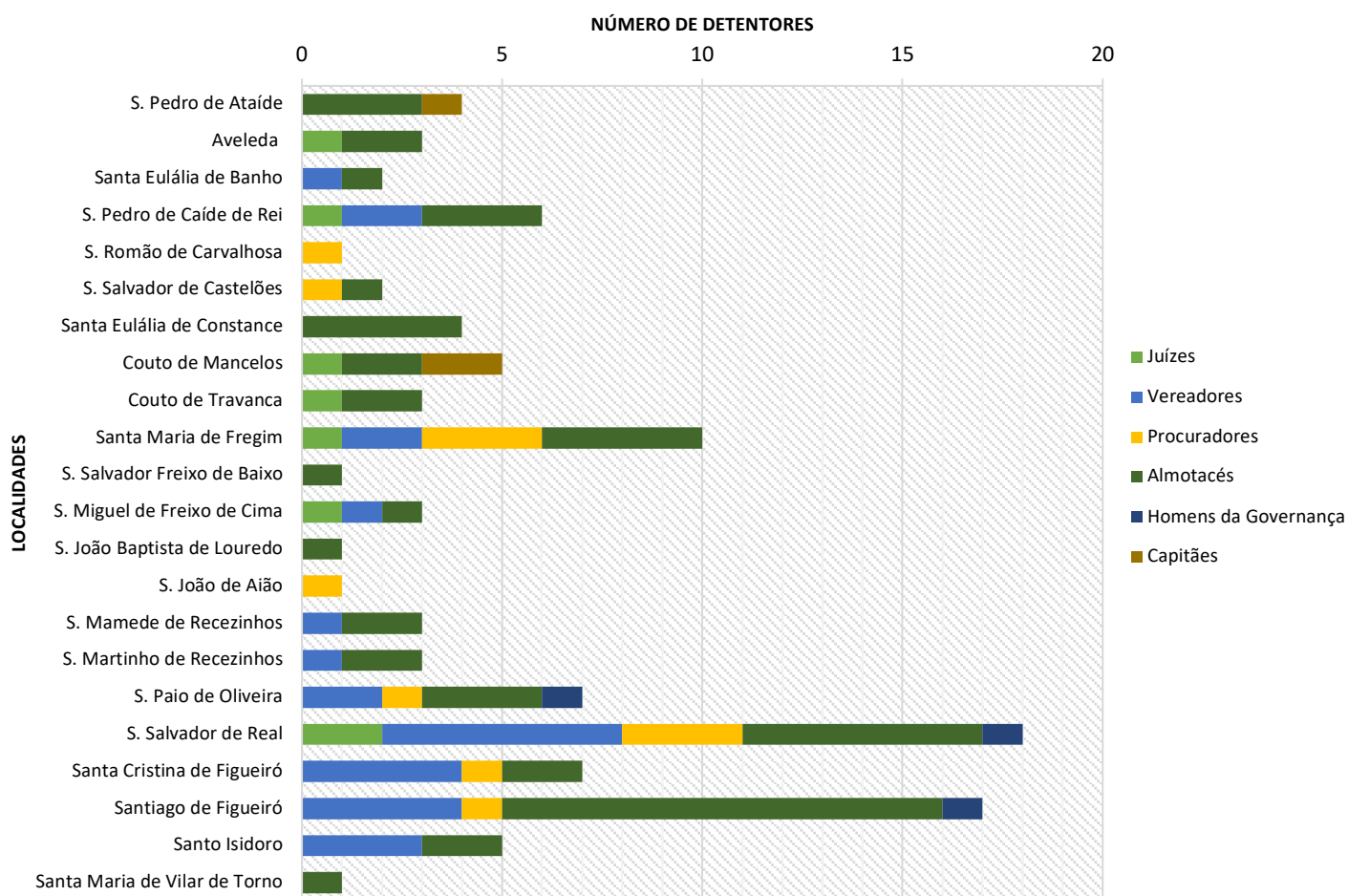
Quadro 4 — Número de detentores dos cargos camarários

Cargo	Número de detentores
Juízes Ordinários	22
Vereadores	46
Procuradores	23
Escrivães da Câmara	5
Capitães-mores	2
Capitães	5
Almotacés	61

Fontes: Arquivo Municipal de Amarante — Livros de eleições e actos da Câmara (0832, 0833, 0834 e 0835) e Livro de registo de posturas e acórdãos (0854)

Além dos cargos enumerados no quadro anterior, foram igualmente aferidos 33 homens da governança — designação dada pelos escrivães da Câmara ao conjunto de pessoas que dirigem o concelho, cujos registos existem para os anos de 1712, 1713, 1714, 1715 e 1726 —, 21 dos 33 indivíduos pertenceram a este grupo mais do que uma vez. No entanto, a mesma repetição nos cargos camarários não se verifica nos cargos de juiz ordinário, vereador ou procurador, sendo que os dois únicos casos de repetição são os de Francisco Moreira Gonçalves, que exerceu o cargo de juiz ordinário duas vezes, em 1712 e 1726; e de Gaspar de Babo Coelho, que desempenhou as funções de ouvidor nos anos de 1712 e 1713. No entanto, tal como se advertiu anteriormente, os lapsos temporais longos nos livros de atas podem dificultar a perceção da rotatividade dos cargos.

Gráfico 3 — Proveniência geográfica dos vários detentores dos cargos camarários



Fontes: Arquivo Municipal de Amarante — Livros de eleições e actos da Câmara (0832, 0833, 0834 e 0835) e Livro de registo de posturas e acórdãos (0854)

Apesar de ter existido em alguns casos a separação entre a vila (sede de concelho) e o restante território rural no que concerne à participação na governança (Capela, 2005), a partir dos 107 indivíduos que indicaram a sua freguesia de residência, é possível observar que existiu alguma representatividade das várias freguesias de Santa Cruz de Ribatâmega nos principais cargos da governança municipal, nomeadamente do cargo de almotacé.

São Salvador de Real foi a freguesia onde residiram os titulares dos cinco dos seis cargos (juizes ordinários, vereadores, procuradores, almotacés e homens da governança), potencialmente por ser a sede do concelho, assim como a freguesia de Santa Maria de Fregim — uma das freguesias que mais cresceu em termos de dimensão populacional ao longo do século XVIII. No entanto, Real não foi sede de residência dos capitães.

Por outro lado, também é possível verificar que pelo menos 3 juizes ordinários eram residentes fora do concelho, como os coutos de Travanca e Mancelos — este último tem igualmente o maior número de capitães — e da freguesia de Aveleda, sob a jurisdição da Casa de Bragança (Cardoso e Sousa, 2014: 2)¹¹⁹.

Para além de S. Salvador de Real, os vereadores vinham, principalmente, das freguesias de Santa Cristina e Santiago de Figueiró, assim como de Santo Isidoro, localizadas no termo do concelho.

Em relação aos dados sobre ocupações profissionais ou habilitações académicas, apenas nos cargos de juiz ordinário, homem da governança e almotacé é feita essa referência: dos 22 juizes ordinários registados, dois eram licenciados e dois eram oficiais das ordenanças (um capitão-mor e um capitão); entre os 33 homens da governança, 7

¹¹⁹ Apesar de na sua *Memória Paroquial*, o pároco de Aveleda referir que esta paróquia pertence ao concelho de Santa Cruz de Ribatâmega, Lousada e Unhão, esta nunca apareceu referida nos *Livros de eleições e actos da Câmara* ou *Livro de registo de posturas e acórdãos* — o que significa que esta não deveria ser administrada pelo concelho, ao contrário das freguesias de S. João de Aião, Freixo de Cima e Freixo de Baixo e Vilar de Torno, que eram partilhadas com outros concelhos. As únicas referências feitas a esta freguesia são quando estas são locais de residências de homens que tiveram cargos da governança, como almotacés, a maioria oriundos de Vilela (um dos lugares de Aveleda, mas que também já apareceu associado a Caíde de Rei, certamente por fazer fronteira com esta freguesia).

tinham formação académica e dois faziam parte das ordenanças (dois capitães); dos 61 almotacés, apenas um tinha formação académica.

Tal indica que a formação académica também começou a ser valorizada a nível social como um fator de notabilidade, sendo que essa valorização também ocorreu na vida política concelhia, fazendo com que os licenciados comessem a fazer parte das instâncias de poder local, como detentores de cargos camarários ou presentes no grupo de homens da governança, possuindo um voto ou uma opinião acerca dos destinos municipais.

A partir dos nomes dos indivíduos que mais vezes são mencionados em anos distintos e com a verificação dos casos em que o sobrenome é idêntico (como avós e netos ou irmãos), pesquisaram-se nos *Registos Paroquiais*, identificando-se três grandes famílias. As famílias Sanhudo, Vasconcelos e Ribeiro de Vasconcelos/Moreira/Babo são as três principais famílias que estabeleceram o maior número de relações familiares e/ou de parentesco espiritual no interior da esfera política concelhia. Por outro lado, as famílias Pereira, Baldaia, Cabral, Montenegro, Teixeira e Sá são as que acabaram por se constituir como ramificações dos Vasconcelos e Ribeiro de Vasconcelos/Moreira/Babo, dando elas origem a outras relações nas vereações — sobre as quais se debruçará a análise de seguida.

2.2.2. As famílias da governança

2.2.2.1. Família Sanhudo¹²⁰

O primeiro membro desta família a ser identificado como detentor de um cargo municipal para o período em estudo é Amador de Sousa Sanhudo, juiz ordinário de Santa Cruz de Ribatâmega em 1703¹²¹.

Amador de Sousa Sanhudo era filho de Eliseu de Araújo Ferraz, Fidalgo da Casa Real, e de D. Brites Brochado de Sousa. A sua família paterna estava ligada às ordenanças deste concelho, sendo que o seu pai, o seu tio, Gaspar Ferraz, e o seu avô, Jerónimo

¹²⁰ Ver Árvore Genealógica dos Sanhudo nos Anexos.

¹²¹ AMAMT — Livro de eleições e actos da Câmara, 0832, fl. 73

Ferraz, tinham sido detentores da posição de sargento-mor. De acordo com Felgueiras Gayo, o seu avô paterno tinha residido na freguesia de S. Salvador de Castelões como senhor na Quinta da Joia, tendo também sido Cavaleiro Fidalgo da Casa Real. A avó paterna, Sebastiana de Araújo Sanhudo, foi a segunda mulher do seu avô, sendo esta oriunda de uma família igualmente ligada à Casa Real através do seu pai, Diogo de Araújo Sanhudo (Gayo, Vol. V, 1989: 237-239).

Na freguesia de S. Salvador de Castelões residiu e se casou com Camila Ferreira Leite, viúva (Gayo, Vol. V, 1989: 238), em 1660¹²². É nessa década que provavelmente começa a envolver-se na governança municipal — seguindo a “tradição” familiar —, sendo que em 1665 já se encontrava a exercer as funções de ouvidor¹²³. Esse envolvimento também se pode verificar através de alguns apadrinhamentos, como é evidente no caso do seu filho António, nascido em 1660¹²⁴, foi apadrinhado pelo Capitão João Pinto — possivelmente um capitão das ordenanças em Santa Cruz de Ribatâmega —, e uma das suas enteadas, Ângela, foi madrinha de batismo de uma menina em 1668¹²⁵ em conjunto com Manuel de Sousa da Silva, capitão-mor do concelho à época.

Por outro lado, a sua relação com os Condes de Sabugal também terá sido de uma considerável proximidade, derivada do exercício das funções de ouvidor, tendo sido constituída como a escolha para madrinha de batismo da sua filha Joana, nascida em 1668, D. Brites de Mascarenhas da Costa e Castelo Branco, 4.ª Condessa de Sabugal¹²⁶.

Após a morte da esposa em 1678¹²⁷, Amador de Sousa Sanhudo e os filhos do casal deixaram a freguesia e passaram a residir na Quinta do Marmoiral em S. Pedro de Ataíde, estando aí presentes em 1680¹²⁸. No entanto, através dos Registos de Batismo da paróquia denotam-se as visitas frequentes da família a Castelões após 1680 — por

¹²² ADP — Paróquia de Castelões, *Registo de Casamentos 1657-02-12/1741-06-04*, fl. 1

¹²³ ADP — Paróquia de Real, *Registos de Batismos 1645-09-18/1674-05-20*, fl. 41v.

¹²⁴ ADP — Paróquia de Castelões, *Registo de Batismos 1612-09-12/1687-11-01*, fl. 60

¹²⁵ ADP — Paróquia de Castelões, *Registo de Batismos 1612-09-12/1687-11-01*, fl. 68

¹²⁶ ADP — Paróquia de Castelões, *Registo de Batismos 1612-09-12/1687-11-01*, fl. 68v.

¹²⁷ ADP — Paróquia de Castelões, *Registo de Óbitos 1672-11-12/1740-12-31*, fl. 52

¹²⁸ ADP — Paróquia de Castelões, *Registo de Batismos 1612-09-12/1687-11-01*, fl. 86

exemplo, aí nasce Manuel em 1687¹²⁹, sendo este filho natural de António Sanhudo e de Isabel, mulher solteira. Entre 1657 e 1697, pai e filhos apadrinharam um total de 45 crianças apenas nesta freguesia, sendo que os batismos de 27 crianças ocorreram após a saída para Ataíde, entre 1678 e 1697.

É na freguesia de Ataíde que os três filhos mais velhos de Amador de Sousa Sanhudo, António, Brites e Leonor, contraíram matrimónio. A primeira filha, D. Brites Luísa de Sousa, casou-se com André Soares Pereira, natural de S. Lourenço do Douro, em 1692¹³⁰, sendo que o seu pai incluiu no seu dote de casamento o ofício de tabelião do público¹³¹, que lhe tinha concedido pelo Conde Meirinho-mor.

D. Leonor Teresa de Sousa, segunda filha de Amador de Sousa Sanhudo, casou-se em 1707¹³² com João Machado Coelho, viúvo e também morador no lugar do Marmoiral na mesma freguesia. O noivo era tabelião do concelho, sendo que em 1694 esteve envolvido na governança municipal, nomeadamente na parte da gestão financeira do concelho¹³³.

O filho primogénito, António Sanhudo, casou-se em 1709 com Maria de Magalhães¹³⁴, tendo que o casamento ocorrido poucos meses após a morte de Amador de Sousa Sanhudo em fevereiro do mesmo ano¹³⁵. A noiva era descendente de um dos ramos da família Magalhães em Amarante¹³⁶, sendo a única filha do Reitor Luís de Magalhães e Sousa, clérigo, e prima direita de João de Magalhães Machado, senhor da

¹²⁹ ADP — Paróquia de Castelões, *Registo de Batismos 1612-09-12/1687-11-01*, fl. 99

¹³⁰ ADP — Paróquia de Ataíde, *Registos de Casamentos 1584-12-18/1727-03-07*, fl. 218

¹³¹ ANTT — *Sumário alfabético...*, fl. 160v.

¹³² ADP — Paróquia de Ataíde, *Registos de Casamentos 1584-12-18/1727-03-07*, fl. 221

¹³³ AMAMT — Livro de eleições e actos da Câmara, 0832, fl. 34

¹³⁴ ADP — Paróquia de Ataíde, *Registos de Casamentos 1584-12-18/1727-03-07*, fl. 221

¹³⁵ ADP — Paróquia de Ataíde, *Registos de Casamentos 1584-12-18/1727-03-07*, fl. 140v.

¹³⁶ A família Magalhães era originária de Ponte de Barca, tendo-se instalado em Amarante com João de Magalhães nos finais do século XV. Através de vários casamentos com outras famílias, a família foi-se dividindo em vários ramos ao longo das gerações, presentes na vila e, também, em várias freguesias pertencentes ao concelho de Santa Cruz de Ribatâmega: os Magalhães Vilela, os Magalhães Cerqueira e os Magalhães Machado. Maria Magalhães e a sua família paterna pertenciam a este último ramo, sendo descendentes do casamento entre D. Branca de Magalhães, que segundo Felgueiras Gayo poderia ser filha ilegítima do João de Magalhães referido anteriormente (Gayo, Vol. VII, 1989: 180 e 216), e de João de São Pedro Machado (Villas-Boas, 1998: 503-508).

Quinta da Granja em S. Veríssimo de Amarante¹³⁷. De acordo com um registo de batismo, este último detinha a posição de sargento-mor no concelho de Santa Cruz de Ribatâmega em 1736¹³⁸.

Posteriormente aos matrimónios e à morte de Amador de Sousa Sanhudo em 1709, apenas D. Leonor Teresa continuou a residir em Ataíde. No entanto, em 1711 já estaria viúva e a residir em S. Salvador de Real¹³⁹, onde viria a casar pela segunda vez em 1717 com Miguel Franco Carneiro¹⁴⁰ e onde continuaria a ser madrinha de batismo de algumas crianças. A irmã, D. Brites Luísa, passou a residir em S. Lourenço do Douro, mas a sua filha, D. Brites Teresa Pereira Sanhudo, casou-se em Ataíde em 1738 com Henrique Vicente Pereira de Mesquita¹⁴¹ — um casamento que foi testemunhado por Teodósio Correia de Sousa Montenegro, antigo juiz ordinário; Pedro da Silva Teixeira, casado com Vitoriana Maria¹⁴², filha do então falecido Capitão Simão Moreira de Matos¹⁴³, e administrador da Capela do Menino Deus em Real (na qual os seus sogros estavam sepultados); e Hipólito Pereira do Lago, filho de Alexandre de Sá Pereira, um dos homens da governança.

Contrariamente ao seu pai, na documentação existente não há indicações que António Sanhudo tenha exercido qualquer tipo de cargo na governação municipal em Santa Cruz de Ribatâmega, sendo que após o nascimento da sua primeira filha em 1710, cujo batismo decorreu em Ataíde¹⁴⁴, o casal terá mudado o seu local de residência para a Quinta do Vilarelho em Vila Boa de Quires — que, segundo Felgueiras Gayo, teria sido herdada pela parte de Amador de Sousa Sanhudo (Gayo, Vol. V, 1989: 238) —, onde nasceu o seu primeiro filho varão, também chamado Amador, em 1712¹⁴⁵.

¹³⁷ A Quinta da Granja já estaria sob a posse da família desde meados do século XVI, sendo que a sua capela foi instituída pelo Padre António de Magalhães Machado (pai de João de Magalhães Machado) durante a década de 1680 — Craesbeeck aponta para 1683 (Craesbeeck, Vol. II, 1993: 165), Felgueiras Gayo aponta para 1686 (Gayo, Vol. VII, 1989: 226).

¹³⁸ ADP — Paróquia de Real, *Registos de Batismos 1726-04-17/1749-12-01*, fls. 51v-52

¹³⁹ ADP — Paróquia de Real, *Registos de Batismos 1704-02-17/1725-12-26*, fls. 29-29v.

¹⁴⁰ ADP — Paróquia de Real, *Registos de Casamentos 1715-01-28/1771-11-11*, fl. 6

¹⁴¹ ADP — Paróquia de Ataíde, *Registos de Casamentos 1732-02-03/1768-08-17*, fl. 89v.

¹⁴² ADP — Paróquia de Real, *Registos de Casamentos 1715-01-28/1771-11-11*, fl. 32v.

¹⁴³ AMAMT — Livro de eleições e actos da Câmara, 0833, fl. 90v.

¹⁴⁴ ADP — Paróquia de Ataíde, *Registo de Batismos 1587-07-05/1728-07-25*, fl. 71v.

¹⁴⁵ ADP — Paróquia de Vila Boa de Quires, *Registo de Batismos 1704-05-17/1730-07-15*, fl. 17

Amador de Sousa Sanhudo e Meneses (neto) foi identificado como estudante num registo de batismo em S. Veríssimo de Amarante em 1727¹⁴⁶, e provavelmente dividiu o seu tempo entre a Quinta do Vilarelho em Vila Boa de Quires — onde nasceu Luís, o seu único filho, em 1746, sendo este fruto de uma relação com uma mulher solteira chamada Luísa, e que foi afilhado de Clara, filha de Manuel de Araújo Ribeiro¹⁴⁷ que tinha exercido a função de almotacé em 1729¹⁴⁸ e tinha sido candidato a Procurador do concelho em 1730¹⁴⁹ — e a Quinta da Granja que, segundo Felgueiras Gayo, também receberia por herança de João de Magalhães Machado que, apesar de ter contraído matrimónio, não deixaria descendência (Gayo, Vol. VII, 1989: 226; Vol. V, 1989: 239).

A relação entre João de Magalhães Machado e a família Sanhudo terá sido próxima — a madrinha de batismo de Amador foi inclusive uma irmã do primeiro, Catarina de Magalhães Machado —, tendo sido a partir dessa relação que Amador de Sousa Sanhudo e Meneses possivelmente contactou com famílias mais prestigiadas e estabelecidas na vila de Amarante¹⁵⁰, como os Magalhães de Alvelos¹⁵¹ — este último e o seu “tio”, João de Magalhães Machado, atuaram como procuradores de Teotónio Manuel de Sousa e Meneses, senhor da Quinta de Alvelos em Salvador de Freixo de

¹⁴⁶ ADP — Paróquia de São Veríssimo, *Registo de Batismos 1706-07-17/1732-03-15*, fl. 68

¹⁴⁷ ADP — Paróquia de Vila Boa de Quires, *Registo de Batismos 1741-11-01/1758-02-02*, fl. 37v.

¹⁴⁸ AMAMT — Livro de eleições e actos da Câmara, 0833, fl. 70

¹⁴⁹ AMAMT — Livro de eleições e actos da Câmara, 0833, fl. 83

¹⁵⁰ A vila de Amarante, apesar da sua pequena dimensão territorial, apresentava bastante relevância a nível social por possuir um número considerável de residentes pertencentes à nobreza e à fidalguia, assim como de instituições religiosas aí estabelecidas (Capela, 2000: 39), como o Convento de São Gonçalo (masculino) e o Convento de Santa Clara (feminino). Para além dos Magalhães, destacavam-se socialmente as famílias Queirós, Cerqueira, Moniz, Teixeira e Vasconcelos, que se instalaram em Amarante entre os finais do século XV e ao longo do século XVI — aquando da instalação dos Magalhães na vila (Villas-Boas, 1998: 502).

¹⁵¹ O ramo dos Magalhães de Alvelos originou-se a partir do casamento entre o Dr. António de Magalhães Cerqueira, filho de Manuel de Magalhães Teixeira e de D. Filipa Coelho Cerqueira — que deram origem ao ramo dos Magalhães Cerqueira —, com D. Paula da Silveira, descendente da família Vasconcelos, tornando-se o casal proprietário da Quinta e Casa de Alvelos em Freixo de Baixo através de herança familiar de D. Paula (Villas-Boas, 1998: 508).

Baixo¹⁵², e da irmã deste, D. Tomásia Rosa de Sousa, no batismo de uma menina em S. Veríssimo de Amarante em 1752¹⁵³.

João de Magalhães Machado também esteve envolvido na vida política da vila de Amarante: tendo exercido efetivamente o cargo de vereador apenas em 1757 e 1762, integrou o rol dos elegíveis em 1758, 1761 e 1765, e no ano de 1761 foi arrolador e, também, eleitor da Câmara (Matos, 2000: 79) — sendo que este envolvimento político foi coincidente com o período em que foi sargento-mor em Santa Cruz de Ribatâmega. O seu sobrinho, Amador de Sousa Sanhudo e Meneses, esteve igualmente no rol dos elegíveis para a Câmara da vila de Amarante em 1761 e 1765, sendo que também foi eleitor no ano de 1761, como o tio (Matos, 2000: 82).

No concelho de Santa Cruz de Ribatâmega, Amador de Sousa Sanhudo e Meneses, tal como o avô, esteve envolvido na governança municipal, tendo sido escolhido como juiz ordinário em 1762¹⁵⁴ — embora já tivesse sido substituído no mês de julho do mesmo ano por António de Vasconcelos de Castro e Sousa, capitão-mor¹⁵⁵, não estando documentado o motivo pelo qual foi substituído. Dois anos depois, em 1764, é nomeado como Ouvidor pelo Conde de Sabugal¹⁵⁶. De certo modo, reproduziu o percurso do avô, embora de forma inversa: Amador de Sousa Sanhudo foi nomeado ouvidor em 1665 e, em 1703, exerceu as funções de juiz ordinário.

O passado familiar terá certamente beneficiado Amador de Sousa Sanhudo e Meneses, nomeadamente para sua nomeação como ouvidor. Este era descendente de uma família ligada ao poder local em Santa Cruz de Ribatâmega, primeiramente pelas ordenanças e, com Amador de Sousa Sanhudo e o seu neto, ligada ao exercício efetivo da governação concelhia.

¹⁵² Para além da Quinta de Alvelos em Freixo de Baixo, a família de Teotónio Manuel de Sousa e Meneses também possuía a Casa do Seixoto, localizada na vila de Amarante — a sua data de construção é incerta, mas esta já estava concluída durante o século XVIII (Villas-Boas, 1998: 522). Atualmente esta casa é conhecida como o Solar dos Magalhães em Amarante.

¹⁵³ ADP — Paróquia de São Veríssimo, *Registo de Batismos 1732-03-17/1760-01-30*, fl. 112

¹⁵⁴ AMAMT — Livro de eleições e actos da Câmara, 0834, fl. 8v.

¹⁵⁵ AMAMT — Livro de eleições e actos da Câmara, 0834, fl. 9v.

¹⁵⁶ AMAMT — Livro de eleições e actos da Câmara, 0834, fl. 46v.

A influência na vida política terá andado a par com a influência social no concelho, sendo que Amador de Sousa Sanhudo, a sua esposa (antes da sua morte) e os seus filhos, nomeadamente D. Brites Luísa de Sousa, D. Leonor Teresa de Sousa e António Sanhudo, apadrinharam um total de 80 crianças nas freguesias de S. Salvador de Castelões, S. Pedro de Ataíde e S. Salvador de Real entre 1657 e 1718 . Entre os afilhados estiveram homens que se viriam a envolver na governança municipal e/ou seus familiares, como os filhos de Manuel de Babo Coelho, que viria a desempenhar cargos de natureza militar na Câmara em 1730¹⁵⁷, nascidos em 1707¹⁵⁸ e 1713¹⁵⁹, que foram apadrinhados por António Sanhudo e D. Leonor Teresa, respetivamente.

Estes apadrinhamentos certamente teriam também a sua influência na vida adulta dos afilhados, nomeadamente em termos de prospetivas matrimoniais dentro da comunidade.

2.2.2.2. Família Vasconcelos¹⁶⁰

Durante o século XVIII, os membros da família Vasconcelos estiveram ligados à governança de Santa Cruz de Ribatâmega, nomeadamente ao cargo de capitão-mor.

O primeiro membro da família a ser detentor desse cargo foi Manuel de Sousa de Vasconcelos. Este nasceu na freguesia de S. Romão de Carvalhosa em abril de 1681, sendo filho de João de Sousa (ou João de Sousa Monteiro) e da sua segunda esposa, Joana Teixeira de Vasconcelos, moradores na Quinta do Paço¹⁶¹. O casal tinha-se casado por procuração quatro anos antes, em 1677, na mesma freguesia¹⁶².

Contudo, a ligação familiar às ordenanças municipais terá começado com o seu pai, João de Sousa. Aquando do nascimento da segunda filha de João de Sousa e Joana Teixeira de Vasconcelos em 1679¹⁶³, o pai da família já exercia o cargo de sargento-mor

¹⁵⁷ Manuel de Babo Coelho desempenhou os cargos de alferes e caudel no ano de 1730 (AMAMT — Livro de eleições e actos da Câmara, 0833, fls. 90v. e 92)

¹⁵⁸ ADP — Paróquia de Ataíde, *Registo de Batismos 1587-07-05/1728-07-25*, fl. 70

¹⁵⁹ ADP — Paróquia de Ataíde, *Registo de Batismos 1587-07-05/1728-07-25*, fl. 76v.

¹⁶⁰ Ver Árvore Genealógica dos Vasconcelos e Pintos de Mesquita nos Anexos.

¹⁶¹ ADP — Paróquia de Carvalhosa, *Registo de Batismos 1656-11-23/1688-10-03*, fl. 38v.

¹⁶² ADP — Paróquia de Carvalhosa, *Registo de Casamentos 1656-02-21/1699-03-02*, fl. 83

¹⁶³ ADP — Paróquia de Carvalhosa, *Registo de Batismos 1656-11-23/1688-10-03*, fl. 35

do concelho. Esteve também ligado a essa função por casamento, sendo que Simão Carvalho Teixeira, pai de Ângela Pinheiro de Seixas — a sua primeira mulher, com que se casou em 1661¹⁶⁴ —, era detentor desse mesmo cargo. A transmissão do cargo entre o sogro e o genro funcionou e garantiu ao genro um capital de que os membros de um casamento posterior vieram a usufruir.

Durante a infância de Manuel de Sousa de Vasconcelos, João de Sousa Monteiro e a sua família mudaram a sua residência para o lugar do Ribeiro em S. Cristina de Toutosa, sendo que é aí que uma das filhas do casal nasce em 1689¹⁶⁵. Nesse mesmo ano, D. Ângela Pinheiro de Seixas — filha do primeiro casamento de João de Sousa — tinha-se casado em S. Romão de Carvalhosa com António Pinto de Mesquita, Cavaleiro da Ordem de Cristo e filho do Capitão Simão Pinto de Mesquita e de D. Maria Barbosa, moradores na Quinta de Vila Verde em Caíde de Rei¹⁶⁶, sendo que o dote terá incluído a Quinta do Paço em Carvalhosa, que teria sido herdada pela parte da família da mãe da noiva (Gayo, Vol. IX, 1990: 563).

Aproximando-se da nobreza e fidalguia local através do matrimónio, a família continuaria a manter laços com a classe dos homens da governança, como se notana escolha dos padrinhos da primeira filha de D. Ângela e de António Pinto de Mesquita, nascida nos finais do ano de 1689¹⁶⁷. Recaiu esta escolha em Lourenço da Cunha de Abreu — que em 1692 desempenhava o cargo de escrivão da Câmara¹⁶⁸ —, e a sua esposa, Joana Brochado. Cinco anos mais tarde, em 1694¹⁶⁹, o casal escolheria para padrinho de outra filha, Maria Gonçalo, o licenciado Lucas Teixeira de Carvalho, que em 1714 seria eleito para desempenhar o cargo de juiz ordinário de Santa Cruz de Ribatâmega¹⁷⁰. De acordo com Felgueiras Gayo, Lucas Teixeira de Carvalho era também neto de Simão Carvalho Teixeira e, desse modo, primo direito de D. Ângela (Gayo, Vol. IX, 1990: 563). António Pinto de Mesquita também esteve envolvido na governação

¹⁶⁴ ADP — Paróquia de Carvalhosa, *Registo de Casamentos 1656-02-21/1699-03-02*, fl. 78

¹⁶⁵ ADP — Paróquia de Toutosa, *Registo de Batismos 1634-12-17/1714-12-09*, fl. 23v.

¹⁶⁶ ADP — Paróquia de Carvalhosa, *Registo de Casamentos 1656-02-21/1699-03-02*, fl. 85

¹⁶⁷ ADP — Paróquia de Carvalhosa, *Registo de Batismos 1689-06-14/1727-12-04*, fl. 2v.

¹⁶⁸ AMAMT — Livro de eleições e actos da Câmara, 0832, fl. 9v.

¹⁶⁹ ADP — Paróquia de Carvalhosa, *Registo de Batismos 1689-06-14/1727-12-04*, fl. 7

¹⁷⁰ AMAMT — *Livro de registo de posturas e acórdãos*, 0854, fl. 59

municipal, tendo sido incluído como integrante do grupo dos homens da governança em 1712, a par de Lucas Teixeira de Carvalho¹⁷¹.

As relações que a família Vasconcelos manteve com estes dois grupos sociais terá sido benéfica para Manuel de Sousa de Vasconcelos, tanto para o seu envolvimento na governança municipal como para o forjamento da sua rede de relações pessoais e sociais.

O envolvimento de Manuel de Sousa de Vasconcelos no poder local de Santa Cruz de Ribatâmega está documentado em 1708, quando este foi nomeado para o exercício das funções de Escrivão das Sisas no concelho¹⁷², tendo sido proprietário deste ofício¹⁷³. É desconhecida a duração exata do período em que se manteve a exercer essas funções, mas no seu registo de casamento com D. Maria de Vasconcelos de Lima e Castro em 1712, que ocorreu em Toutosa¹⁷⁴ — a noiva era filha de João de Castro e Vasconcelos e Maria Vieira de Lima, moradores na vila de Amarante —, é designado como sargento-mor. Dois anos depois, em 1714, desempenhou o cargo de caudel-mor¹⁷⁵ e conseguiu ascender até ao topo das ordenanças municipais, tendo sido nomeado como capitão-mor do concelho¹⁷⁶ — no mesmo ano em que o primo direito da sua irmã, Lucas Teixeira de Carvalho, foi juiz ordinário.

A sua reputação a nível social certamente continuou a crescer nas décadas seguintes, sendo que, segundo o registo de batismo do seu filho António, nascido em Toutosa em 1730, Manuel de Sousa de Vasconcelos já era designado como um Cavaleiro da Ordem de Cristo¹⁷⁷.

Manuel de Sousa de Vasconcelos não foi o único da sua família a integrar a governança municipal. Para além do seu cunhado António Pinto de Mesquita, o seu sobrinho, Bernardo António de Mesquita — nascido em Caíde de Rei em 1697¹⁷⁸ e

¹⁷¹ AMAMT — Livro de registo de posturas e acórdãos, 0854, fl. 6

¹⁷² ANTT — Registo Geral de Mercês, Mercês de D. João V, liv. 3, f. 295v.

¹⁷³ ANTT — Conselho da Fazenda, Justificações do Reino, Letra A, mç. 32, n.º 4, fl. 10

¹⁷⁴ ADP — Paróquia de Toutosa, *Registo de Casamentos 1636-03-23/1712-10-07*, fl. 78

¹⁷⁵ AMAMT — Livro de registo de posturas e acórdãos, 0854, fl. 63

¹⁷⁶ AMAMT — Livro de registo de posturas e acórdãos, 0854, fl. 65

¹⁷⁷ ADP — Paróquia de Toutosa, *Registo de Batismos 1714-12-12/1788-05-11*, fls. 14-14v.

¹⁷⁸ ADP — Paróquia de Caíde de Rei, *Registos de Casamentos 1673-11-07/1729-09-08*, fl. 180v.

licenciado em Cânones pela Universidade de Coimbra em 1720¹⁷⁹ — foi identificado em 1728 como ouvidor do concelho¹⁸⁰ no registo de batismo de Francisco, filho do capitão-mor, para o qual foi escolhido para ser padrinho da criança. Apesar de não ser conhecido o seu período de exercício de funções, a partir desta observação pode-se inferir que nos finais da década de 1720 tio e sobrinho ocupavam lugares de grande proeminência na Câmara de Santa Cruz de Ribatâmega: o tio, Manuel de Sousa de Vasconcelos, como capitão-mor, responsável maior pela vertente militar do município; e o seu sobrinho, Bernardo António de Mesquita, como ouvidor, representante dos poderes jurisdicionais a nível local do Conde de Sabugal, senhor do concelho.

Bernardo António de Mesquita e a sua irmã, D. Maria de Gonçalo de Mesquita, também contribuíram para a manutenção das relações da família com a fidalguia local através de um casamento cruzado em finais de maio¹⁸¹ e inícios de junho¹⁸² de 1733 com outros dois irmãos, D. Ana Maria de Magalhães e António José Pinto de Magalhães, Cavaleiro da Ordem de Cristo (Gayo, Vol. VII, 1989: 208-209). Estes dois últimos eram filhos de João de Magalhães Coelho — já falecido aquando da realização dos matrimónios —, e de D. Isabel Maria Pinto de Magalhães, proprietários da Casa da Quintã em Santa Eulália de Constance. Por via materna, António José Pinto de Magalhães e D. Ana Maria eram descendentes de um dos ramos da família Magalhães de Amarante.

Os filhos de Manuel de Sousa de Vasconcelos e de Bernardo António de Mesquita também participaram na governança municipal. Tal como o seu pai, António de Vasconcelos de Castro e Sousa foi admitido na Ordem de Cristo em 1760¹⁸³ e sucedeu-lhe como capitão-mor de Santa Cruz de Ribatâmega em 1762¹⁸⁴, na sequência do pedido de demissão de Manuel de Sousa de Vasconcelos do cargo, autorizado pelo Rei. No mesmo ano, a partir do mês de julho, o novo capitão-mor acumulou as suas

¹⁷⁹ AUC — Índice de alunos da Universidade de Coimbra, Letra M, 008275

¹⁸⁰ ADP — Paróquia de Toutosa, *Registo de Batismos 1714-12-12/1788-05-11*, fls. 12v.-13

¹⁸¹ ADP — Paróquia de Caíde de Rei, *Registo de Casamentos 1719-10-02/1761-07-20*, fl. 15v.

¹⁸² ADP — Paróquia de Constance, *Registo de Casamentos 1699-11-21/1751-05-24*, fls. 122-122v.

¹⁸³ ANTT — Mesa da Consciência e Ordens, Habilitações para a Ordem de Cristo, Letra A, mç. 11, n.º 3

¹⁸⁴ AMAMT — Livro de eleições e actos da Câmara, 0834, fl. 6

responsabilidades pelos assuntos militares do concelho com as de juiz ordinário¹⁸⁵, começando a ser responsável pela administração de justiça na primeira instância no município — substituiu Amador de Sousa Sanhudo e Meneses, que tinha entrado em funções no início desse ano.

Durante o período em que António de Vasconcelos de Castro e Sousa se manteve em funções como juiz ordinário, Bernardo de Mesquita — filho de Bernardo António de Mesquita e seu primo em segundo grau — foi escolhido pela Câmara para exercer o cargo de almotacé¹⁸⁶. O tio deste último, José António (ou António José) Pinto de Magalhães, foi eleito para o lançamento da décima no concelho também nesse ano¹⁸⁷. No ano seguinte, em 1763, Bernardo de Mesquita foi novamente eleito para o cargo de almotacé¹⁸⁸, assim como António de Vasconcelos de Castro e Sousa, apesar de nunca ter chegado a exercer essas funções e ter sido substituído¹⁸⁹. António José Pinto de Magalhães também seria escolhido pela Câmara para ser almotacé em 1764¹⁹⁰.

A reputação de Manuel de Sousa de Vasconcelos terá tido o seu impacto para a sua família a nível social, sendo que nas décadas posteriores à sua subida a capitão-mor, os seus familiares uniram-se a famílias de homens da governança e/ou pertencentes à fidalguia local por via matrimonial.

2.2.2.2.1. Famílias Pereira, Baldaia, Cabral e Montenegro¹⁹¹

A ligação com as famílias Pereira, Baldaia, Cabral e Montenegro é estabelecida através do Doutor José Caetano de Vasconcelos, primo direito de Manuel de Sousa de Vasconcelos.

José Caetano de Vasconcelos era filho de Teodósio Cerqueira de Moura e de Maria de Vasconcelos, irmã de Joana Teixeira de Vasconcelos (Gayo, Vol. X, 1990: 110), proprietário da Quinta de Relas em S. Veríssimo de Amarante e licenciado em Cânones

¹⁸⁵ AMAMT — Livro de eleições e actos da Câmara, 0834, fl. 9v.

¹⁸⁶ AMAMT — Livro de eleições e actos da Câmara, 0834, fl. 14v.

¹⁸⁷ AMAMT — Livro de eleições e actos da Câmara, 0834, fl. 17

¹⁸⁸ AMAMT — Livro de eleições e actos da Câmara, 0834, fl. 32

¹⁸⁹ AMAMT — Livro de eleições e actos da Câmara, 0834, fl. 24

¹⁹⁰ AMAMT — Livro de eleições e actos da Câmara, 0834, fl. 46

¹⁹¹ Ver Árvore Genealógica dos Vasconcelos e Pereira, Baldaia, Cabral e Montenegro I e II nos Anexos.

pela Universidade de Coimbra¹⁹². De acordo com Felgueiras Gayo, José Caetano de Vasconcelos tinha sido Juiz de Fora de Freixo de Espada à Cinta, Auditor Geral e Provedor de Torre do Moncorvo¹⁹³, assim como tinha sido cavaleiro da Ordem de Cristo (Gayo, Vol. IV, 1989: 337).

Em 1742, o Doutor José Caetano de Vasconcelos casou-se pela segunda vez, em Carvalhosa, com D. Maria Joana Pereira da Cunha, um casamento que foi testemunhado por Manuel de Sousa de Vasconcelos e por João de Magalhães Machado, sargento-mor e “tio” de Amador de Sousa Sanhudo e Meneses, futuro juiz ordinário e ouvidor¹⁹⁴. A noiva, nascida em 1714¹⁹⁵, era a segunda filha do então falecido João Pereira do Lago, que tinha sido juiz ordinário de Santa Cruz de Ribatâmega em 1727¹⁹⁶, e de Josefa da Cunha Moniz, assim como afilhada de Manuel de Sousa de Vasconcelos.

A mãe de D. Maria, Josefa da Cunha Moniz, era por via materna descendente dos proprietários da Casa da Faia na freguesia de S. Salvador de Freixo de Baixo, assim como da família Cerqueira em Amarante, uma das principais famílias da vila (Gayo, Vol. X, 1990: 155-156; Vol. IV, 1989: 318 e 329). Josefa da Cunha Moniz era também sobrinha de Lourenço da Cunha de Abreu, escrivão da Câmara de Santa Cruz de Ribatâmega pelo menos entre 1692 e 1714¹⁹⁷, sendo que este e Bernarda Moniz, mãe de Josefa, eram filhos de António Moniz Cerqueira, Reitor da paróquia de Caíde de Rei (Gayo, Vol. X, 1990: 157).

A primeira filha de João Pereira do Lago e de Josefa da Cunha Moniz, D. Bernardina Josefa Pereira da Cunha, tinha-se casado em 1738, quatro anos antes da irmã mais nova, com André Baldaia Carneiro, filho do Capitão João Aranha de Magalhães e D. Joana Baldaia de S. Paio de Oliveira¹⁹⁸. André Baldaia Carneiro foi um homem da

¹⁹² AUC — Índice de alunos da Universidade de Coimbra, Letra V, 001514

¹⁹³ No Arquivo da Torre do Tombo, encontram-se cartas e um alvará referentes a José Caetano de Vasconcelos coincidentes com a descrição feita por Felgueiras Gayo, sendo que foi nomeado para Juiz de Fora de Freixo de Espada à Cinta em 1720, Auditor Geral da Província da Beira em 1731 e Provedor da Torre do Moncorvo em 1747: ANTT — Registo Geral de Mercês, Mercês de D. João V, liv. 11, f. 222

¹⁹⁴ ADP — Paróquia de Carvalhosa, *Registo de Casamentos 1728-07-16/1779-01-11*, fl. 99v.

¹⁹⁵ ADP — Paróquia de Carvalhosa, *Registo de Batismos 1689-06-14/1727-12-04*, fl. 34

¹⁹⁶ AMAMT — Livro de eleições e actos da Câmara, 0833, fl. 1

¹⁹⁷ AMAMT — Livro de eleições e actos da Câmara, 0832

¹⁹⁸ ADP — Paróquia de Carvalhosa, *Registo de Casamentos 1728-07-16/1779-01-11*, fl. 97v.

governança de Santa Cruz de Ribatâmega, estando envolvido no poder local na década de 1720, tendo inclusive marcado presença na eleição de João Pereira do Lago, que viria a ser o seu futuro sogro, em 1727¹⁹⁹. Em 1762, ainda recai nele a confiança da Câmara ao ser escolhido para o lançamento da décima²⁰⁰.

Por parte do seu pai, André Baldaia Carneiro tinha relações familiares com os proprietários da Quinta do Soutelo em Santa Eulália de Constance, sendo primo direito de João de Magalhães Coutinho, casado com Baptista Queirós da Fonseca (Gayo, Vol. I, 1989: 455-456). Uma das filhas deste casal, D. Antónia Rafaela de Magalhães e Vasconcelos, foi casada com Cristóvão António Leite Cabral²⁰¹, que foi juiz ordinário de Santa Cruz de Ribatâmega em 1730²⁰². À época do nascimento do seu filho mais velho, João, em 1742²⁰³, Cristóvão António Leite Cabral e D. Antónia Rafaela de Magalhães e Vasconcelos eram proprietários da Quinta do Eiró na freguesia de S. Salvador de Castelões.

Este casal terá tido uma relação próxima com a família Baldaia, sendo que os vários irmãos apadrinharam e/ou testemunharam os batismos de quase todos os filhos de Cristóvão António Leite Cabral e D. Antónia Rafaela: Henrique Baldaia de Magalhães e a sua irmã D. Joana foram padrinhos do seu filho Gaspar em 1744, batismo no qual André Baldaia Carneiro esteve presente como testemunha²⁰⁴; em 1747, este último e a sua esposa D. Bernardina Josefa Pereira da Cunha foram escolhidos para padrinhos de Maria das Neves²⁰⁵; em 1750, Manuel Baldaia de Magalhães, Abade do Sobrado, e D. Ana Maria Baldaia apadrinharam Manuel²⁰⁶. A par das relações familiares já existentes entre D. Antónia Rafaela e os Baldaias, o facto de André Baldaia Carneiro e Cristóvão António Leite Cabral terem participado na governança municipal terá também contribuído para a proximidade entre as duas famílias.

¹⁹⁹ AMAMT — Livro de eleições e actos da Câmara, 0833, fls. 1-1v.

²⁰⁰ AMAMT — Livro de eleições e actos da Câmara, 0834, fl. 17

²⁰¹ ADP — Paróquia de Castelões, *Registo de Casamentos 1741-11-29/1780-10-22*, fl. 219

²⁰² AMAMT — Livro de eleições e actos da Câmara, 0833, fl. 80v.

²⁰³ ADP — Paróquia de Castelões, *Registo de Batismos 1687-11-30/1743-10-09*, fl. 23

²⁰⁴ ADP — Paróquia de Castelões, *Registo de Batismos 1743-06-13/1777-12-14*, fl. 72

²⁰⁵ ADP — Paróquia de Castelões, *Registo de Batismos 1743-06-13/1777-12-14*, fl. 76

²⁰⁶ ADP — Paróquia de Castelões, *Registo de Batismos 1743-06-13/1777-12-14*, fl. 87

Tal como os seus familiares, João Leite Cabral de Vasconcelos, filho mais velho de Cristóvão António Leite Cabral e D. Antónia Rafaela, o seu empenhamento na governança local é documentado na eleição dos membros da vereação camarária em 1778²⁰⁷.

Outro filho de João de Magalhães Coutinho e Baptista Queirós da Fonseca, João Teixeira de Magalhães Coutinho e Vasconcelos, casou-se com D. Caetana Maria Correia de Sousa Montenegro em 1734²⁰⁸. D. Caetana, nascida em 1707²⁰⁹, estava igualmente ligada à governança, sendo filha de D. Catarina Teresa e de Teodósio Correia de Sousa Montenegro, juiz ordinário de Santa Cruz de Ribatâmega em 1728²¹⁰.

Teodósio Correia de Sousa Montenegro era filho de João Correia de Sousa Montenegro, sendo que este último seria um Fidalgo da Casa Real (Gayo, Vol. I, 1989: 577), sendo ambos naturais da freguesia de Tuias, localizada no atual concelho do Marco de Canaveses. Foi casado três vezes: em 1705 com D. Catarina Teresa em S. Nicolau na vila de Canaveses, filha de Manuel Teixeira²¹¹ que, de acordo com Felgueiras Gayo, tinha sido capitão-mor da vila de Canaveses (Gayo, Vol. I, 1989: 584); em 1721 com D. Rosa Maria de Vasconcelos em Fregim²¹²; e em 1738 com Maria Clara de Babo em Ataíde²¹³.

Tal como o sogro, cunhado e primos, João Teixeira de Vasconcelos (ou João Teixeira de Magalhães), também se envolveu na governança de Santa Cruz de Ribatâmega pelo menos uma vez, tendo sido eleito como almotacé em 1763²¹⁴, a par de Bernardo de Mesquita.

D. Bernardina Josefa Pereira da Cunha e André Baldaia Carneiro foram padrinhos de batismo de António de Magalhães Coutinho Vasconcelos Montenegro, nascido em 1744 em Santa Eulália de Constance²¹⁵, sendo que os seus pais, João Teixeira de

²⁰⁷ AMAMT — Livro de eleições e actos da Câmara, 0835, fls. 29v-30

²⁰⁸ ADP — Paróquia de Constance, *Registo de Casamentos 1699-11-21/1751-05-24*, fls. 123v.-124

²⁰⁹ ADP — Paróquia de São Nicolau, *Registo de Batismos 1682-04-05/1741-11-25*, fl. 32

²¹⁰ AMAMT — Livro de eleições e actos da Câmara, 0833, fl. 11

²¹¹ ADP — Paróquia de São Nicolau, *Registo de Casamentos 1683-04-26/1741-09-21*, fl. 136-136v.

²¹² ADP — Paróquia de Fregim, *Registo de Casamentos 1706-10-29/1737-02-28*, fls. 127v.-128

²¹³ ADP — Paróquia de Ataíde, *Registo de Casamentos 1732-02-03/1768-08-17*, fl. 86

²¹⁴ AMAMT — Livro de eleições e actos da Câmara, 0834, fl. 32

²¹⁵ ADP — Paróquia de Constance, *Registo de Batismos 1699-11-29/1750-10-19*, fl. 86v.

Vasconcelos e de D. Caetana Maria Correia de Sousa Montenegro, já eram os senhores da Quinta do Soutelo na mesma freguesia.

António de Magalhães Coutinho Vasconcelos Montenegro casou em 1766 com D. Teodora de Vasconcelos²¹⁶, filha de José Caetano de Vasconcelos e de D. Maria Joana Pereira da Cunha, e neta de João Pereira do Lago, que tinha sido antecessor de Teodósio Correia de Sousa Montenegro, avô do noivo, como juiz ordinário. Um dos seus irmãos, José Correia de Sousa Montenegro²¹⁷ era, em 1777, identificado como sargento-mor do concelho num registo de batismo²¹⁸. Devido ao uso deste apelido pelo seu irmão, supõe-se que o António Correia de Sousa Montenegro que esteve presente na eleição camarária e assinou esse registo em 1778²¹⁹ se poderá tratar de António de Magalhães Coutinho Vasconcelos Montenegro.

Desta forma, os Vasconcelos estabeleceram relações familiares por via matrimonial com outras duas famílias ligadas à governança de Santa Cruz de Ribatâmega e, também, da nobreza e fidalguia residente no concelho e na vila de Amarante.

2.2.2.3. Família Ribeiro de Vasconcelos-Moreira-Babo²²⁰

Três indivíduos estiveram envolvidos na governança concelhia durante as décadas de 1710 e 1720: Simão Ribeiro de Vasconcelos, Francisco Moreira Gonçalves e Gaspar de Babo Coelho, sendo que compartilhavam a mesma origem familiar.

De acordo com as diligências de habilitação para o Santo Ofício de Simão Ribeiro de Vasconcelos, de 1696²²¹, e de Francisco Moreira Gonçalves, de 1731²²², e a diligência de habilitação para a Ordem de Cristo de Manuel Cardoso de Vasconcelos — irmão de Gaspar de Babo Coelho —, de 1706²²³, estes três homens eram descendentes de Baltazar Luís.

²¹⁶ ADP — Paróquia de Constance, *Registo de Casamentos 1751-05-24/1787-05-23*, fls. 145v.-146

²¹⁷ ADP — Paróquia de Constance, *Registo de Casamentos 1751-05-24/1787-05-23*, fl. 160

²¹⁸ ADP — Paróquia de Constance, *Registo de Batismos 1750-11-01/1787-07-02*, fl. 89v.

²¹⁹ AMAMT — Livro de eleições e actos da Câmara, 0835, fls. 29v-30

²²⁰ Ver Árvore Genealógica dos Ribeiros de Vasconcelos-Moreira-Babo nos Anexos.

²²¹ ANTT — Tribunal do Santo Ofício, Conselho Geral, *Habilitações Incompletas*, doc. 5285

²²² ANTT — Tribunal do Santo Ofício, Conselho Geral, *Habilitações Incompletas*, doc. 1867

²²³ ANTT — Mesa da Consciência e Ordens, *Habilitações para a Ordem de Cristo*, Letra M, mç. 11, n.º 6

Baltazar Luís era natural de S. Salvador de Real, sendo filho de Sebastião Luís e da sua esposa, Margarida Gonçalves. Por conta da orfandade de Sebastião Luís, Baltazar Luís possuía a alcunha de “enjeitado” dentro da sua comunidade, aludindo às circunstâncias de nascimento do seu pai²²⁴.

Baltazar Luís casou com Camila Dias de Matos, com quem teve pelo menos dois filhos: Baltazar de Matos de Moura e Gaspar Luís de Moura. De acordo com Manuel de Sousa da Silva, Capitão-mor de Santa Cruz de Ribatâmega em 1707 — foi testemunha na diligência de habilitação de Manuel Cardoso de Vasconcelos para a Ordem de Cristo —, a família viveu alguns momentos difíceis, sendo que Baltazar Luís e os seus filhos foram acusados várias vezes de serem cristãos-novos ou judeus²²⁵ e que essa acusação era baseada no facto de Baltazar Luís ter servido uns mercadores de Trás-os-Montes que se dizia serem judeus durante algum tempo. Tal suscitou dúvidas dentro da sua comunidade em relação à paternidade de Baltazar Luís, alegando que este poderia ser filho de um dos mercadores para quem trabalhava²²⁶ — provavelmente supondo que estaria a ser preparado para vir a herdar o negócio do seu hipotético progenitor.

Independentemente da veracidade desta acusação, a fama de cristãos-novos ficou associada à família, continuando a influenciar e a colocar alguns entraves às pretensões dos seus descendentes ainda nos finais do século XVII e inícios do século XVIII. Após ter sido recusada a sua entrada no Santo Ofício, Francisco Moreira Gonçalves classificou os rumores como falsos no recurso da sua diligência em 1735²²⁷. Em 1706, Manuel de Sousa da Silva também acreditava que se tratava de uma acusação falsa²²⁸,

²²⁴ ANTT — Mesa da Consciência e Ordens, Habilitações para a Ordem de Cristo, Letra M, mç. 11, n.º 6 — sem numeração de fôlio.

²²⁵ ANTT — Mesa da Consciência e Ordens, Habilitações para a Ordem de Cristo, Letra M, mç. 11, n.º 6, fl. 133v.

²²⁶ ANTT — Mesa da Consciência e Ordens, Habilitações para a Ordem de Cristo, Letra M, mç. 11, n.º 6, fl. 1v.

²²⁷ ANTT — Tribunal do Santo Ofício, Conselho Geral, Habilitações Incompletas, doc. 1867, fl. 10

²²⁸ ANTT — Mesa da Consciência e Ordens, Habilitações para a Ordem de Cristo, Letra M, mç. 11, n.º 6, fl. 2v.

assim como o Capitão João Aranha de Magalhães²²⁹, João de Sá Pereira, Abade de Real²³⁰ e Lourenço da Cunha de Abreu, escrivão da Câmara à época²³¹.

Contudo, pessoas como André Carneiro e D. Joana dos Santos, sogros do referido Capitão João Aranha de Magalhães, aparentemente acreditavam na acusação — D. Joana dos Santos, de acordo com o testemunho do seu genro, chegou a dizer publicamente a João Cardoso de Vasconcelos (tio de Manuel Cardoso de Vasconcelos e Gaspar de Babo Coelho) que este não podia seguir a vida eclesiástica porque era descendente de cristãos-novos²³², uma situação que foi reiterada por outras testemunhas como António Ribeiro²³³, Amador de Sousa Sanhudo²³⁴ e Manuel Gonçalves. Este último referiu que “Donna Joanna [dos Santos] sahio o mesmo impedimento ao embargante [João Cardoso de Vasconcelos] logo geralmente se dise por todas as pessoas que niso falavão que ella sayra no dito impedimento sô porque hera sua inimiga [...] Donna Joanna e seu marido [André Carneiro] ja antes do impedimento erão inimigos”²³⁵. De acordo com várias testemunhas, este casal e Gaspar Luís de Moura tiveram alguns desentendimentos que poderão ter continuado a existir com João de Cardoso de Vasconcelos, neto de Gaspar Luís — apesar de André Carneiro ter sido escolhido para ser padrinho de batismo de João em 1646²³⁶.

Baltazar de Matos de Moura e Gaspar Luís de Moura, filhos de Baltazar Luís, terão enveredado inicialmente por ofícios mecânicos, sendo que Baltazar aprendeu o

²²⁹ ANTT — Mesa da Consciência e Ordens, Habilitações para a Ordem de Cristo, Letra M, mç. 11, n.º 6, fls. 3-3v.

²³⁰ ANTT — Mesa da Consciência e Ordens, Habilitações para a Ordem de Cristo, Letra M, mç. 11, n.º 6, fl. 3

²³¹ ANTT — Mesa da Consciência e Ordens, Habilitações para a Ordem de Cristo, Letra M, mç. 11, n.º 6, fl. 9v.

²³² ANTT — Mesa da Consciência e Ordens, Habilitações para a Ordem de Cristo, Letra M, mç. 11, n.º 6, fl. 4

²³³ ANTT — Mesa da Consciência e Ordens, Habilitações para a Ordem de Cristo, Letra M, mç. 11, n.º 6, fl. 6

²³⁴ ANTT — Mesa da Consciência e Ordens, Habilitações para a Ordem de Cristo, Letra M, mç. 11, n.º 6, fl. 2

²³⁵ ANTT — Mesa da Consciência e Ordens, Habilitações para a Ordem de Cristo, Letra M, mç. 11, n.º 6, fl. 59v.

²³⁶ ADP — Paróquia de Oliveira, *Registo de Batismos 1571-06-26/1661-10-25*, fl. 35

ofício de sapateiro²³⁷ e Gaspar o de alfaiate²³⁸. Contudo, pelo menos Baltazar Matos de Moura acabou por deixar o exercício do seu ofício para se tornar num rendeiro²³⁹, sendo que provavelmente acabou por enriquecer, visto que é alegado que este “se tratava à lei da nobreza”²⁴⁰.

Gaspar Luís de Moura terá igualmente acabado por deixar de o seu ofício de alfaiate e ter-se dedicado à atividade agrícola como lavrador. Existe a hipótese de este ser sido juiz ordinário do concelho, embora esse seja um dado incerto — a pergunta foi colocada a algumas testemunhas durante o processo de admissão de Manuel Cardoso de Vasconcelos para a Ordem de Cristo, sendo que várias responderam negativamente²⁴¹ ou que não se recordavam.

No entanto, independentemente Gaspar Luís de Moura ou Baltazar de Matos de Moura se terem envolvido na governança, os seus descendentes certamente fizeram-no e/ou estavam conectados ao poder local através de familiares e laços de parentesco espiritual.

Descendentes de Baltazar de Matos de Moura e Ribeiro de Vasconcelos²⁴²

Manuel Moreira, filho de Baltazar de Matos de Moura e Maria Moreira, foi vereador da Câmara²⁴³, sendo foi casado com Maria Ribeiro de Vasconcelos, tendo o casamento decorrido em S. Salvador de Real em 1659²⁴⁴. O pai da noiva, Simão Ribeiro de Vasconcelos, era natural de Salvador do Monte e a mãe, Maria do Couto, era

²³⁷ ANTT — Mesa da Consciência e Ordens, Habilitações para a Ordem de Cristo, Letra M, mç. 11, n.º 6, fl. 141

²³⁸ ANTT — Mesa da Consciência e Ordens, Habilitações para a Ordem de Cristo, Letra M, mç. 11, n.º 6, fl. 139

²³⁹ ANTT — Mesa da Consciência e Ordens, Habilitações para a Ordem de Cristo, Letra M, mç. 11, n.º 6, f. 135v.

²⁴⁰ ANTT — Mesa da Consciência e Ordens, Habilitações para a Ordem de Cristo, Letra M, mç. 11, n.º 6, f. 59v.

²⁴¹ ANTT — Mesa da Consciência e Ordens, Habilitações para a Ordem de Cristo, Letra M, mç. 11, n.º 6, fls. 118-118v.

²⁴² Ver Árvore Genealógica dos Ribeiros de Vasconcelos (com Ramo da Casa do Carvalho) nos Anexos.

²⁴³ ANTT — Mesa da Consciência e Ordens, Habilitações para a Ordem de Cristo, Letra M, mç. 11, n.º 6 — sem numeração de fólio

²⁴⁴ ADP — Paróquia de Real, *Registo de Batismos 1645-09-18/1674-05-20*, fl. 86

originária do Couto de Mancelos²⁴⁵. Simão Ribeiro de Vasconcelos era o irmão mais velho de Manuel Ribeiro de Vasconcelos, sendo ambos sobrinhos de António Mendes de Vasconcelos, Abade de Auessadas²⁴⁶, que instituiu a Capela de Santo António no Morgado do Carvalho em S. Salvador de Real em 1646 (Craesbeeck, Vol. I, 1993: 163). De acordo com Manuel Ribeiro de Vasconcelos, Baltazar de Matos de Moura era conhecido do seu tio, o Abade de Auessadas, tendo-o visitado com alguma frequência²⁴⁷.

O casal teve seis filhos, sendo que as escolhas de padrinhos para três deles recaíram sobre pessoas associadas à governança, o que demonstra, de certa forma, a integração social do casal dentro da esfera política local: para a sua filha mais velha, Teresa, nascida em 1662²⁴⁸, os seus padrinhos foram Simão Carvalho Teixeira, sargento-mor, e a filha deste, Margarida Pinheiro — sogro e primeira esposa de João de Sousa; a sua segunda filha, Mariana, nascida em 1665²⁴⁹, foi apadrinhada por Amador de Sousa Sanhudo, que exercia o cargo de ouvidor à época; para o seu filho mais novo, Francisco, nascido em 1671²⁵⁰, foi escolhido para seu padrinho Manuel de Sousa da Silva, Capitão-mor do concelho.

O referido Manuel Ribeiro de Vasconcelos — tio de Maria Ribeiro de Vasconcelos —, provavelmente também teria as suas ligações à governança, sendo que a sua filha

²⁴⁵ ADP — Paróquia de Mancelos, *Registo de Casamentos 1616-02/1655-07-11*, fl. 11v.

²⁴⁶ No registo de casamento de Belchior Gonçalves e Maria Ribeira, decorrido em S. Salvador de Real em 1646, a noiva é identificada como sobrinha de António Mendes de Vasconcelos, Abade de Auessadas, e entre as testemunhas encontravam-se Simão Ribeiro de Vasconcelos e o seu irmão Manuel Ribeiro de Vasconcelos (ADP — Paróquia de Real, *Registo de Casamentos 1646-04-09/1673-06-17*, fl. 72). Dois anos depois, em 1648, no registo de óbito de António Mendes de Vasconcelos, Manuel Ribeiro de Vasconcelos é identificado como seu sobrinho e herdeiro (ADP — Paróquia de Real, *Registo de Óbitos 1646-01-22/1678-04-17*, fl. 93v.). Na paróquia de Salvador do Monte encontram-se os registos de batismo de Simão e Manuel, filhos de Marcos Ribeiro e Antónia Domingues, nascidos em 1608 e 1609, respetivamente (ADP — Paróquia de Salvador do Monte, *Registo de Batismos 1591-10-26/1684-02-07*, fls. 19v. e 21v.), sendo que na genealogia de Felgueiras Gayo é discriminado um Marcos Ribeiro de Vasconcelos como irmão de António Mendes de Vasconcelos (Gayo, Vol. X, 1990: 81). A acrescentar, tanto Simão Ribeiro de Vasconcelos como Manuel Ribeiro de Vasconcelos referem-se ao Abade de Auessadas como seu tio numa diligência da década de 1670 que foi integrada na diligência de Manuel Cardoso de Vasconcelos para a Ordem de Cristo. Desta forma, a documentação parece indicar que Simão Ribeiro de Vasconcelos e Manuel Ribeiro de Vasconcelos eram não só sobrinhos do Abade de Auessadas, mas também irmãos.

²⁴⁷ ANTT — Mesa da Consciência e Ordens, Habilitações para a Ordem de Cristo, Letra M, mç. 11, n.º 6, fl. 67v.

²⁴⁸ ADP — Paróquia de Real, *Registos de Batismos 1645-09-18/1674-05-20*, fl. 34

²⁴⁹ ADP — Paróquia de Real, *Registos de Batismos 1645-09-18/1674-05-20*, fl. 41v.

²⁵⁰ ADP — Paróquia de Real, *Registos de Batismos 1645-09-18/1674-05-20*, fl. 55v.

Maria, nascida em 1655, foi apadrinhada pelo escrivão dos órfãos do concelho à época, e por Luzia Vieira²⁵¹, que viria a ser esposa de Francisco Cerqueira de Magalhães²⁵², futuro juiz ordinário.

O terceiro filho de Manuel Moreira e Maria Ribeiro de Vasconcelos, também chamado de Simão Ribeiro de Vasconcelos, nascido em 1664²⁵³, enveredou por uma carreira militar nas ordenanças. Na sua diligência de habilitação para o Santo Ofício, em 1696, Simão Ribeiro de Vasconcelos foi identificado como alferes²⁵⁴ — e, no dizer do próprio, um dos principais da sua terra —, sendo que três anos depois, em 1699, já era referido, num registo de batismo, como capitão²⁵⁵.

Em 1712, Simão Ribeiro de Vasconcelos (neto) estava listado como um dos homens da governança de Santa Cruz de Ribatâmega²⁵⁶. Nesse mesmo ano, o seu primo direito, Francisco Moreira Gonçalves — filho de Maria Moreira, irmã de Manuel Moreira, nascido em 1675²⁵⁷ —, foi inicialmente eleito como vereador. Contudo, por ser o vereador mais velho, teve de assumir temporariamente as funções de juiz ordinário do concelho, visto que a pessoa que havia sido designada para exercer o cargo não foi aceite pelo Corregedor de Guimarães²⁵⁸.

No entanto, em março de 1712, Francisco Moreira Gonçalves foi formalmente eleito para desempenhar o cargo, tendo ganho a eleição com 17 votos num total de 23 — Manuel Ribeiro de Vasconcelos, administrador do Morgado do Carvalho e neto de Manuel Ribeiro de Vasconcelos (tio de Maria Ribeiro de Vasconcelos), também foi candidato ao cargo de juiz ordinário, mas arrecadou apenas um voto na eleição²⁵⁹. Contudo, dois anos depois, em 1714, foi nomeado para o cargo de caudel em S. Salvador de Real, sob a liderança do caudel-mor Manuel de Sousa de Vasconcelos, então

²⁵¹ ADP — Paróquia de Real, *Registos de Batismos 1645-09-18/1674-05-20*, fl. 17v.

²⁵² ADP — Paróquia de Real, *Registo de Casamentos 1673-07-10/1714-05-10*, fl. 66v-67

²⁵³ ADP — Paróquia de Real, *Registos de Batismos 1645-09-18/1674-05-20*, fl. 40v.

²⁵⁴ ANTT — Tribunal do Santo Ofício, Conselho Geral, *Habilitações Incompletas*, doc. 5285, fl. 1

²⁵⁵ ADP — Paróquia de Real, *Registos de Batismos 1645-09-18/1674-05-20*, fl. 51v.

²⁵⁶ AMAMT — Livro de registo de posturas e acórdãos, 0854, fl. 6

²⁵⁷ ADP — Paróquia de Real, *Registo de Batismos 1674-05-24/1704-02-05*, fl. 3

²⁵⁸ AMAMT — Livro de registo de posturas e acórdãos, 0854, fls. 5-6

²⁵⁹ AMAMT — Livro de registo de posturas e acórdãos, 0854, fl. 10v.

sargento-mor²⁶⁰. Em 1715, candidatou-se novamente ao cargo de juiz ordinário, mas arrecadou apenas quatro votos²⁶¹. Contudo, esteve novamente incluído na lista de homens da governança da Câmara com o seu primo, Simão Ribeiro de Vasconcelos²⁶², sendo que o filho deste último, Fernando de Magalhães de Vasconcelos²⁶³, sucedeu-lhe como caudel em S. Salvador de Real, igualmente sob a liderança de Manuel de Sousa de Vasconcelos como capitão-mor²⁶⁴.

Apesar de serem parentes afastados — primos em segundo grau —, os membros dos dois ramos da família Ribeiro de Vasconcelos aparentam ter sido relativamente próximos, sendo que Mariana Ribeiro de Vasconcelos e o seu irmão Simão Ribeiro de Vasconcelos apadrinharam dois filhos de Manuel Ribeiro de Vasconcelos e da sua esposa Isabel Maria em 1715²⁶⁵ e 1718²⁶⁶, respetivamente.

O ramo da família Ribeiro de Vasconcelos da Casa do Carvalho também continuaria a ter a sua própria participação camarária. Para além de Manuel Ribeiro de Vasconcelos, o seu herdeiro, Luís António de Vasconcelos²⁶⁷, teve também uma breve participação na Câmara, tendo sido eleito para o lançamento da décima em 1762²⁶⁸,

²⁶⁰ AMAMT — Livro de registo de posturas e acórdãos, 0854, fl. 63

²⁶¹ AMAMT — Livro de registo de posturas e acórdãos, 0854, fl. 99v.

²⁶² AMAMT — Livro de registo de posturas e acórdãos, 0854, fl. 101

²⁶³ Num registo de batismo, este apadrinhou uma criança com a sua tia Mariana Ribeiro de Vasconcelos (ADP — Paróquia de Real, 1704-02-17/1725-12-26, fl. 33v-34), sendo que a dita Mariana Ribeiro de Vasconcelos encaixa no perfil associado a uma das irmãs do dito Simão Ribeiro de Vasconcelos, tendo sido afilhada de Amador de Sousa Sanhudo. Supõe-se que Simão Ribeiro de Vasconcelos terá sido seu pai visto que em alguns registos de batismo da década de 1710 estes dois aparecem juntos, um como padrinho e outro como testemunha, o que não acontece com nenhum outro membro masculino da família (ADP — Paróquia de Real, 1704-02-17/1725-12-26, fls. 48v-49 e 50v). Contudo, o registo de batismo de Fernando de Magalhães de Vasconcelos nunca foi encontrado, sendo desconhecida a data e lugar do seu nascimento, assim como a identidade da sua mãe, levando a crer que este pode ter sido filho natural de Simão Ribeiro de Vasconcelos, solteiro. Aquando da sua morte em 1748, refere-se que o seu filho ficou encarregue de lhe fazer os bens de alma (ADP — Paróquia de Real, *Registo de Óbitos 1715-10-23/1767-07-11*, fl. 57) — algo que não acontece, por exemplo, com o seu irmão Manuel Ribeiro de Vasconcelos, que também morreu solteiro em 1749, e que no seu registo de óbito refere que os seus herdeiros (que podiam ser os sobrinhos, filhos de Baltazar Ribeiro de Vasconcelos e o filho de Simão Ribeiro de Vasconcelos) ficaram encarregues de lhe fazer o bem de alma (ADP — Paróquia de Real, *Registo de Óbitos 1715-10-23/1767-07-11*, fl. 59v.).

²⁶⁴ AMAMT — Livro de registo de posturas e acórdãos, 0854, fl. 109

²⁶⁵ ADP — Paróquia de Real, *Registo de Batismos 1704-02-17/1725-12-26*, fl. 44v.

²⁶⁶ ADP — Paróquia de Real, *Registo de Batismos 1704-02-17/1725-12-26*, fl. 57v.

²⁶⁷ ADP — Paróquia de Real, *Registo de Casamentos 1715-01-28/1771-11-11*, fls. 45-45v.

²⁶⁸ AMAMT — Livro de eleições e actos da Câmara, 0834, fl. 17

durante a governação de António de Vasconcelos de Castro e Sousa. Um dos filhos deste último, Manuel de Vasconcelos Mendes de Carvalho²⁶⁹, foi um capitão das ordenanças municipais, tendo estado presente na eleição camarária de 1778²⁷⁰ e, de acordo com o auto de justificação feito de António de Vasconcelos Castro e Sousa, também desempenhou o cargo de juiz ordinário do concelho em 1787²⁷¹.

Descendentes de Gaspar Luís de Moura

Isabel Mendes, filha de Gaspar Luís de Moura e Ana Mendes de Vasconcelos, casou-se com Feliciano Cardoso de Vasconcelos, filho de Domingos de Carvalho e Francisca Cardoso, em 1631 na freguesia de S. Paio de Oliveira²⁷². Da relação entre os dois já tinha nascido um filho, dois anos antes, em 1629, batizado na mesma freguesia²⁷³.

Feliciano Cardoso de Vasconcelos foi tabelião no concelho de Santa Cruz de Ribatâmega²⁷⁴ e, de acordo com Manuel e Simão Ribeiro de Vasconcelos, serviu na Câmara como juiz ordinário e também noutros cargos da governança²⁷⁵. Amador de Sousa Sanhudo descreveu-o como integrante da principal nobreza do concelho²⁷⁶.

Para além de João Cardoso de Vasconcelos, o casal também teve como filha D. Joana Cardoso de Vasconcelos, nascida em 1641 em S. Paio de Oliveira²⁷⁷. Esta casou-se na mesma freguesia em 1665 com Gaspar de Babo Coelho²⁷⁸, filho de Domingos Rodrigues e Anastácia da Fonseca e natural do lugar de Vila Meã, em S. Salvador de

²⁶⁹ ADP — Paróquia de Real, *Registo de Casamentos 1715-01-28/1771-11-11*, fls. 19v-20

²⁷⁰ AMAMT — Livro de eleições e actos da Câmara, 0835, fl. 29v-30

²⁷¹ ANTT — Conselho da Fazenda, Justificações do Reino, Letra A, mç. 32, n.º 4, fl. 8

²⁷² ADP — Paróquia de Oliveira, *Registo de Casamentos 1615-08-09/1667-11-29*, fl. 49v.

²⁷³ ADP — Paróquia de Oliveira, *Registo de Batismos 1571-06-26/1661-10-25*, fl. 18

²⁷⁴ ANTT — Mesa da Consciência e Ordens, Habilitações para a Ordem de Cristo, Letra M, mç. 11, n.º 6, fl. 56

²⁷⁵ ANTT — Mesa da Consciência e Ordens, Habilitações para a Ordem de Cristo, Letra M, mç. 11, n.º 6, fls. 68 e 73v.

²⁷⁶ ANTT — Mesa da Consciência e Ordens, Habilitações para a Ordem de Cristo, Letra M, mç. 11, n.º 6, fl. 2

²⁷⁷ ADP — Paróquia de Oliveira, *Registo de Batismos 1571-06-26/1661-10-25*, fl. 30v.

²⁷⁸ ADP — Paróquia de Oliveira, *Registo de Casamentos 1662-07-30/1713-12-02*, fl. 157v.

Real²⁷⁹. O noivo, Gaspar de Babo, alegadamente aprendeu o ofício de sapateiro, mas deixou essa ocupação depois de se casar com D. Joana, passando a viver “a ley da nobreza sustentandose de suas proprias fazendas”²⁸⁰ após contrair matrimónio.

O casal teve pelo menos dois filhos: Manuel Cardoso de Vasconcelos, nascido em 1668²⁸¹, e que durante o seu processo de admissão para a Ordem de Cristo era morador na Índia; e Gaspar de Babo Coelho, nascido em 1670²⁸².

A entrada de Manuel Cardoso de Vasconcelos na Ordem de Cristo em 1707 poderá ter-se saldado em termos sociais para a sua família e terá reforçado a influência deste grupo familiar. O seu irmão mais novo, Gaspar de Babo Coelho, foi eleito como vereador em 1712²⁸³, enquanto a governança era liderada por Francisco Moreira Gonçalves — seu primo em segundo grau —, que tinha acabado de ser eleito.

Contudo, a sua ligação pessoal às pessoas da governança já era anterior à sua eleição como vereador. Além do seu avô, Feliciano Cardoso de Vasconcelos, ter sido tabelião e possivelmente juiz ordinário do concelho, Gaspar de Babo Coelho era casado com uma das várias afilhadas de Amador de Sousa Sanhudo, Ângela Teixeira, nascida em 1660²⁸⁴. O padrinho de batismo de uma das suas filhas, Clara, nascida em 1693²⁸⁵, era também afilhada de Francisco Cerqueira de Magalhães, que tinha exercido o cargo de juiz ordinário durante o ano anterior, em 1692²⁸⁶. O seu filho João, nascido em maio de 1707, foi afilhado de João Machado Coelho²⁸⁷, que se casaria apenas três meses depois com D. Leonor Teresa de Sousa, filha de Amador de Sousa Sanhudo.

Na governança de 1712, o Capitão Simão Ribeiro de Vasconcelos também esteve não só envolvido como homem da governança e capitão das ordenanças municipais, com participação ativa na vida financeira, ao ser eleito para o lançamento da sisa nesse

²⁷⁹ ANTT — Mesa da Consciência e Ordens, Habilitações para a Ordem de Cristo, Letra M, mç. 11, n.º 6, fl. 13v.

²⁸⁰ ANTT — Mesa da Consciência e Ordens, Habilitações para a Ordem de Cristo, Letra M, mç. 11, n.º 6, fl. 1v.

²⁸¹ ADP — Paróquia de Real, *Registo de Batismos 1645-09-19/1674-05-20*, fl. 47v.

²⁸² ADP — Paróquia de Real, *Registo de Batismos 1645-09-19/1674-05-20*, fl. 54

²⁸³ AMAMT — Livro de registo de posturas e acórdãos, 0854, fl. 11

²⁸⁴ ADP — Paróquia de Real, *Registo de Batismos 1645-09-19/1674-05-20*, fl. 24v.

²⁸⁵ ADP — Paróquia de Real, *Registo de Batismos 1674-05-24/1704-02-05*, fl. 39v.

²⁸⁶ AMAMT — Livro de eleições e actos da Câmara, 0832, fl. 1

²⁸⁷ ADP — Paróquia de Real, *Registo de Batismos 1704-02-17/1725-12-26*, fls. 8v-9

ano²⁸⁸. No ano seguinte, em 1713, Simão Ribeiro de Vasconcelos, Gaspar de Babo Coelho e Francisco Moreira Gonçalves continuaram a fazer parte do grupo de homens da governança da Câmara²⁸⁹, o que significa que continuaram a exercer alguma influência, nomeadamente por terem poder de voto sobre aqueles que podiam ou não ser eleitos para as vereações camarárias.

Gaspar de Babo Coelho, por sua vez, nesse mesmo ano também exerceu funções de natureza económica, tendo sido eleito para o cargo de almotacé²⁹⁰ e para ser “estaqueiro do tabaco”²⁹¹ em S. Salvador de Real, detendo o monopólio dessa mercadoria nessa freguesia. Gaspar de Babo Coelho também foi escolhido nesse ano para desempenhar o cargo de vereador²⁹².

Gaspar de Babo Coelho não aparece mais como participante ativo na vida política local na década de 1720, tendo possivelmente virado completamente as suas atenções para os negócios relacionados com os arrendamentos, nomeadamente da terça. Nos anos de 1728²⁹³, 1729²⁹⁴ e 1730²⁹⁵, é registado o pagamento feito à Câmara de uma renda de 20 alqueires de pão proveniente de Ataíde, assim como o pagamento de 50 alqueires de pão de Santo Isidoro em 1728 e 1729. Para além das suas próprias rendas, Gaspar de Babo Coelho era também fiador de outros rendeiros da terça. Em 1728, foi fiador de três rendas: em Santa Eulália de Constance de cerca 50 alqueires de pão²⁹⁶; de outra em S. Veríssimo de 40 alqueires de pão²⁹⁷; e em S. Salvador de Real de 30 alqueires de pão²⁹⁸. Em 1730, foi fiador de uma renda de 40 alqueires de pão também em Santa Eulália de Constance²⁹⁹.

²⁸⁸ AMAMT — Livro de registo de posturas e acórdãos, 0854, fl. 11v.

²⁸⁹ AMAMT — Livro de registo de posturas e acórdãos, 0854, fl. 28v.

²⁹⁰ AMAMT — Livro de registo de posturas e acórdãos, 0854, fl. 37

²⁹¹ AMAMT — Livro de registo de posturas e acórdãos, 0854, fl. 41v.

²⁹² AMAMT — Livro de registo de posturas e acórdãos, 0854, fl. 50

²⁹³ AMAMT — Livro de eleições e actos da Câmara, 0833, fl. 20v.

²⁹⁴ AMAMT — Livro de eleições e actos da Câmara, 0833, fl. 55v.

²⁹⁵ AMAMT — Livro de eleições e actos da Câmara, 0833, fl. 86v.

²⁹⁶ AMAMT — Livro de eleições e actos da Câmara, 0833, fl. 15v.

²⁹⁷ AMAMT — Livro de eleições e actos da Câmara, 0833, fl. 17v.

²⁹⁸ AMAMT — Livro de eleições e actos da Câmara, 0833, fl. 20

²⁹⁹ AMAMT — Livro de eleições e actos da Câmara, 0833, fl. 86v.

Apesar de não ter sido politicamente ativo na governança nesta década, os seus familiares ainda o eram: Francisco Moreira Gonçalves voltaria a exercer o cargo de juiz ordinário em 1726, sendo que em 1727 continuava a pertencer ao grupo de homens da governança, assim como Simão Ribeiro de Vasconcelos³⁰⁰ e Manuel Ribeiro de Vasconcelos³⁰¹. Em 1730, Fernando de Magalhães de Vasconcelos foi novamente escolhido para o cargo de caudel em S. Salvador de Real³⁰².

Duas outras famílias, os Teixeira e os Sá, relacionadas ao ramo da família de Gaspar de Babo Coelho por casamento, também acabariam por fazer parte do grupo de homens da governança.

2.2.2.3.1. Famílias Teixeira e Sá³⁰³

A ligação entre a família de Gaspar de Babo Coelho e os Teixeira estabelece-se através do casamento entre Clara de Babo, filha do primeiro, e Francisco Teixeira Duarte, cujo matrimónio aconteceu em S. Salvador de Real em 1714, tendo sido testemunhado por Simão Ribeiro de Vasconcelos e o seu irmão mais velho, outro Manuel Ribeiro de Vasconcelos³⁰⁴. O noivo era filho de Francisco do Couto e Luísa Duarte e irmão mais novo de Manuel Duarte Teixeira, que havia participado na governança como vereador no ano anterior ao casamento, em 1713³⁰⁵. É precisamente na governação desse ano que Gaspar de Babo Coelho é escolhido para ter o monopólio do tabaco em S. Salvador de Real, muito provavelmente enriquecendo à custa do mesmo, assim como vereador. Além disso, também fazia parte do grupo de homens da governança, a par de Francisco Moreira Gonçalves e Simão Ribeiro de Vasconcelos. Em

³⁰⁰ AMAMT — Livro de eleições e actos da Câmara, 0833, fl. 1v.

³⁰¹ Existe a possibilidade de se tratar de Manuel Ribeiro de Vasconcelos, administrador do Morgado do Carvalho — neto de Manuel Ribeiro de Vasconcelos e primo em segundo grau de Simão Ribeiro de Vasconcelos — ou de Manuel Ribeiro de Vasconcelos, irmão mais velho de Simão Ribeiro de Vasconcelos, nascido em 1661 (ADP — Paróquia de Real, *Registo de Batismos 1645-09-19/1674-05-20*, fl. 30v.). No entanto, atendendo ao facto do primeiro já ter estado envolvido na governança na década de 1710 — tendo sido candidato ao cargo de juiz ordinário como Francisco Moreira Gonçalves —, pressupõe-se que é o mesmo que se encontra listado no grupo de homens da governança municipal em 1727.

³⁰² AMAMT — Livro de eleições e actos da Câmara, 0833, fl. 92

³⁰³ Ver Árvore Genealógica dos Babo-Teixeira-Sá nos Anexos.

³⁰⁴ Paróquia de Real — *Registo de Casamentos 1673-07-10/1714-05-10*, fl. 90v.

³⁰⁵ AMAMT — Livro de registo de posturas e acórdãos, 0854, fl. 26

1714, Manuel Duarte Teixeira continuava a ser um dos homens da governança, a par de Simão Ribeiro de Vasconcelos³⁰⁶.

No entanto, previamente à união matrimonial entre a família de Gaspar de Babo Coelho e os Teixeira, alguns registos indicam a existência de laços de amizade entre esta família e os Ribeiro de Vasconcelos-Moreira-Babo, assim como a outros homens da governança.

Recuando até 1660³⁰⁷, o padrinho de batismo de Luísa Duarte, filha de Gonçalo Duarte e Luísa Teixeira, foi Amador de Sousa Sanhudo, futuro ouvidor e juiz ordinário. Em 1665, Gonçalo Duarte, avô materno de Francisco Teixeira Duarte e Manuel Duarte Teixeira, foi testemunha do casamento de Gaspar de Babo e Joana Cardoso de Vasconcelos, pais de Gaspar de Babo Coelho. Dez anos depois, em 1675, Gaspar do Couto e Francisco do Couto — avô paterno e pai de Francisco Teixeira Duarte e Manuel Duarte Teixeira — foram testemunhas do casamento de Sebastiana Ribeiro de Vasconcelos, irmã de Maria Ribeiro de Vasconcelos (mãe de Simão Ribeiro de Vasconcelos), com João Pinheiro da Costa, natural da vila de Amarante, sendo que o matrimónio ocorreu em S. Salvador de Real³⁰⁸.

As escolhas para padrinhos de batismo de Manuel e Francisco também recaíram sobre homens da governança e seus familiares. Para Manuel Duarte Teixeira, nascido em 1688³⁰⁹, foram escolhidos para padrinho e madrinha Simão Ribeiro de Vasconcelos e a sua irmã mais velha Teresa Ribeiro; para Francisco Teixeira Duarte, nascido em 1692³¹⁰, foi escolhido Francisco Cerqueira de Magalhães, que tinha acabado de entrar em funções como juiz ordinário do concelho.

Apesar de Gaspar de Babo Coelho já ter saído da cena política durante a década de 1720, Francisco Teixeira Duarte esteve envolvido nas vereações como escrivão da Câmara pelo menos entre 1727 e 1730³¹¹ — e também nos negócios, tendo sido fiador

³⁰⁶ AMAMT — Livro de registo de posturas e acórdãos, 0854, fl. 61

³⁰⁷ Paróquia de Real — *Registo de Batismos 1645-09-19/1674-05-20*, fl. 29v.

³⁰⁸ ADP — Paróquia de Real, *Registo de Casamentos 1673-07-10/1714-05-10*, fl. 62v.

³⁰⁹ ADP — Paróquia de Real, *Registo de Batismos 1674-05-24/1704-02-05*, fl. 29v.

³¹⁰ ADP — Paróquia de Real, *Registo de Batismos 1674-05-24/1704-02-05*, fl. 36v.

³¹¹ AMAMT — Livro de eleições e actos da Câmara, 0833.

da renda de 80 alqueires de pão de terça de João Marinho em S. Salvador de Real em 1729³¹² —, assim como o seu cunhado Alexandre de Sá Pereira, membro da família Sá e que esteve incluído no grupo de homens da governança em 1727³¹³.

A família Sá estava relacionada com os Abades de Real, sendo que Alexandre de Sá Pereira e Apolónia Barreiros de Sá eram filhos da relação entre João de Sá Pereira do Lago, Abade de S. Salvador de Real, e Maria de Matos. Esta família estava duplamente ligada aos Teixeira por casamento, sendo que Alexandre de Sá Pereira era casado com Maria Teixeira do Couto, irmã de Francisco Teixeira Duarte e Manuel Duarte Teixeira, por sua vez, era casado com Apolónia Barreiros de Sá, irmã de Alexandre. Os dois casamentos ocorreram em S. Salvador de Real durante o ano de 1703, nos meses de fevereiro e julho respetivamente³¹⁴. O Abade de Real seguinte, Tomás Pereira do Lago, também terá sido familiar de Alexandre de Sá Pereira, sendo que Maria Teresa, filha deste último, é identificada como sobrinha do Abade num registo de batismo³¹⁵.

Em 1764, Hipólito Pereira do Lago, filho de Alexandre de Sá Pereira e Maria Teixeira do Couto³¹⁶, assinou o registo de nomeação de Amador de Sousa Sanhudo e Meneses como ouvidor do concelho³¹⁷, sinal provável do seu envolvimento, mesmo que breve, na governança. O seu primo direito, José Teixeira Duarte, filho de Francisco Teixeira Duarte e de Clara de Babo³¹⁸, seguiu os passos do pai, tendo sido igualmente escrivão da Câmara entre 1762 e 1764³¹⁹, assim como entre 1776 e 1780³²⁰. Um dos seus irmãos mais velhos, Alexandre Teixeira Duarte³²¹, também terá tido uma breve participação como homem da governança, tendo estado presente na eleição da

³¹² AMAMT — Livro de eleições e actos da Câmara, 0833, fl. 56. No ano anterior, em 1728, Gaspar de Babo Coelho (sogro de Francisco Teixeira Duarte) também tinha sido fiador do mesmo João Marinho (AMAMT — Livro de eleições e actos da Câmara, 0833, fl. 20).

³¹³ AMAMT — Livro de eleições e actos da Câmara, 0833, fl. 1v.

³¹⁴ ADP — Paróquia de Real, *Registo de Casamentos 1673-07-10/1714-05-10*, fl. 81 — os dois casamentos estão registados no mesmo fólio.

³¹⁵ ADP — Paróquia de Real, *Registo de Batismos 1726-04-07/1749-12-01*, fl. 91

³¹⁶ ADP — Paróquia de Real, *Registo de Batismos 1704-02-17/1725-12-26*, fl. 18v.

³¹⁷ AMAMT — Livro de eleições e actos da Câmara, 0834, fl. 46v.

³¹⁸ ADP — Paróquia de Real, *Registo de Batismos 1726-04-07/1749-12-01*, fl. 47v.

³¹⁹ AMAMT — Livro de eleições e actos da Câmara, 0834.

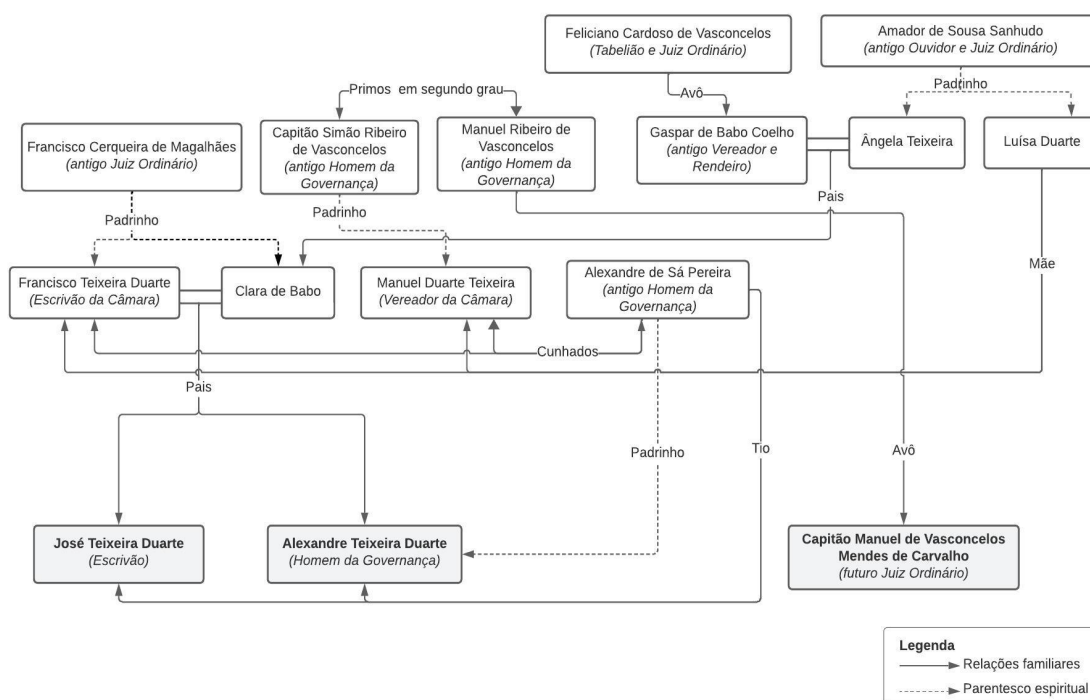
³²⁰ AMAMT — Livro de eleições e actos da Câmara, 0835.

³²¹ ADP — Paróquia de Real, *Registo de Batismos 1726-04-07/1749-12-01*, fl. 20v.

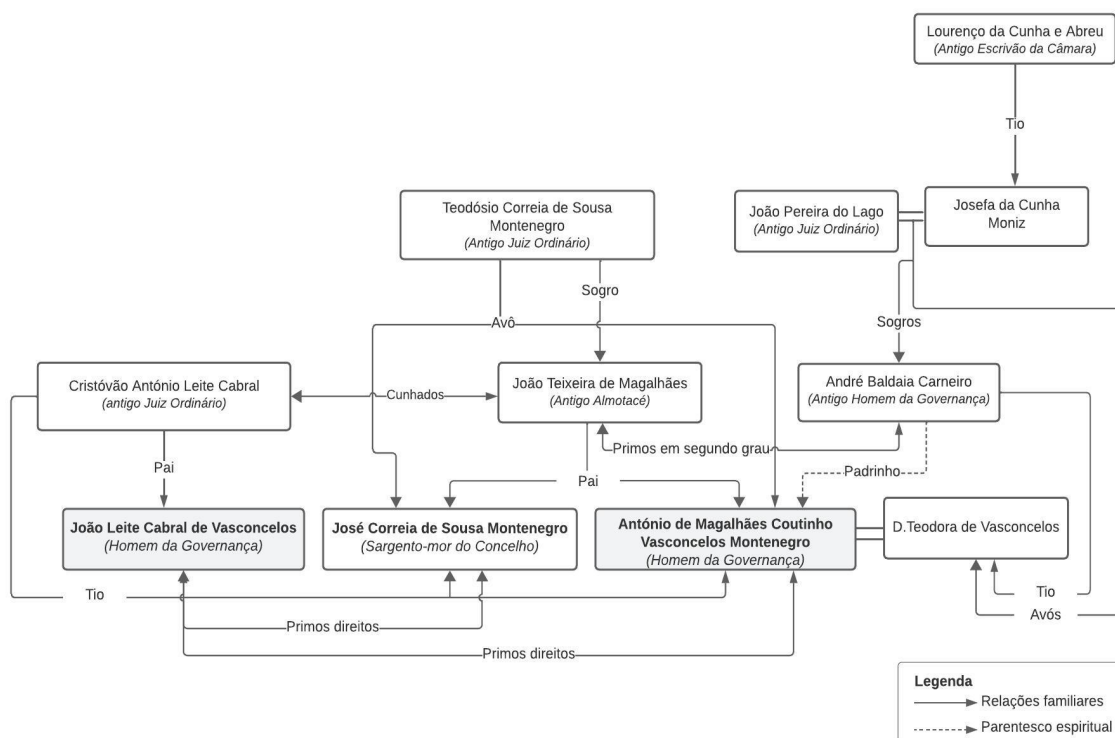
vereação camarária em 1778³²², a par de João Leite Cabral de Vasconcelos, António Correia de Sousa Montenegro, o Capitão Manuel de Vasconcelos Mendes de Carvalho e o Capitão-mor António de Vasconcelos Castro e Sousa.

³²² AMAMT — Livro de eleições e actos da Câmara, 0835, fls. 29v-30

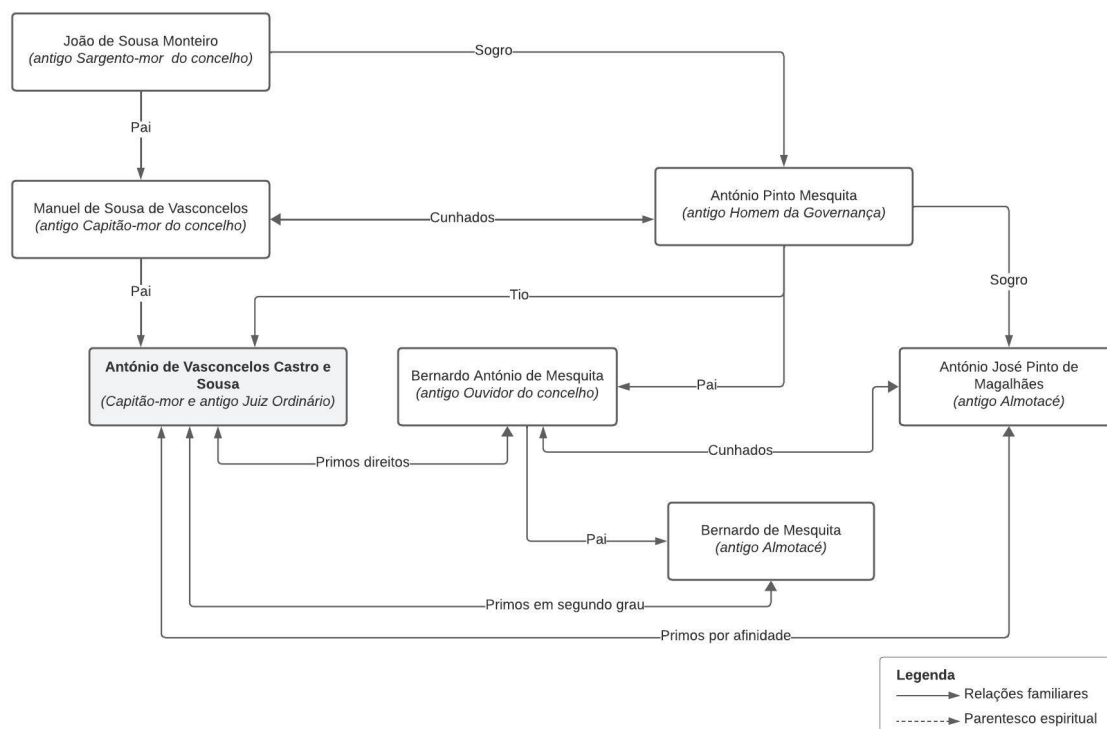
Árvore 1 - Relações familiares e de parentesco espiritual de José Duarte Teixeira, Alexandre Duarte Teixeira e Manuel de Vasconcelos Mendes de Carvalho, presentes na eleição para a vereação camarária em 1778



Árvore 2 - Relações familiares e de parentesco espiritual de João Leite Cabral de Vasconcelos e António de Magalhães Coutinho Vasconcelos Montenegro, presentes na eleição para a vereação camarária em 1778



Árvore 3 — Relações familiares e de parentesco espiritual de António de Vasconcelos Castro e Sousa, presente na eleição para a vereação camarária em 1778



Se a existência de vínculos familiares diretos — pais e avós que participaram na governança — se verifica nos seis indivíduos, não é de menosprezar o número de primos ou as relações de tios e sobrinhos, decorrente da participação dos vários ramos familiares na governança, várias vezes de forma simultânea. Os seis indivíduos contabilizam cerca de 40 relações familiares e 6 relações de parentesco espiritual (a maioria estabelecidas através dos pais, que foram afilhados de antigos juízes ordinários). Ao estabelecer laços de parentesco através do matrimónio e prosseguir com uma “arrumação interfamiliar tendencialmente endogâmica” (Magalhães, 2011: 25), os representantes das famílias da governança vão diminuindo progressivamente no seu número ao longo das gerações.

Contudo, apesar da maioria destes indivíduos não exercer nenhum cargo de governo efetivo, as posições que estes indivíduos ocupam como homens da governança não é menos importante. Como homens da governança, o seu voto era fundamental

para eleger as pessoas e os cargos que exerceriam na Câmara — o que também constituía como uma maneira de exercer poder, embora de forma mais indireta.

Deste modo, estes seis indivíduos eram os produtos de várias relações familiares e de parentesco espiritual que se podiam recuar até 1692 — cerca de 86 anos antes da eleição em 1778.

2.2.3. O perfil social das vereações e as suas redes de sociabilidade

A partir da análise dos dados, foi possível identificar certas tendências no perfil social associado aos vários cargos da governança. No caso das ordenanças municipais, existe uma certa distinção sociológica entre os cargos. Os cargos superiores de capitão-mor e sargento-mor foram exercidos por indivíduos oriundos da fidalguia local no período em estudo, sendo alguns descendentes de Fidalgos da Casa Real ou detentores do hábito da Ordem de Cristo.

Os três capitães-mores identificados entre 1692 e 1780 — Manuel de Sousa da Silva, Manuel de Sousa de Vasconcelos e António de Vasconcelos Castro e Sousa —, assim como os três sargentos-mores, João de Sousa Monteiro, João de Magalhães Machado e José Correia de Sousa Montenegro, eram provenientes deste grupo.

Estes indivíduos estavam associados a quintas. Manuel de Sousa da Silva era detentor do Morgadio de Leirós, em S. Martinho de Recezinhos, que havia sido instituído pela sua bisavó paterna, D. Margarida da Silva. Por essa via familiar, Manuel de Sousa da Silva era descendente direto de Martim Gonçalves Alcoforado — a quem foi doado o concelho de Santa Cruz de Ribatâmega em 1384 por D. João I, a par da Quinta de Leirós, dada pelo mesmo monarca (Sousa da Silva, 2000: 254-260).

O sargento-mor João de Sousa Monteiro e o seu filho e neto, os capitães-mores Manuel de Sousa de Vasconcelos e António de Vasconcelos Castro e Sousa, foram proprietários da Quinta do Ribeiro em Santa Cristina de Toutosa. João de Magalhães Machado, por sua vez, era proprietário da Quinta da Granja em São Veríssimo.

O cargo de capitão das ordenanças, por sua vez, pode ter sido uma alternativa ou uma oportunidade encontrada para os seus detentores, nomeadamente pelos seus privilégios: conferia um título ao seu detentor, válido por toda a sua vida — sendo este

localmente equiparado a um estatuto de nobreza —, assim como influência política e social na sua comunidade (Santos, 1993: 355).

João Aranha de Magalhães, pai de André Baldaia Carneiro, era o filho secundogénito dos senhores da Quinta do Soutelo em Santa Eulália de Constance, sendo que, nas suas circunstâncias, o cargo de capitão pode ter sido uma alternativa encontrada para conservar o seu estatuto de nobreza e alcançar o seu próprio prestígio social a nível local — nomeadamente na sua situação visto que, à falta de uma situação extraordinária, a administração da casa e do património familiar estava integralmente reservada para o filho primogénito.

O mesmo poderá ter sido o caso do Capitão Simão Ribeiro de Vasconcelos que, embora sendo familiar e relativamente próximo aos Vasconcelos do Morgado do Carvalho em Real, apenas numa conjuntura extraordinária o seu ramo familiar poderia ter a hipótese de herdar esse património familiar — e mesmo se tal situação tivesse ocorrido, seria o seu irmão mais velho, Manuel Ribeiro de Vasconcelos, a assumir a administração da casa por ter sido o filho primogénito. Porém, as relações sociais que estabeleceu —relações de parentesco espiritual, principalmente —, indicam que este melhor se enquadraria no grupo dos homens da governança, primeiramente por parentesco próximo, tendo sido filho e primo de vereadores, assim como de um juiz ordinário.

Um outro capitão das ordenanças, Simão Moreira de Matos, não sendo certo que fosse descendente de uma família fidalga, mas terá tido algum poder económico (possivelmente como proprietário agrícola), visto que foi sepultado na Capela de Vila Meã, da qual era administrador³²³.

A variação do perfil social observou-se noutros cargos da governança, como o de juiz ordinário que, entre 1692 e 1780, foi exercido por membros da fidalguia local, como Amador de Sousa Sanhudo e Meneses e António de Vasconcelos Castro e Sousa, como pela classe dos homens da governança, de que é exemplo Francisco Moreira Gonçalves — que desempenhou este cargo pelo menos duas vezes. O cargo também foi exercido

³²³ ADP — Paróquia de Real, *Registo de Óbitos 1715-10-23/1767-07-11*, fl. 26

por alguns licenciados, contudo estes também eram pertencentes a famílias da fidalguia, como Lucas Teixeira Carvalho (primo direito da meia-irmã de Manuel de Sousa de Vasconcelos), ou associados a proprietários da terra.

O mesmo acontecia com o cargo de almotacé que, assim como podia ser uma porta de entrada para a elite política municipal, como se verificou noutros casos de estudo, como Manuel de Araújo Ribeiro, como podia ser exercido pela fidalguia, como foi o caso de Bernardo de Mesquita e António José Pinto de Magalhães.

No entanto, os cargos da governação efetiva do concelho, vereador e procurador, parecem ter sido exercidos de forma quase exclusiva pelos homens da governança — classe socialmente heterogénea por natureza, podendo ser integrada por proprietários, lavradores ou negociantes.

Por norma, considera-se que o cargo de procurador é exercido por pessoas consideradas de menor estatuto social face aos vereadores, por exemplo. No entanto, no caso de Santa Cruz de Ribatâmega, o cargo pode ter estado associado a percursos de ascensão social e a pessoas com grande poder económico. Para o período em análise, existem três indivíduos que exerceram esse cargo e para os quais foi possível encontrar mais informações: António Ribeiro de Vasconcelos, que desempenhou o cargo em 1712³²⁴, Simão Carvalho, procurador em 1713³²⁵, e Manuel de Sousa de Faria, que foi eleito para procurador em 1727³²⁶. Partindo de registos posteriores às suas eleições, foi possível perceber que eram homens com poder financeiro.

Dois anos após ter servido na Câmara como procurador, António Ribeiro de Vasconcelos ascendeu a vereador em 1714³²⁷, sendo que seria escolhido para “apareser com cada hua sua egoa de libra emfantil e capas da criaçao dos cabalos”³²⁸ a pedido de D. João V, em 1729. Para cumprir essa ordem, foram escolhidos seis homens pela Câmara, considerados como os mais ricos e abonados do concelho, incluindo António

³²⁴ AMAMT — Livro de registo de posturas e acórdãos, 0854, fl. 6

³²⁵ AMAMT — Livro de registo de posturas e acórdãos, 0854, fl.

³²⁶ AMAMT — Livro de eleições e actos da Câmara, 0833, fl. 5

³²⁷ AMAMT — Livro de registo de posturas e acórdãos, 0854, fl. 60v.

³²⁸ AMAMT — Livro de eleições e actos da Câmara, 0833, fl. 67

Ribeiro de Vasconcelos e Silvestre de Sousa, que tinha exercido o cargo de vereador em 1726³²⁹ e integrou o grupo dos homens da governança em 1727³³⁰.

Simão Carvalho, por sua vez, a avaliar por certos negócios em que esteve envolvido, seria alguém com posses financeiras, suficientes para poder arriscar no negócio de rendas. A 15 de dezembro de 1712 ele e o seu pai, Manuel Carvalho, fizeram um arrendamento do imposto da sisa, de valor de 150 mil réis, para o ano de 1713³³¹. Poucos dias depois, a 7 de janeiro, tomou posse como procurador³³², tendo continuado a fazer parte dos homens da governança em 1714³³³. Provavelmente continuou a dedicar-se à cobrança de rendas, sendo que em 1729 este fez um novo arrendamento da sisa, mas cujo valor era significativamente mais baixo que em 1712, de cerca 44 500 réis³³⁴.

Em relação a Manuel de Sousa de Faria, existe um registo que este foi fiador de um rendeiro, Domingos Jorge, em 1728, cuja renda tinha o valor de 15 alqueires de pão em Vilar do Torno³³⁵. Após ter sido eleito para o lançamento da sisa no ano de 1729³³⁶, consegue ascender ao cargo de vereador em 1730³³⁷, três anos depois de ter sido procurador da Câmara.

Desta forma, o cargo de procurador pode ter sido exercido por pessoas de condição social que não os colocava entre a gente notável da terra, como por pessoas com posses financeiras, como foi o caso de Simão Carvalho. Em alguns casos serviu para influenciar percursos de mobilidade social. Observando Manuel de Sousa de Faria, próximo do grupo dos proprietários/lavradores, pode-se deduzir que terá enriquecido entre 1727 e 1730, sendo que a sua ascensão política pode ter sido também produto do crescimento do seu poder económico. António Ribeiro de Vasconcelos, por sua vez, poderia ter uma riqueza razoável quando serviu como procurador e vereador durante a

³²⁹ AMAMT — Livro de eleições e actos da Câmara, 0833, fl. 1v.

³³⁰ AMAMT — Livro de eleições e actos da Câmara, 0833, fl. 5v.

³³¹ AMAMT — Livro de registo de posturas e acórdãos, 0854, fls. 23-23v.

³³² AMAMT — Livro de registo de posturas e acórdãos, 0854, fl. 26

³³³ AMAMT — Livro de registo de posturas e acórdãos, 0854, fl. 61

³³⁴ AMAMT — Livro de eleições e actos da Câmara, 0833, fl. 62v.

³³⁵ AMAMT — Livro de eleições e actos da Câmara, 0833, fl. 17

³³⁶ AMAMT — Livro de eleições e actos da Câmara, 0833, fl. 43v.

³³⁷ AMAMT — Livro de eleições e actos da Câmara, 0833, fl. 80v.

década de 1710, tendo visto a sua fortuna crescer consideravelmente até 1729 — a ponto de ser considerado como um dos homens mais abonados no concelho.

Comparando com a composição social das vereações da vila de Amarante, liderada por um juiz de fora, dominadas pela nobreza, existindo certos conflitos com o grupo dos notáveis, não pertencentes à nobreza (Capela: 2000: 48-49; Borralheiro, 2000: 62-63; Matos, 2000: 71), em Santa Cruz de Ribatâmega observa-se a coexistência destes dois grupos nas vereações. De facto, através das listas de homens da governança realizadas pelo escrivão da Câmara em 1712, 1713, 1714 e 1715, dão conta da integração e simultaneidade destes dois grupos sociais no governo concelhio.

No entanto, o predomínio da nobreza nas vereações da vila de Amarante devia-se, sobretudo, à incorporação de famílias nobres dos concelhos de Santa Cruz de Ribatâmega, Gouveia, Gestaço e Celorico de Basto (Matos, 2000: 77).

No caso do concelho Santa Cruz de Ribatâmega denota-se que a participação de famílias nobres residentes no concelho nas vereações amarantinas devia-se, primariamente, à maior proximidade geográfica das suas residências à sede da vila de Amarante. Partindo da listagem de homens pertencentes às elites governativas amarantinas entre 1750 e 1832 publicada num estudo de Henrique Matos (2000: 79-93) sobre este tema, e cruzando com as informações relativas às famílias da nobreza (nomeadamente as que possuíam capelas privadas) em Santa Cruz de Ribatâmega nas *Memórias Paroquiais* de 1758 e na obra de Francisco Xavier da Serra Craesbeeck (Vol. II), foi possível identificar seis indivíduos residentes no concelho e participantes na política amarantina: Francisco Xavier Ferreira de Sousa Macedo Gavião, residente em S. Veríssimo de Amarante; João de Magalhães Machado e Amador de Sousa Sanhudo e Meneses, também moradores na freguesia de S. Veríssimo; Gaspar José Pinto Coelho Ferraz, morador na freguesia de S. Salvador de Freixo de Baixo; Teotónio Manuel de Sousa e Azevedo, também residente em Freixo de Baixo; e José Teixeira de Queiroz Pimentel Botelho, morador em S. Veríssimo.

Em termos de geográficos, as freguesias de S. Veríssimo e Freixo de Baixo são bastante mais próximas da sede de concelho da vila de Amarante do que de Santa Cruz de Ribatâmega, podendo também ser uma das razões que os levaram a optar por aí ter

uma carreira política. Desse modo é presumível que, para além de residirem nas imediações da vila, a preferência por investir numa carreira política em Amarante terá passado igualmente pela importância política, económica e social que esta possuiria e considerassem que os benefícios — como o aumento de prestígio a nível social e/ou visibilidade — da sua participação não seriam encontrados no concelho de Santa Cruz de Ribatâmega (Capela, 2000: 49).

No entanto, as vereações concelhias espelham as características socioeconómicas dos seus concelhos: a vila de Amarante adquiriu bastante relevância em termos sociais devido à grande quantidade de nobreza residente na vila³³⁸.

Santa Cruz de Ribatâmega era um concelho onde a atividade agrícola predominava, sendo que a posse da terra era um fator determinante para a estruturação da própria hierarquia social concelhia, algo que ocorria noutros concelhos do interior, como Eiras (Ribeiro, 2005: 160) ou Mértola (Santos, 1993: 356).

A coexistência da fidalguia com os homens da governança no poder político em Santa Cruz de Ribatâmega também teve o seu impacto a nível social. A partir destes dois tipos de elite existentes dentro do grupo dos dirigentes — no sentido em que este inclui todos os que participam no poder local, independentemente da sua posição social —, consegue-se observar a formação de dois círculos sociais diferentes, constituídos por pessoas associadas a cada um desses estatutos sociais.

A fidalguia procurava ter o comportamento que seria considerado como adequado para o seu estatuto, na tentativa de imitar a primeira nobreza nas suas formas de reprodução social (Monteiro, 2012: 75) e, com esse intuito, várias famílias recorreram ao matrimónio com outras famílias fidalgas, residentes dentro e fora dos limites do concelho.

O casamento entre António Sanhudo — proveniente de uma família também da fidalguia, ligada à Casa Real através da sua bisavó paterna, Sebastiana de Araújo Sanhudo —, filho mais velho de Amador de Sousa Sanhudo, com Maria de Magalhães,

³³⁸ O Padre António Carvalho da Costa faz referência a esta relevância social da vila de Amarante na sua *Corografia Portuguesa* (Tomo I, 1706: 144): “Compoem-se esta Villa de huma só rua muy comprida até a ponte com suas traveças, & tem muitas casas nobres, com que manifestão a fidalguia dos seus povoadores.”

membro da família Magalhães Machado da Quinta da Granja em S. Veríssimo, permitiu que o seu filho mais velho, Amador de Sousa Sanhudo e Meneses, tivesse oportunidade de herdar esse património e estabelecer relações pessoais com outras famílias pertencentes à elite política da vila de Amarante, certamente por influência do seu tio, João de Magalhães Machado — também envolvido na política amarantina.

Por outro lado, a linha familiar principal dos Vasconcelos construiu laços matrimoniais com famílias de fora de Santa Cruz de Ribatâmega: Manuel de Sousa de Vasconcelos era casado com D. Maria de Vasconcelos de Lima e Castro, cuja família era proprietária da Quinta de Gundeiro (ou Gandeiro) no concelho de Gouveia — onde o seu pai seria proprietário de ofício de tabelião do público no concelho —, mas que também tinha residência na vila de Amarante; o filho do casal, António de Vasconcelos Castro e Sousa, foi casado com D. Maria Violante Correia de Sousa, cuja família paterna era natural da cidade do Porto e a família materna tinha raízes no concelho de Unhão (Gayo, Vol. X, 1990: 93).

Ao contrário dos matrimónios realizados por Manuel de Sousa de Vasconcelos e a sua linha familiar, o casamento da sua meia-irmã, D. Ângela Pinheiro de Seixas, ocorreu dentro do concelho, tendo-se casado com António Pinto de Mesquita, Cavaleiro da Ordem de Cristo e que viria a ser proprietário da Quinta de Vila Verde em Caíde de Rei — que, através deste matrimónio, vinculou a Quinta do Paço em Carvalhosa à família do marido (Craesbeeck, Vol. II, 1992: 162). Os seus filhos, Bernardo António de Mesquita e D. Maria de Gonçalo de Mesquita, também se casariam dentro do concelho, realizando um duplo matrimónio com os irmãos António José e D. Ana Maria Pinto de Magalhães da Casa da Quintã, em Constance, também descendentes da família Magalhães em Amarante. Como Mafalda Soares da Cunha afirma, os casamentos dentro da fidalguia não só demonstravam as alianças familiares, mas também as trocas de noivos e bens que as famílias faziam. Dessa forma, ambas as famílias obedeciam a uma lógica de troca equilibrada de patrimónios (Cunha, 2008: 742) — sendo que o que uma noiva levava em dote para outra família, tinha um retorno no dote da outra noiva.

D. Caetana Correia de Sousa Montenegro, filha de Teodósio Correia de Sousa Montenegro, antigo juiz ordinário, e neta de um Fidalgo da Casa Real, casou igualmente

dentro da fidalguia do concelho que tinha sido governado pelo seu pai. O noivo escolhido foi João de Teixeira de Magalhães Coutinho e Vasconcelos, proprietário da Quinta do Soutelo, também em Constance.

Contudo, nem sempre a fidalguia se casava dentro do seu grupo social, tendo havido alguma união com os homens da governança. A família do noivo de D. Caetana, os proprietários da Quinta do Soutelo, eram exemplo dessa amálgama: a sua cunhada, D. Antónia Rafaela de Magalhães e Vasconcelos, acabou por se casar com Cristóvão António Leite Cabral, identificado como juiz ordinário de Santa Cruz de Ribatâmega em 1730 — poucos anos após a governação do próprio pai de D. Caetana; o primo direito do seu falecido sogro, André Baldaia Carneiro, era casado com D. Bernardina Josefa Pereira da Cunha, uma das duas filhas de João Pereira do Lago, predecessor do seu pai como juiz ordinário, e sobrinha-neta de Lourenço da Cunha de Abreu, escrivão da Câmara. Os pais da sua nora, D. Teodora de Vasconcelos, casada com António de Magalhães Coutinho Vasconcelos Montenegro, seriam D. Maria Joana Pereira da Cunha, segunda filha de João Pereira do Lago, e o Doutor José Caetano de Vasconcelos, primo direito de Manuel de Sousa de Vasconcelos — um matrimónio que também foi uma união entre fidalguia e homens da governança.

Nem sempre a linhagem familiar é um dos critérios principais nos casamentos entre estes dois grupos sociais. O prestígio social, possivelmente adquirido através do desempenho de cargos camarários, e provavelmente pela fortuna da família da noiva ou do noivo seriam certamente razões que teriam em conta — exemplo disso é a posse de propriedades pelo próprio ou pela família, como Cristóvão António Leite Cabral, marido de D. Antónia Rafaela, que já seria proprietário da Quinta de Eirós em Castelões à época do casamento. No caso de D. Teodora, o seu pai era proprietário da Quinta de Relas em S. Veríssimo de Amarante.

No entanto, os casamentos também se podiam realizar por conta da amizade existente entre as famílias, podendo ter sido essa a situação para D. Leonor Teresa de Sousa, filha de Amador de Sousa Sanhudo, e João Machado Coelho, tabelião do concelho. O casamento realizou-se em 1707, ainda em vida do pai da noiva, sendo que Amador de Sousa Sanhudo certamente conheceria bem João Machado Coelho e a sua

primeira esposa, Ângela da Fonseca, falecida em 1703³³⁹ — com a qual apadrinhou uma menina em S. Salvador de Real em 1694³⁴⁰ —, também residentes no lugar do Marmoiral em Ataíde.

Contudo, os casamentos realizados apenas dentro do círculo social dos homens da governança também se realizavam, embora talvez de forma menos frequente que a fidalguia.

Um exemplo primordial é certamente Gaspar de Babo Coelho, vereador durante a década de 1710. Além de ser familiar de Francisco Moreira Gonçalves, antigo juiz ordinário, e do Capitão Simão Ribeiro de Vasconcelos, Gaspar de Babo Coelho contraiu matrimónio com Ângela Teixeira, uma das várias afilhadas de Amador de Sousa Sanhudo e, através do matrimónio da sua filha Clara com Francisco Teixeira Duarte, ligou-se por casamento à família Teixeira — da qual provinha Manuel Duarte Teixeira, irmão mais velho de Francisco e que também tinha desempenhado o cargo de vereador na mesma década. A família Teixeira, por sua vez, estava também duplamente conectada com Alexandre de Sá Pereira, homem da governança durante a década de 1720, e a família Sá, filhos naturais de João de Sá Pereira do Lago, Abade de Real.

Em termos de parentesco espiritual, a família Teixeira também estava bem posicionada: Francisco Teixeira Duarte, tal como a sua filha Clara, era afilhado de Francisco Cerqueira de Magalhães, antigo juiz ordinário; Manuel Duarte Teixeira, novo cunhado da sua filha, era afilhado do Capitão Simão Ribeiro de Vasconcelos, seu primo afastado; e a mãe dos dois irmãos, Luísa Duarte, era também afilhada de Amador de Sousa Sanhudo, sendo apenas pouco mais nova que Ângela Teixeira, sua esposa. Através deste casamento, Gaspar de Babo Coelho criou a sua “família política” (Imízcoz, 1996: 31), criada através da aliança entre o ramo Babo e a família Teixeira.

Por outro lado, a sua filha Teresa foi casada com Caetano Moreira³⁴¹, natural da freguesia de S. Romão de Carvalhosa, mas estabelecido em S. Salvador de Real como estalajadeiro.

³³⁹ ADP — Paróquia de Ataíde, *Registo de Casamentos 1584-12-18/1727-03-07*, fl. 207v.

³⁴⁰ ADP — Paróquia de Real, *Registo de Batismos 1674-05-24/1704-02-05*, fl. 40v.

³⁴¹ ADP — Paróquia de Real, *Registo de Casamentos 1715-01-28/1771-11-11*, fl. 10v.

Contudo, o matrimónio não parece ter sido a única forma de coesão dentro deste círculo social, nomeadamente face à grande quantidade de laços de parentesco espiritual estabelecidos. Os apadrinhamentos demonstram vínculos entre as pessoas (nomeadamente entre os pais e os padrinhos do batizado), especialmente de amizade e relações de conveniência.

Nas décadas de 1710 e 1720, apenas na freguesia de S. Salvador de Real, registaram-se 23 batismos de filhos de homens da governança, sendo que em todos eles estiveram presentes membros da família Ribeiro de Vasconcelos, Moreira e Babo, seja como padrinhos/madrinhas e testemunhas e, em menor número, os Teixeira e os Sá³⁴².

Entre os vários apadrinhamentos, foi possível apreender algumas relações de conveniência com quatro indivíduos: Diogo de Sampaio³⁴³, João Coelho de Magalhães³⁴⁴, Manuel de Araújo Ribeiro³⁴⁵ e Belchior Teixeira³⁴⁶.

Diogo de Sampaio, residente em S. Salvador de Real, foi tabelião do concelho, tendo assinado o registo do arrendamento da sisa feito por Manuel Carvalho e Simão Carvalho, e homem da governança em 1714. A sua proximidade com a família Ribeiro de Vasconcelos recua até pelo menos 1698³⁴⁷, quando a sua filha Bernardina foi afilhada de Francisco Ribeiro de Vasconcelos e Mariana Ribeiro de Vasconcelos, irmãos de Simão Ribeiro de Vasconcelos — este último também seria padrinho da sua filha Sebastiana em 1702³⁴⁸.

João Coelho de Magalhães foi dono de uma estalagem em S. Salvador de Real³⁴⁹, assim como rendeiro, pelo menos, durante a década de 1710 — existem alguns registos de pagamentos de rendas suas, cujos valores eram de 40 alqueires de pão³⁵⁰.

³⁴² Veja-se o quadro completo dos apadrinhamentos em Anexos.

³⁴³ Tabelião e Homem da Governança em 1714 (AMAMT — Livro de registo de posturas e acórdãos, 0854, fls. 23-23v. e 61)

³⁴⁴ Fiador de Manuel Coelho em 1728 e 1729 e de Manuel Francisco Sibrão em 1728 (AMAMT — Livro de eleições e actos da Câmara, 0833, fls. 13v., 23 e 53v.)

³⁴⁵ Almotacé em 1729 e Candidato a Procurador em 1730 (AMAMT — Livro de eleições e actos da Câmara, 0833, fls. 70 e 83)

³⁴⁶ Foi escolhido como tesoureiro das receitas do tabaco em 1713 (AMAMT — Livro de registo de posturas e acórdãos, 0854, fl. 43v.)

³⁴⁷ ADP — Paróquia de Real, *Registo de Batismos 1674-05-24/1704-02-05*, fl. 50

³⁴⁸ ADP — Paróquia de Real, *Registo de Batismos 1674-05-24/1704-02-05*, fl. 58

³⁴⁹ AMAMT — Livro de eleições e actos da Câmara, 0833, fl. 2

³⁵⁰ AMAMT — Livro de registo de posturas e acórdãos, 0854, fl. 30

Provavelmente também seria detentor de uma riqueza considerável, sendo que foi fiador de uma renda em S. Salvador de Real de cerca de 100 alqueires de pão em 1730³⁵¹. Apesar de nunca ter desempenhado um cargo específico na Câmara, em 1728 foi escolhido como fiador de Manuel Coelho, meirinho e carcereiro — substituiu Pedro Ribeiro, que tinha sido demitido do cargo pela Câmara por não ter recolhido alguns reclusos que deveriam estar aprisionados — e de Manuel Francisco Sibrão, mercador, que pediu autorização à Câmara para poder vender azeite e bacalhau à população do concelho.

Apresentando-se como fiador, João Coelho de Magalhães garantia que tanto o meirinho eleito como o mercador fariam os seus trabalhos corretamente, sendo que a confiança na sua palavra poderia derivar da relação próxima com Francisco Teixeira Duarte, escrivão da Câmara entre 1727 e 1730, e o sogro deste último, Gaspar de Babo Coelho, pelo menos desde 1718, como os apadrinhamentos demonstram.

Manuel de Araújo Ribeiro, por sua vez, era natural de Vila Boa de Quires e casado com uma mulher nascida de S. Salvador de Real, Tomásia Maria de Babo. O matrimónio ocorreu em 1722 em Real, sendo que o casamento foi testemunhado por Francisco Teixeira Duarte e Belchior Teixeira³⁵². Durante o período em que Francisco Teixeira Duarte esteve na Câmara como escrivão, desempenhou os cargos de almotacé em 1729 e ainda se candidatou a procurador em 1730, embora sem sucesso — tendo em conta a natureza económica destas funções que desempenhou ou aspirou, poderá ter sido um negociante ou mercador.

Provavelmente conheceria bem a família Sanhudo, visto que António Sanhudo e a sua família tomaram residência em Vila Boa de Quires no início da década de 1710, sendo que Clara, filha de Manuel de Araújo Ribeiro, foi madrinha de batismo de Luís — filho natural de Amador de Sousa Sanhudo e Meneses — nascido em 1746 nessa freguesia.

Belchior Teixeira, por sua vez, era mercador, também residente na freguesia de S. Salvador de Real, sendo que durante a década de 1710 foi escolhido pela Câmara para

³⁵¹ AMAMT — Livro de eleições e actos da Câmara, 0833, fl. 89

³⁵² ADP — Paróquia de Real, *Registo de Casamentos 1715-01-28/1771-11-11*, fls. 25-25v.

ser tesoureiro das receitas do tabaco. Provavelmente teria uma fortuna considerável para conseguir pagar uma formação académica a um dos seus filhos, Manuel Henriques Teixeira, formado em Cânones pela Universidade de Coimbra em 1730³⁵³. Além de ser casado com Brites de Matos, filha de Brás do Couto e Mariana de Matos e afilhada de Amador de Sousa Sanhudo e de D. Brites Luísa de Sousa³⁵⁴, e uma das suas filhas, Leonor, ser afilhada de João Machado Coelho e D. Leonor Teresa de Sousa³⁵⁵, as suas conexões pessoais também passariam pelas relações de proximidade com a família Ribeiro de Vasconcelos, sendo que uma das suas filhas, Mariana, nascida em 1702, foi afilhada de Simão Ribeiro de Vasconcelos³⁵⁶.

Fora da freguesia de S. Salvador de Real, um bom exemplo é o de Domingos Jorge, rendeiro. Natural da freguesia de Caíde de Rei, a sua conexão aos homens da governança pode ter sido estabelecida através de Manuel de Sousa de Faria, procurador do concelho e que foi seu fiador em 1727. A sua filha Maria, nascida na mesma freguesia em 1729³⁵⁷, foi afilhada de Cristóvão António Leite Cabral que, no ano seguinte, seria eleito como juiz ordinário. Nesse ano, em 1730, Domingos Jorge foi eleito como vereador da Câmara³⁵⁸ após a saída de um dos dois vereadores que tinham sido inicialmente eleitos por não ter sido aceite pelo Corregedor de Guimarães, exercendo esse cargo a par de Manuel de Sousa de Faria. Essa eleição foi assinada pelos membros da vereação, assim como por Francisco Moreira Gonçalves, o Capitão Simão Ribeiro de Vasconcelos e Alexandre de Sá Pereira, homens da governança.

Nos anos subsequentes à eleição de Domingos Jorge como vereador, os seus filhos seriam apadrinhados por outros homens da governança: em 1731³⁵⁹, o padrinho da sua filha Teresa foi André Baldaia Carneiro; em 1734³⁶⁰, o padrinho do seu filho Manuel foi Fernando de Magalhães de Vasconcelos, filho do Capitão Simão Ribeiro de

³⁵³ AUC — Índice de alunos da Universidade de Coimbra, Letra T, 001386

³⁵⁴ ADP — Paróquia de Real, *Registo de Batismos 1674-05-24/1704-02-05*, fl. 94

³⁵⁵ ADP — Paróquia de Real, *Registo de Batismos 1704-02-17/1725-12-26*, fl. 9v.

³⁵⁶ ADP — Paróquia de Real, *Registo de Batismos 1674-05-24/1704-02-05*, fl. 57v.

³⁵⁷ ADP — Paróquia de Caíde de Rei, *Registo de Batismos 1673-11-07/1729-09-08*, fl. 283v.

³⁵⁸ AMAMT — Livro de eleições e actos da Câmara, 0833, fl. 86

³⁵⁹ ADP — Paróquia de Caíde de Rei, *Registo de Batismos 1729-11-20/1762-10-11*, fl. 14

³⁶⁰ ADP — Paróquia de Caíde de Rei, *Registo de Batismos 1729-11-20/1762-10-11*, fl. 23v.

Vasconcelos — que esteve presente na sua eleição como vereador. Em 1735³⁶¹, no batismo da sua filha Vitoriana, André Baldaia Carneiro estaria de novo presente como testemunha.

O caso deste rendeiro, que posteriormente se tornou vereador da Câmara, é representativo das relações de conveniência que se forjam dentro de determinado meio, nomeadamente quando se é introduzido nesse grupo através de uma ligação pessoal — neste caso, a ligação de Domingos Jorge a Manuel de Sousa de Faria, que já estava integrado o grupo dos homens da governança como procurador do concelho, e que provavelmente o ajudou a entrar na vereação.

No entanto, as ligações de parentesco espiritual também podem ser indicadoras de influência social dentro da comunidade, visto que os casais tendem a escolher padrinhos pertencentes ao mesmo estatuto social ou mais alto de modo a assegurar o futuro das crianças no caso de falta dos pais (Ribeiro e Carvalho, 2008: 173).

A mais exemplificativa será certamente a família de Simão Ribeiro de Vasconcelos. Incluindo os apadrinhamentos de Simão Ribeiro de Vasconcelos, os seus irmãos (Manuel, Teresa, Mariana e Francisco) e o seu filho, Fernando de Magalhães de Vasconcelos, num período alargado entre 1683 e 1745, esta família apadrinhou cerca de 80 crianças nas freguesias de S. Salvador de Real (onde ocorreu a maior parte dos apadrinhamentos), S. Salvador de Castelões de Recezinhos, S. Romão de Carvalhosa, S. Pedro de Ataíde e S. Pedro de Caíde de Rei³⁶².

A família de Amador de Sousa Sanhudo, entre 1657 e 1718, também apadrinhou um total de 80 crianças nas freguesias de S. Salvador de Castelões, S. Pedro de Ataíde e S. Salvador de Real³⁶³. Apenas em S. Salvador de Real e num período mais curto,

³⁶¹ ADP — Paróquia de Caíde de Rei, *Registo de Batismos 1729-11-20/1762-10-11*, fl. 30

³⁶² ADP — Paróquia de Real, *Registos de Batismos 1674-05-24/1704-02-05*, *Registos de Batismos 1704-02-17/1725-12-26* e *Registos de Batismos 1726-04-07/1749-12-01*; Paróquia de Castelões, *Registos de Batismos 1687-11-30/1743-10-09*; Paróquia de Carvalhosa, *Registos de Batismos 1689-06-14/1727-12-04*; Paróquia de Ataíde, *Registos de Batismos 1587-07-05/1728-07-25*; Paróquia de Caíde de Rei, *Registo de Batismos 1673-11-07/1729-09-08*

³⁶³ ADP — Paróquia de Castelões, *Registos de Batismos 1612-09-12* e *Registos de Batismos 1687-11-30/1743-10-09*; Paróquia de Ataíde, *Registos de Batismos 1587-07-05/1728-07-25*; Paróquia de Real, *Registos de Batismos 1645-09-18/1674-05-20*, *Registos de Batismos 1674-05-24/1704-02-05* e *Registos de Batismos 1704-02-17/1725-12-26*

Francisco Cerqueira de Magalhães, antigo juiz ordinário, a sua primeira esposa Luzia Vieira e a sua segunda esposa D. Jerónima da Silva, apadrinharam 23 crianças entre 1688 e 1718³⁶⁴. A família de Alexandre de Sá Pereira também apadrinhou 25 crianças em S. Salvador de Real entre 1697 e 1745³⁶⁵.

Entre os batizados incluíam não apenas os filhos de familiares e amigos, mas também, filhos de mães solteiras, por exemplo. Tal indica que estes indivíduos eram detentores de poder económico e, também, com prestígio dentro da comunidade (Ribeiro, 2005: 160).

Se os matrimónios podem ser considerados como um investimento a nível social, os apadrinhamentos demonstram também o ter sido, principalmente para este grupo de homens da governança. Tal pode ser apontado nomeadamente a partir do facto que pelo menos três afilhadas de Amador de Sousa Sanhudo — Ângela Teixeira, Luísa Duarte e Brites de Matos — se casariam ou seriam mães de futuros homens da governança, sendo que esses também seriam afilhados de outros homens da governança.

Apresentam-se dois círculos sociais e, conseqüentemente, dois tipos de elite, que dominaram a governança de Santa Cruz de Ribatâmega, um formado pela nobreza e fidalguia local e outro pelo grupo dos notáveis (ou homens da governança). Ambos parecem ter optado por diferentes formas de se relacionar entre si: enquanto a fidalguia optou por se casar entre si, o grupo de notáveis parece ter dado preferência aos laços de parentesco espiritual, entre os quais a família Ribeiro de Vasconcelos-Moreira-Babo terá tomado algum protagonismo.

Apadrinhando os filhos dos seus amigos e compadres da governança, ao invés de terem sido os “criadores” deste círculo, esta família parece ter dado continuidade a um grupo já existente — do qual faziam parte os seus próprios pais e os das famílias com quem acabariam por casar: os pais de Simão Ribeiro de Vasconcelos, Manuel Moreira, antigo vereador, e Maria Ribeiro de Vasconcelos, sobrinha dos Vasconcelos do Morgado do Carvalho; os pais de Gaspar de Babo Coelho, Gaspar de Babo e Joana Cardoso de

³⁶⁴ ADP — Paróquia de Real, *Registos de Batismos 1674-05-24/1704-02-05 e Registos de Batismos 1704-02-17/1725-12-26*

³⁶⁵ ADP — ADP — Paróquia de Real, *Registos de Batismos 1674-05-24/1704-02-05, Registos de Batismos 1704-02-17/1725-12-26 e Registos de Batismos 1726-04-07/1749-12-01*

Vasconcelos, filha de Feliciano Cardoso de Vasconcelos, tabelião e homem da governança; os avós e pais de Francisco Teixeira Duarte, Gaspar do Couto, Gonçalo Duarte, Francisco do Couto e Luísa Duarte.

Deste modo, nos perfis sociais traçados para os “homens da governança” — no sentido do grupo de homens que governam o concelho no seu conjunto — é possível observar a coexistência de dois tipos de elite, separadas principalmente pelo estatuto social.

Os “melhores” ou os “principais” das vereações de Santa Cruz de Ribatâmega incluíam pessoas pertencentes à nobreza e fidalguia, cujo principal elemento de diferenciação social passa exatamente pelo seu estatuto e pelo prestígio da sua linhagem familiar — e que, por uma questão de manutenção desse estatuto, casavam preferencialmente com outras famílias da mesma posição social, o mesmo acontecia com os apadrinhamentos — dominando especialmente os cargos de natureza militar. De certo modo, o envolvimento desta nobreza e fidalguia local nos assuntos militares do concelho ia de encontro aos propósitos iniciais do seu estrato social — fazer a guerra.

No entanto, eram igualmente incluídas pessoas e famílias cujos fatores de notabilidade passavam pela posse de poder económico, estando ligados ao negócio, às rendas e à propriedade da terra, assim como de influência social, apadrinhando dezenas de crianças na sua comunidade (a sua freguesia de origem, principalmente), filhos e filhas dos seus familiares e amigos, mas também de mães solteiras e da população em geral.

Contudo, as famílias continuariam a ascender a nível social, sendo que o seu poder económico e a participação na governança municipal terão sido fatores fundamentais que contribuiriam para essa ascensão: pelo menos um neto de Gaspar de Babo Coelho, João Caetano Teixeira, foi identificado como “Doutor” em 1742³⁶⁶, tendo-se formado em Cânones pela Universidade de Coimbra ainda nesse ano³⁶⁷.

Por outro lado, a família Vasconcelos do Morgado do Carvalho também ascendeu à nobreza titulada na segunda metade do século XIX, com a outorga do título de Barão de

³⁶⁶ ADP — Paróquia de Real, *Registos de Batismos 1726-04-07/1749-12-01*, fl. 77v.

³⁶⁷ AUC — Índice de alunos da Universidade de Coimbra, Letra T, 001166

Riba Tâmega em 1867 por D. Luís I a José de Vasconcelos Guedes de Carvalho — neto do Capitão Manuel de Vasconcelos Mendes de Carvalho. Quatro anos depois, em 1871, o mesmo monarca conferiu-lhe o título de Visconde de Riba Tâmega (Bessa, 2022: 191-192), sendo que ambos os títulos aludem ao concelho de Santa Cruz de Ribatâmega,

2.3. Elites, o Património e a Memória — a “materialização” da perpetuação de memória e identidade das elites

Como um concelho essencialmente rural e uma economia baseada na atividade agrícola, Santa Cruz de Ribatâmega mostra-se como um espaço onde a posse da terra, a propriedade se tornou num fator determinante para a estruturação da hierarquia social a nível local, onde viver à lei da nobreza e das suas fazendas — sem recorrer a um ofício (trabalho manual) —, era uma condição necessária para o estatuto social ser considerado como mais elevado em relação aos demais (Ribeiro, 2005: 165).

Ao longo da dissertação foi possível identificar vários membros da governança socialmente posicionados no topo dessa hierarquia — a nobreza e a fidalguia local, detentoras de grandes propriedades, várias com capelas privativas referidas nas *Memórias Paroquiais*³⁶⁸.

José Manuel Sobral argumenta que a posse das propriedades e respetiva exploração agrícola assumem uma dimensão simbólica na medida em que se forma uma relação direta entre a propriedade e a família que a detém — uma ligação que se materializa na instituição das “casas”.

Para as elites, a imponente das suas “casas” eram um manifesto da sua importância e prestígio social, do seu poder económico (Sobral, 1999). No caso dos membros da governança, terão sido igualmente um símbolo da relevância e da centralidade que as famílias tomavam na vida política local (Rocha, 2010: 328).

Fala-se de memória, mas, sobretudo, também se fala de identidade. Uma identidade apoiada na origem e antiguidade das famílias, cuja preservação interessa

³⁶⁸ A listagem das ermidas e respetivos proprietários das freguesias de Santa Cruz de Ribatâmega encontra-se nos Anexos.

perpetuar por “ser a garantia do carácter genuíno das suas aspirações recentes” (Sobral, 1999), que contribuem para a afirmação e solidificação da posição da família a nível local ao longo do tempo — por esse motivo, a linhagem familiar era também um fator importante para o exercício dos cargos municipais, assim como a tradição das famílias na governança (na medida em que, por exemplo, existia a preferência pelos candidatos a vereadores que tivessem familiares, nomeadamente pais e avós, que tivessem exercido esse cargo).

Nesse sentido, as “casas” transformam-se num símbolo *identitário* das famílias, o centro da história, da memória e identidade familiares que se vão construindo ao longo de várias gerações a partir da transmissão hereditária (Sobral, 1995: 302) — no sentido em que os vários descendentes das famílias se identificam com as “casas” e tudo o que estas englobam e representam: a história, a propriedade, o prestígio e o poder (económico, social e político) que as famílias possuíram em determinada comunidade e freguesia ou concelho. De certo modo, são um testemunho que também pode ser considerado como “um colectivo em que se unem os vivos e os mortos” (Sobral, 1999), tal como a narrativa familiar, que representam as várias gerações das linhagens familiares.



Fotografia 1 — Casa da Quintã em Constance, Marco de Canaveses. Foi propriedade da família de António José Pinto de Magalhães. Fotografia da autora.



Fotografia 2 — Casa do Ribeiro em Toutosa, Marco de Canaveses. Foi propriedade da família de Manuel de Sousa de Vasconcelos, capitão-mor de Santa Cruz de Ribatâmega. Fotografia da autora.

A mesma lógica poderá ser aplicada à existência de capelas particulares, nomeadamente as que eram propriedade dos homens da governança (notáveis que não pertenciam à fidalguia). Nas palavras de Manuel Joaquim Moreira da Rocha, “para a fundação de uma capela particular, era exigência diocesana, a posse de recursos e a sua afectação perpétua para manutenção do espaço” (2010, 326), ou seja, era necessário que os proprietários destas capelas tivessem poder económico para as conseguir erguer e, posteriormente, mantê-las.

Tal como as quintas e “casas” da fidalguia, a fundação de capelas particulares pelos homens da governança (não pertencentes ao primeiro grupo social) pode ter sido igualmente uma forma de expressão do seu poder económico, prestígio social e, também, a influência política que adquiriram por conta do exercício de cargos da governança concelhia.

O quadro seguinte apresenta as capelas existentes em S. Salvador de Real em 1758 e respetivos proprietários, referidos pelo pároco na *Memória* referente à freguesia.

Quadro 5 - Capelas referidas na *Memória Paroquial* de S. Salvador de Real em 1758 e respetivos proprietários

Capela	Proprietário
Capela de Santo António	Luís António de Vasconcelos
Capela de Santa Comba	Caetano Luís da Silva
Capela de S. Brás	Fernando de Magalhães e Meneses ³⁶⁹
Capela de Nossa Senhora da Luz	
Capela do Menino Deus	Pedro da Silva
Capela de São Roque	Moradores da freguesia
Capela de São Gonçalo	Manuel Duarte Teixeira

³⁶⁹ Pode corresponder a Fernando de Magalhães e Vasconcelos, filho do Capitão Simão Ribeiro de Vasconcelos, visto que, quando morre em 1778, o registo de óbito identifica o lugar do Eirado como o seu lugar de residência (ADP — Paróquia de Real, *Registos de Óbitos 1767-12-08/1811-02-02*, fl. 14v.). Atualmente, a Casa de São Brás está situada entre a Rua de São Brás (em frente à casa) e a Rua do Eirado (na traseira). A acrescentar, o lugar do Eirado parece corresponder ao lugar de Real d’Além, onde os seus familiares mais próximos — incluindo o seu pai — viveram no final da vida e onde acabaram por falecer. No teto da Capela de São Brás figura um brasão de armas, datado de 1786 (fotografia nos Anexos), que contém as armas das famílias Magalhães e Vasconcelos, os apelidos utilizados por Fernando de Magalhães e Vasconcelos.

De facto, na freguesia de S. Salvador de Real, os proprietários da maioria das capelas particulares existentes em 1758 correspondem a homens da governança ou aos seus familiares: Luís António de Vasconcelos, administrador do Morgado do Carvalho e filho de Manuel Ribeiro de Vasconcelos, homem da governança, assim como parente distante do Capitão Simão Ribeiro de Vasconcelos; Caetano Luís da Silva (ou Caetano da Silva Teles), que Felgueiras Gayo classifica como filho de Francisco Cerqueira de Magalhães (Gayo, Vol. IV, 1989: 338), antigo juiz ordinário, e que viveu no mesmo lugar de Santa Comba; Pedro da Silva (ou Pedro da Silva Teixeira), viúvo de Vitoriana Maria — filha do Capitão Simão Moreira de Matos, administrador da mesma capela³⁷⁰; e Manuel Duarte Teixeira, antigo vereador da Câmara.

Embora as capelas de Santa Comba, Nossa Senhora da Luz e de São Gonçalo não tenham subsistido até à atualidade e a Capela do Menino Deus esteja em estado de ruína, outrora estas fizeram parte de um conjunto de capelas construídas para figurar como uma representação do prestígio político, económico e social dos seus proprietários. No entanto, após a sua morte, foram meios de perpetuação da sua memória, das suas vidas e feitos, assim como das suas contribuições para o concelho de Santa Cruz de Ribatâmega.

Atualmente, as “casas” e capelas sobreviventes são ainda o testemunho de memória e trajetórias pessoais e familiares, mas são, também, resquícios das elites sociais e políticas de um concelho que se extinguiu e desmembrou-se, sendo que as suas freguesias foram distribuídas pelos atuais concelhos de Amarante, Penafiel, Marco de Canaveses, Lousada e Felgueiras.

No entanto, podem também ser o espaço para a continuidade de algumas tradições populares na atualidade, como a realização da festa religiosa de São Brás (ou o *São Brazinho*, designação dada à celebração pela população de Vila Meã), celebrada

³⁷⁰ Os nomes Capela de Vila Meã (administrada pelo dito Capitão Simão Moreira de Matos) e Capela do Menino Deus são diferentes designações para a mesma capela, visto que no registo de óbito de Vitoriana Maria datado de 1748 (ADP — Paróquia de Real, *Registos de Óbitos 1715-10-23/1767-07-11*, fl. 58) é referido que esta foi sepultada “na Capella de dito lugar de Villa Meam de invocação do Menino Deos”, onde também estavam sepultados os seus pais. Quando Pedro da Silva Teixeira faleceu em 1775, este quis ser sepultado na mesma capela (ADP — Paróquia de Real, *Registos de Óbitos 1767-12-08/1811-02-02*, fl. 10).

anualmente a 3 de fevereiro na Capela de São Brás — que, estando normalmente fechada durante o ano, é aberta ao público durante o dia de São Brás.



Fotografia 3 — Capela de São Brás em Vila Meã, Amarante (a Casa de São Brás situa-se no outro lado da rua). Fotografia da autora, tirada na festa de São Brás.

Conclusão

Durante o século XVIII, o território de Santa Cruz de Ribatâmega possuía alguma complexidade, no sentido em que coexistiam vários poderes civis — dentro do seu território existiam dois coutos, o de Travanca e o de Mancelos, assim como a honra de Vila Caiz, detentores de independência jurisdicional e política face à Câmara de Santa Cruz —, assim como se encontravam poderes religiosos distintos, existindo algumas paróquias sob a jurisdição da Diocese do Porto, enquanto a maioria estava sob a jurisdição da Arquidiocese de Braga.

Era um concelho rural e senhorial, estando já sob a jurisdição da Casa de Sabugal há mais de dois séculos. A agricultura era determinante para a economia local, não se conhecendo qualquer mudança fundamental que pudesse romper a ligação essencial entre a propriedade da terra, os seus proprietários e formas de acesso à mesma e a definição da posição social das gentes, dentro de uma hierarquia social particularmente marcada pela ruralidade.

A partir da análise dos vários membros da governança (juízes ordinários, vereadores, procuradores, oficiais das ordenanças, homens da governança e almotacés) e do cruzamento dos dados dos mesmos com os *Registos Paroquiais*, foi possível identificar três grandes famílias que estabeleceram o maior número de laços matrimoniais ou de parentesco espiritual: Sanhudo, Vasconcelos e Ribeiro de Vasconcelos/Moreira/Babo, nomeadamente com as famílias Pereira, Baldaia, Cabral, Montenegro, Teixeira e Sá.

Ao longo do processo de reconstituição das várias biografias familiares, foi possível identificar algumas dinâmicas e padrões sociais seguidos por estas famílias. A família Vasconcelos, pertencente à fidalguia local, prosseguiu com estratégias adequadas ao estatuto da nobreza, procurando principalmente o casamento com outras famílias do mesmo estatuto — embora também tenha havido casos de união com homens da governança, nomeadamente detentores de poder económico. Os Sanhudo, apesar da família possuir origens fidalgas, não se limitaram a este território social, de que é exemplo o casamento de António Sanhudo com Maria de Magalhães, mas fizeram-no com outros homens da governança, como o matrimónio entre D. Leonor Teresa de

Sousa com João Machado Coelho, tabelião. Este grupo familiar estabeleceu uma rede de apadrinhamentos bastante alargada, indicadora da influência a nível social da família em várias freguesias do concelho.

No mesmo sentido seguiu a família Ribeiro de Vasconcelos/Moreira/Babo, nomeadamente os Ribeiro de Vasconcelos que, tal como os Sanhudo, também estabeleceram um grande número de relações de parentesco espiritual — fator indiciador do prestígio social que a família detinha — não só com famílias de outros homens ligados à governança, mas também com outros fora desse meio. Por outro lado, o ramo dos Babo estabeleceu laços de matrimónio com a família Teixeira, que também pertencia à governança e que, por sua vez, estava também ligada à família Sá, que também acabou por ter alguma participação na vida política do concelho.

Tal leva a crer que, dentro da vida política local, coexistiam dois tipos de elite, um constituído pela fidalguia, detentora de grandes propriedades e de estatuto social, e outro pelos homens dedicados à governança, notáveis pelo seu poder económico, derivado principalmente nos arrendamentos dos impostos régios, como a sisa e a terça ou, também, do estanco do tabaco — uma temática que, tal como José Carlos Rodrigues afirmou no seu trabalho sobre este concelho, pode vir a ser aprofundada em trabalhos futuros (2000: 108). Consequentemente, tal traduziu-se na criação de dois círculos sociais diferentes, em que a fidalguia se relaciona principalmente entre si, nomeadamente a partir do casamento. Os homens da governança procuram relacionar-se especialmente a partir dos apadrinhamentos — um outro tipo de estabelecimento de alianças e de ligações de conveniência. Estas elites continuaram a marcar presença até aos anos finais do período em estudo, estando presentes filhos, netos, primos e sobrinhos desta fidalguia e homens da governança.

É igualmente possível compreender que o perfil social dos cargos da governança se regiam por estas duas elites. Enquanto os cargos militares, nomeadamente os de capitães-mores e sargentos-mores, são ocupados maioritariamente pela fidalguia local, os cargos de governação efetiva do concelho (vereador e procurador) são exercidos quase de forma exclusiva pelos homens dedicados à governança, detentores do poder

económico — como proprietários, rendeiros e negociantes. Por outro lado, os cargos de juiz ordinário e almotacé parecem ter sido repartidos entre estes dois grupos sociais.

Além do prestígio das linhagens familiares e da posse de poder económico, também se detetam alguns casos de indivíduos licenciados — alguns com ligações familiares à fidalguia —, o que parece indicar a gradual valorização da formação académica como fator de notabilidade e diferenciação social.

O grupo dos “homens da governança” era bastante heterogéneo na sua composição social, tendo sido constituído por antigos juizes ordinários, antigos vereadores, licenciados, oficiais das ordenanças, assim como proprietários, rendeiros negociantes e membros da fidalguia local — o que reflete, de certo modo, as características socioeconómicas do concelho, onde a atividade agrícola é predominante.

Um grupo que procurou o reconhecimento e afirmação do seu poder económico e prestígio social perante os demais a partir das suas “casas” e/ou as suas capelas — a Casa do Ribeiro, no caso de Manuel de Sousa de Vasconcelos, ou a Capela de São Brás, no caso de Fernando de Magalhães de Vasconcelos. O seu património é uma expressão simbólica desse capital económico e social e, atualmente, simbolizam não só os passados familiares, mas são igualmente resquícios de um concelho que outrora existiu.

Desta forma, apresenta-se um grupo que, apesar da sua heterogeneidade social, reunia no seu núcleo os membros mais prestigiados em termos sociais e/ou com mais poder económico a nível local — os “melhores” e “principais das terras”, deste caso, de Santa Cruz de Ribatâmega.

Fontes

Fontes Manuscritas

Arquivo Nacional da Torre do Tombo

Memórias Paroquiais

- S. Veríssimo de Amarante — Memórias paroquiais, vol. 3, n.º 58, p. 459 a 466
S. Pedro de Ataíde — Memórias paroquiais, vol. 5, n.º 35, p. 751 a 756
S. João de Aíão — Memórias paroquiais, vol. 5, n.º 87, p. 1089 a 1098
Santa Eulália de Banho — Memórias paroquiais, vol. 6, n.º 21, p. 131 a 134
S. Pedro de Caíde de Rei — Memórias paroquiais, vol. 8, n.º 36, p. 203 a 206
S. Romão de Carvalhosa — Memórias paroquiais, vol. 9, n.º 179, p. 1133 a 1136
S. Salvador de Castelões de Recezinhos — Memórias paroquiais, vol. 9, n.º 207, p. 1335 a 1338
Santa Eulália de Constance — Memórias paroquiais, vol. 11, n.º 373, p. 2539 a 2546
Santa Cristina de Figueiró — Memórias paroquiais, vol. 15, n.º 79, p. 501 a 502
S. Tiago de Figueiró — Memórias paroquiais, vol. 15, n.º 80, p. 503 a 506
Santa Maria de Fregim — Memórias paroquiais, vol. 16, n.º 161, p. 1005 a 1006
S. Salvador de Real — Memórias paroquiais, vol. 31, n.º 78, p. 445 a 448
S. Mamede de Recezinhos — Memórias paroquiais, vol. 31, n.º 33, p. 175 a 178
S. Martinho de Recezinhos — Memórias paroquiais, vol. 31, n.º 34, p. 179 a 182
Santa Cristina de Toutosa — Memórias paroquiais, vol. 37, n.º 90, p. 973 a 976
S. João Baptista de Louredo — Memórias paroquiais, vol. 21, n.º 135, p. 1209 a 1212
S. Paio de Oliveira — Memórias paroquiais, vol. 42, n.º 254, p. 121
S. Salvador de Freixo de Baixo — Memórias paroquiais, vol. 16, n.º 185, p. 1117 a 1126
S. Miguel de Freixo de Cima — Memórias paroquiais, vol. 16, n.º 188, p. 1135 a 1142
S. Julião de Passos (Passinhos) — Memórias paroquiais, vol. 42, n.º 268, p. 126
Santo Isidoro — Memórias paroquiais, vol. 18, n.º (J) 55, p. 359 a 363
Santa Maria de Vilar de Torno — Memórias paroquiais, vol. 41, n.º 309, p. 1873 a 1882

Casa de Santa Iria

Inventário do cartório 1836 — “Sumário alfabético dos documentos existentes do cartório da Ilm.^a e Exm.^a Casa dos senhores Condes de Palma, Óbidos e Sabugal” [PT/TT/CSI/003/0001]

Casa de Abrantes

Certidão da carta de doação feita por D. Pedro a seu filho D. Dinis e a todos os sucessores das terras da Vila do Prado, junto de Braga, e das terras e julgados de Murça, Nales, Zurara, Sanhoane de Rei, Santo Estêvão de Geraz de Riba do Lima, Valdevez, Santa Cruz de Riba Tâmega e Maia — Casa de Abrantes, cx. 43, mç. 129, doc. 2559

Chancelaria Régia

Chancelaria de D. João I — Livro 1 (fls. 26v., 182)

Chancelaria de D. Duarte I — Livro 1 (fl. 99)

Chancelaria de D. Afonso V — Livro 2 (fl. 34); Livro 7 (fl. 51); Livro 8 (fl. 32); Livro 11 (fl. 154); Livro 19 (fl. 154)

Chancelaria de D. Manuel I — Livro 8 (fl. 17v.); Livro 13 (fls. 18, 20v.); Livro 17 (fl. 88); Livro 20 (fl. 8); Livro 32 (fl. 26); Livro 39 (fl. 29v.)

Gavetas

Gaveta 24, maço 1, n.º 4

Corpo Cronológico

Cópia da carta de promessa do título de Conde de Vila Nova de Portimão que se cumpriria dentro em quatro anos a D. Martinho de Castelo Branco, do Conselho do Rei e Vedor da Fazenda, pelos serviços nela declarados.” — Corpo Cronológico, Parte II, mç. 8, n.º 72

Registo Geral de Mercês

Manuel de Sousa de Vasconcelos — Registo Geral de Mercês, Mercês de D. João V, liv. 3, f. 295v

Conselho da Fazenda

Auto de Justificação de António de Vasconcelos Castro e Sousa — Conselho da Fazenda, Justificações do Reino, Letra A, mç. 32, n.º 4

Mesa da Consciência e Ordens

Diligência de Habilitação para a Ordem de Cristo de António José de Vasconcelos Castro e Sousa — Mesa da Consciência e Ordens, Habilitações para a Ordem de Cristo, Letra A, mç. 11, n.º 3

Diligência de Habilitação para a Ordem de Cristo de Manuel Cardoso de Vasconcelos — Mesa da Consciência e Ordens, Habilitações para a Ordem de Cristo, Letra M, mç. 11, n.º 6

Tribunal do Santo Ofício

Diligência de Habilitação de Simão Ribeiro de Vasconcelos — Tribunal do Santo Ofício, Conselho Geral, Habilitações Incompletas, doc. 5285

Diligência de Habilitação de Francisco Moreira Gonçalves — Tribunal do Santo Ofício, Conselho Geral, Habilitações Incompletas, doc. 1867

Arquivo Distrital do Porto

Paróquia de Real [PT/ADPRT/PRQ/PAMT27]

Paróquia de Ataíde [PT/ADPRT/PRQ/PAMT04]

Paróquia de São Veríssimo [PT/ADPRT/PRQ/PAMT41]

Paróquia de Carvalhosa [PT/ADPRT/PRQ/PMCN33]

Paróquia de Oliveira [PT/ADPRT/PRQ/PAMT24]

Paróquia de Caíde de Rei [PT/ADPRT/PRQ/PLSD04]

Paróquia de Castelões [PT/ADPRT/PRQ/PPNF07]

Paróquia de Constance [PT/ADPRT/PRQ/PMCN05]

Paróquia de Banho [PT/ADPRT/PRQ/PMCN04]
Paróquia de Toutosa [PT/ADPRT/PRQ/PMCN26]
Paróquia de Fregim [PT/ADPRT/PRQ/PAMT12]
Paróquia de Freixo de Cima [PT/ADPRT/PRQ/PAMT14]
Paróquia de Freixo de Baixo [PT/ADPRT/PRQ/PAMT13]
Paróquia de Santiago de Figueiró [PT/ADPRT/PRQ/PAMT32]
Paróquia de Santa Cristina de Figueiró [PT/ADPRT/PRQ/PAMT31]
Paróquia de Louredo [PT/ADPRT/PRQ/PAMT20]
Paróquia de São Martinho de Recezinhos [PT/ADPRT/PRQ/PPNF33]
Paróquia de São Mamede de Recezinhos [PT/ADPRT/PRQ/PPNF32]
Paróquia de Santo Isidoro [PT/ADPRT/PRQ/PMCN19]
Paróquia de Vilar de Torno [PT/ADPRT/PRQ/PLSD26]
Paróquia de Vila Boa de Quires [PT/ADPRT/PRQ/PMCN31]
Paróquia de São Nicolau [PT/ADPRT/PRQ/PMCN21]

Arquivo da Universidade de Coimbra

Índice de alunos da Universidade de Coimbra

Letra M — 008275;

Letra T — 001166; 001386;

Letra V — 001514;

Arquivo Municipal de Amarante

Câmara Municipal de Santa Cruz de Ribatâmega

Livro de eleições e actos da Câmara — 0832 (1692-1724); 0833 (1727-1730); 0834 (1762-1764); 0835 (1776-1780)

Livro de registo de posturas e acórdãos — 0854 (1712-1716)

Fontes Impressas

Costa, A. C. (1706). *Corografia Portuguesa, e descripçam topográfica do famoso reyno de Portugal, com as noticias das fundações das Cidades, Villas & Lugares, que contem; Varões ilustres, Genealogias das Familias nobres, fundações de Conventos, Catalogos dos Bispos, antiguidades, maravilhas da natureza, edificios & outras curiosas observaçoens*. Tomo I. Officina de Valentim da Costa Deslandes.

Lima, L. C. (1736). *Geografia Historica de todos os Estados Soberanos de Europa, Com as mudanças, que houve nos seus Dominios, especialmente pelos Tratados de Utrecht, Rastad, Raden, da Barreira, da Quadruple Alliança, de Hannover, e de Sevilha; e com as Genealogias das Casas reynantes, e outras muy principaes*. Tomo II. Officina de Joseph Antonio da Sylva.

Silveira Pinto, A. A., & Sanches de Baena, A. R. (1883). *Resenha das famílias titulares e grandes de Portugal*. Tomo II. Editora de Francisco Arthur da Silva.

Serviços Cartográficos do Exército (1936) — Carta Militar de Penafiel, n.º 112

Serviços Cartográficos do Exército (1937) — Carta Militar de Amarante, n.º 113

Serviços Cartográficos do Exército (1952) — Carta Militar de Felgueiras, n.º 99

Serviços Cartográficos do Exército (1952) — Carta Militar de Paradança, Mondim de Basto, n.º 100

Fundação Calouste Gulbenkian (1985) — *Ordenações Filipinas*, Livro 1.
<https://gulbenkian.pt/publications/ordenacoes-filipinas-livro-i/>

Censo de 1801 — Dados disponíveis no *Atlas, Cartografia Histórica*
(<http://atlas.fcsh.unl.pt/>)

Bibliografia

Amorim, M. N. (1999). O Minho: Comportamentos demográficos através da informação paroquial. *Ler História*, (36), 9-43.
https://drive.google.com/drive/folders/1sGwGjGStfZW7sAeEnneW9J-JsDuHP_fu

Barbosa, J. L. S. (2017). As receitas e despesas da Câmara de Penafiel: a importância das rendas nas finanças municipais (1782-1820). *História – Revista da FLUP*, 7(2), 190-215.
<http://aleph.letras.up.pt/index.php/historia/article/view/4538/4253>

Barbosa, J. L. S. (2023). A arrecadação e gestão do real de água em Coimbra, 1772-1836. *Ler História* (82), 125-147. <https://doi.org/10.4000/lerhistoria.12086>

Bessa, T. (2022). *Vila Meã: Costumes e Tradições, Estudos e Memórias*. Edição do autor.

Capela, J. V. (2003). Economia e finanças municipais no Tempos Modernos (séculos XV a XVIII). Nota sobre o seu estudo. In L. A. Fonseca, L. C. Amaral & M. F. F. Santos (coords.), *Os Reinos Ibéricos na Idade Média: Livro de Homenagem ao Professor Doutor Humberto Carlos Baquero Moreno*. (Vol. III, pp. 1423-1431). Civilização Editora.
<https://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/19326.PDF#page=383>

Capela, J. V., Matos, H. & Borralheiro, R. (2009). *As freguesias do Distrito do Porto nas Memórias Paroquiais de 1758: Memórias, História e Património*. Projeto POCTI-FCT.

Cardoso, C., Sousa, L. (2014). Aveleda em 1758: memória paroquial, toponímia e património (1.ª parte). In *Suplemento do Património*, (120), 1-4.
<https://comum.rcaap.pt/handle/10400.26/29760?locale=en>

Carvalho, J. R., Ribeiro, A. I. (2008). Using Network Analysis on Parish Registers: How Spiritual Kinship Uncovers Social Structure. In *Bridging the gaps: sources, methodology and approaches to religion in History* (pp. 171-186). Edizioni Plus — Pisa University Press.
<https://core.ac.uk/download/pdf/144050017.pdf>

Costa, P. (2018). As finanças municipais em Portugal no século XVIII: autonomia vs centralismo. *Ler História*, (73), 123-144. <https://doi.org/10.4000/lerhistoria.4153>

Cunha, M. S. (2005). Poderes Locais nas áreas senhoriais (século XVI-1640). In F. T. da Fonseca. (coord.), *O poder local em tempo de Globalização: uma história e um futuro*. (pp. 97-112). Imprensa da Universidade de Coimbra.

Cunha, M. S. (2008). Nobreza, alianças matrimoniais e reprodução social. Análise comparado dos grupos familiares dos Meneses e Cunha (séc. XV-1640). In A. A. Andrade, H. Fernandes & J. L. Fontes (coord.), *Olhares sobre a História. Estudos oferecidos a Iria Gonçalves* (pp. 741-786). Caleidoscópio https://dspace.uevora.pt/rdpc/bitstream/10174/2171/1/2008_HomenagemIriaGon%3a7alves.pdf

Fernandes, P. J. S. (2006). Elites locais e poder municipal. Do Antigo Regime ao liberalismo. *Análise Social*, XLI(178), 55-73. <http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1218712793R3rPY0fb4Xf91QV0.pdf>

Fonseca, T. (2005). O funcionalismo camarário no Antigo Regime. Sociologia e práticas administrativas. In M. S. da Cunha & T. Fonseca (eds.), *Os Municípios no Portugal Moderno: Dos forais manuelinos às reformas liberais*. (pp. 73-86). Publicações do CIDEHUS, Edições Colibri. <https://books.openedition.org/cidehus/1112>

Gayo, F. (1989). *Nobiliário das Famílias de Portugal*. Vol. IV. Edições Carvalhos de Basto.

Gayo, F. (1989). *Nobiliário das Famílias de Portugal*. Vol. V. Edições Carvalhos de Basto.

Gayo, F. (1989). *Nobiliário das Famílias de Portugal*. Vol. VII. Edições Carvalhos de Basto.

Gayo, F. (1990). *Nobiliário das Famílias de Portugal*. Vol. IX. Edições Carvalhos de Basto.

Gayo, F. (1990). *Nobiliário das Famílias de Portugal*. Vol. X. Edições Carvalhos de Basto.

Godinho, V. M. (2019). *Estrutura da Antiga Sociedade Portuguesa*. Edições 70.

Hespanha, A. M. (1986). Centro e Periferia nas Estruturas Administrativas do Antigo Regime. *Ler História*, (8), 35-60. https://www.academia.edu/download/64997320/HESPANHA_Centro_e_Periferia.pdf

Hespanha, A. M. (1994). *As Vésperas do Leviathan: Instituições e Poder Político em Portugal no Século XVII*. Edições Almedina.

Imízcoz Beunza, J. M. (1996). Comunidad, red social y élites. Um análisis de la vertebración social em el Antiguo Régimen. In J. M. I. Beunza (dir.), *Elites, Poder y Red*

Social: Las Élités del País Vasco y Navarra en la Edad Moderna (Estado de la cuestión y perspectivas) (pp. 13-50). Servicio Editorial, Universidad del País Vasco/EHU. <https://dialnet.unirioja.es/descarga/articulo/1031055.pdf>

Magalhães, J. R. (1993). Os concelhos. In J. Mattoso (dir.), *História de Portugal: No Alvorecer da Modernidade (1480-1620)*. (Vol. 3, pp. 175-185). Círculo de Leitores.

Magalhães, J. R. (1994). As Estruturas Sociais de Enquadramento da Economia Portuguesa no Antigo Regime: os concelhos. *Notas Económicas*, (4), 30-47. https://digitalis-dsp.uc.pt/bitstream/10316.2/25144/1/NotasEconomicas4_artigo2.pdf

Magalhães, J. R. (2011). *Concelhos e organização municipal na Época Moderna*. Imprensa da Universidade de Coimbra. <https://ucdigitalis.uc.pt/pombalina/item/52772>

Mata, C. (2014). *O Poder Local em Penela (1640-1834)*. Palimage.

Mata, Cristóvão. (2014). *O Poder Local em Penela (1640-1834)*. Palimage.

Mattoso, J. (1993). A sociedade feudal e senhorial. In J. Mattoso (dir.), *História de Portugal: A Monarquia Feudal (1096-1480)*. (Vol. 2, pp. 165-203). Círculo de Leitores.

Mesquita, A. S. B. (2019). *A(s) comunidade(s) do Mosteiro de S. Salvador de Travanca nas vésperas da sua extinção: os (des)usos do Património* [Dissertação de Mestrado, Faculdade de Letras da Universidade do Porto]. Repositório Aberto da Universidade do Porto. <https://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/123652/2/364070.pdf>

Miranda, J. C. R. (2011). Os Sousões contra Afonso VI: Memória histórica ou “apostila de mal dizer”? *Cahiers D’Études Hispaniques Médiévales*, (34), 71-84. <https://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/74073/2/93332.pdf>

Monteiro, N. G. (1993). Os concelhos e as comunidades. In J. Mattoso (dir.), *História de Portugal: O Antigo Regime (1620-1807)*. (Vol. 4, pp. 303-329). Círculo de Leitores.

Monteiro, N. G. (1996). A sociedade local e os seus protagonistas. In C. Oliveira (dir.), *História dos Municípios e do Poder Local: dos finais da Idade Média à União Europeia*. (29-77). Círculo de Leitores.

Monteiro, N. G. (2012). *Elites e Poder: entre o Antigo Regime e o Liberalismo* (3.ª ed.). ICS — Imprensa de Ciências Sociais.

Monteiro, N. G. (2012). *Elites e Poder: Entre o Antigo Regime e o Liberalismo*. Imprensa de Ciências Sociais.

Moreira, M. J. G. (2008). O Século XVIII. In T. F. Rodrigues (coord.), *História da População Portuguesa. Das longas permanências à conquista da modernidade*. (pp. 247-287).

CEPESE e Edições Afrontamento. <https://www.cepese.pt/portal/pt/investigacao/livro-historia-da-populacao-portuguesa>

Moreno, H. B. (2000). A Nobreza de Riba-Tâmega nos séculos XIV e XV. In *Amarante Congresso Histórico 98: actas: I volume – tomo II: História, Política, Sociedade, Economia* (pp. 577-589). Câmara Municipal de Amarante.

Mota, A. C. (2022). Santa Casa da Misericórdia e Câmara Municipal em Arrifana de Sousa: vínculos entre as estruturas de poder entre 1741 e 1751. *Omni Tempore. Atas dos Encontros da Primavera 2021*, (7), 199-228. <https://doi.org/10.21747/978-989-9082-46-5/omni7a8>

Neto, M. S. (1993). A Persistência Senhorial. In J. Mattoso (dir.), *História de Portugal: No Alvorecer da Modernidade (1480-1620)*. (Vol. 3, pp. 165-175). Círculo de Leitores.

Neto, M. S. (2005). Senhorios e concelhos na época moderna: relações entre dois poderes concorrentes. In M. S. da Cunha & T. Fonseca (eds.), *Os Municípios no Portugal Moderno: Dos forais manuelinos às reformas liberais*. (pp. 149-165). Publicações do CIDEHUS, Edições Colibri. <https://books.openedition.org/cidehus/1119>

Oliveira, A. (1996). As crises agrícolas de Entre Douro e Minhos nos finais no Antigo Regime. In *III Jornadas de Estudo Norte de Portugal — Aquitânia. Actas* (pp. 249-278). Publicações da Universidade do Porto. <https://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/19761/2/aureliodeoliveiracrisis000082654.pdf>

Osswald, H. (2008). *Nascer, Viver e Morrer no Porto de Seiscentos*. [Dissertação de Doutoramento, Faculdade de Letras da Universidade do Porto]. Biblioteca da Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

Pizarro, J. A. S. M. (2000). A Nobreza Medieval Amarantina, segundo as Inquirições Gerais dos Séculos XIII e XIV. In *Amarante Congresso Histórico 98: actas: I volume – tomo II: História, Política, Sociedade, Economia* (pp. 607-620). Câmara Municipal de Amarante.

Pizarro, J. A. S. M. (2014). *Aristocracia e mosteiros na Rota do Românico*. Centro de Estudos do Românico e do Território. https://comum.rcaap.pt/bitstream/10400.26/31784/1/2014_Aristocracia%20e%20mosteiros%20na%20Rota%20do%20Romanico.pdf

Ribeiro, A. I. (2002). As elites de Eiras nos finais do século XVIII — percursos e estratégias de afirmação social. *Revista Portuguesa de História*, (36), 501-526. https://estudogeral.uc.pt/bitstream/10316/12759/1/ana%20ribeiro%2036_1.pdf

Rodrigues, J. C. M. O Concelho de Santa Cruz de Ribatâmega nos Séculos XVIII e XIX. In *Amarante Congresso Histórico 98: actas: IV volume: Poder Local, Municípios, Autarquias e Instituições* (pp. 91-124). Câmara Municipal de Amarante.

Rocha, M. J. M. (2010). Manifestações do barroco português: casas e quintas com capela. In N. M. Ferreira-Alves (coord.), *A Encomenda. O Artista. A Obra.* (325-341). CEPESE — Centro de Estudos da População, Economia e Sociedade. <https://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/79826/2/75567.pdf>

Salvado, J. P. (2014). O Estanco do Tabaco em Portugal: contrato-geral e consórcios mercantis (1702-1755). In S. de Luxán (org.), *Política y Hacienda del Tabaco en los Imperios Ibéricos (Siglos XVII-XIX)*. (pp. 133-153). Centro de Estudios Políticos y Constitucionales. <http://dspace.uevora.pt/rdpc/handle/10174/21189>

Santos, R. (1993). Senhores da terra, senhores da vila: elites e poderes locais em Mértola no século XVIII. *Análise Social*, XXVIII(121), 345-369. <http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1223290740B3aBB8jk7Nu42SY1.pdf>

Silva, F. R. (1985). *O Porto e o seu termo (1580-1640): os homens, as instituições e o poder* [Dissertação de Mestrado, Faculdade de Letras da Universidade do Porto]. Repositório da Universidade do Porto. <https://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/10885/2/456TD01P000070386.pdf>

Silva, F. R. (2005). Escalas do poder local: das cidades aos campos. In F. T. da Fonseca. (coord.), *O poder local em tempo de Globalização: uma história e um futuro*. (pp. 75-95). Imprensa da Universidade de Coimbra.

Silva, F. R. (2007). Corregedores/ouvidores e correições nos concelhos portugueses (um exemplo setecentista do Condado da Feira). *História – Revista da FLUP*, 8, 421-442. <http://aleph.letras.up.pt/index.php/historia/article/view/3752/3507>

Silva, F. R. (2008). *Foral de Santa Cruz de Riba Tâmega*. Câmara Municipal de Amarante.

Silva, M. S. (2000). *Nobiliário das Gerações de Entre-Douro-e-Minho*. Vol. I. Edições Carvalhos de Basto, Lda.

Sobral, J. M. (1995). Memória e identidades sociais — dados de um estudo de caso num espaço rural. *Análise Social*, XXX(131-132), 289-313. <http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1223379819X4vIL9gj3Be03OZ0.pdf>

Sobral, J. M. (1999). Da casa à nação: passado, memória, identidade. *Etnográfica*, III(1), 71-86. <https://journals.openedition.org/etnografica/2689>

Sousa, F. (1996). A população portuguesa nos inícios do século XIX. *População e Sociedade*, (2), 7-75. <https://www.cepese.pt/portal/pt/populacao-e-sociedade/edicoes/revista-populacao-e-sociedade-no-2/a-populacao-portuguesa-nos-inicios-de-seculo-xix>

Subtil, J. (2005). As relações entre o centro e a periferia no discurso do Desembargo do Paço (sécs. XVII-XVIII). In M. S. da Cunha & T. Fonseca (eds.), *Os Municípios no Portugal Moderno: Dos forais manuelinos às reformas liberais*. (pp. 243-261). Publicações do CIDEHUS, Edições Colibri. <https://books.openedition.org/cidehus/1122>

Villas-Boas, M. (1998). *Os Magalhães: sete séculos de aventura*. Estampa.

Anexos

Anexo 1 — Poderes civis e religiosos em Santa Cruz de Ribatâmega

Freguesia	Concelho(s)	Comarca	Bispado
S. Veríssimo de Amarante	Santa Cruz de Ribatâmega	Guimarães	Braga
S. Pedro de Ataíde	Santa Cruz de Ribatâmega	Guimarães	Porto
S. João de Aião	Santa Cruz de Ribatâmega, Unhão e Felgueiras	Guimarães	Braga
Santa Eulália de Banho	Santa Cruz de Ribatâmega	Guimarães	Braga
S. Pedro de Caíde de Rei	Santa Cruz de Ribatâmega	Guimarães	Braga
S. Romão de Carvalhosa	Santa Cruz de Ribatâmega	Guimarães	Braga
S. Salvador de Castelões de Recezinhos	Santa Cruz de Ribatâmega	Penafiel	Porto
Santa Eulália de Constance	Santa Cruz de Ribatâmega	Penafiel	Porto
Santa Cristina de Figueiró	Santa Cruz de Ribatâmega	Guimarães	Braga
S. Tiago de Figueiró	Santa Cruz de Ribatâmega	Guimarães	Braga
Santa Maria de Fregim	Santa Cruz de Ribatâmega	Guimarães	Braga
Salvador de Freixo de Baixo	Santa Cruz de Ribatâmega e Celorico de Basto	Guimarães	Braga
S. Miguel de Freixo de Cima	Santa Cruz de Ribatâmega e Celorico de Basto	Guimarães	Braga
S. Isidoro de Ribatâmega	Santa Cruz de Ribatâmega	Guimarães	Braga
S. Salvador de Real	Santa Cruz de Ribatâmega	Guimarães	Braga
S. Mamede de Recezinhos	Santa Cruz de Ribatâmega	Penafiel	Porto
S. Martinho de Recezinhos	Santa Cruz de Ribatâmega	Penafiel	Porto
Santa Cristina de Toutosa	Santa Cruz de Ribatâmega	Guimarães	Braga
S. Miguel de Vila Caiz	Santa Cruz de Ribatâmega	Guimarães	Braga
S. Julião de Passos	Santa Cruz de Ribatâmega	Guimarães	Braga
S. João Baptista de Louredo	Santa Cruz de Ribatâmega	Guimarães	Braga
S. Paio de Oliveira	Santa Cruz de Ribatâmega	Penafiel	Braga

Santa Maria de Vilar de Torno	Santa Cruz de Ribatâmega e Unhão	Guimarães	Braga
-------------------------------	----------------------------------	-----------	-------

Anexo 2 — Lugares das freguesias referenciados nas *Memórias Paroquiais*

Freguesia	Lugares Identificados	Lugares não identificados
S. Veríssimo de Amarante	Lugar de Sá; Lugar do Eido; Lugar da Granja; Lugar da Torre; Lugar do Lázaro; Lugar de Outeiro d'Além; Lugar do Pinheiro; Lugar das Golas; Lugar de Outeiro; Raposeira; Marantinho; Casas; Póvoa; Lugar da Devesa	Lugar do Assento; Lugar do Ribeiro; Lugar do Murtuário; Lugar da Ferreira; Monge; Moreleiro; Relas; Pinheiro de Cima; Outeiro de fim da freguesia;
S. Pedro de Ataíde	Ataíde de Baixo; Devesa da Feira; Marmoural; Mato; Vila Boa; Braziela; Devesa; Pinheiro	Agras;
S. João de Aião	Lugar do Assento; Quinta de Vila Nova; Aldeia de Eido; Aldeia de Salvador; Aldeia do Monte Só; Souto	Aldeia do Rando; Ameixieiras;
Santa Eulália de Banho	Lugar da Igreja; Lugar da Torre; Devesa; Outeiro; Barreiro; Pimpinela	--
S. Pedro de Caíde de Rei	Lugar de Barreiros; Pereiras; Sobreira; Lage; Lama Grande; Vila Verde; Mouro; Caíde; Prozelo (Hortozelo); Almeida d'Áquem; Almeida d'Além	--
S. Romão de Carvalhosa	Lugar de Banho; Pias; Bustelo; Bouças; Tremosinho; Searas; Regoufe; Nespereira; Paço D'Áquem; Aldeia	Eido;
S. Salvador de Castelões de Recezinhos	Lugar da Igreja; Frão; Volta da Água; Devesa; Braguez; Ribeiro; Fundo de Vila; Eira Velha; Outeiro; Telhado; Nogueira;	Estremadouro;
Santa Eulália de Constance	Crugeiras; Parapala; Venda Nova; Moinhos; São Mamede; Quintã; Outeiro; Póvoa; Rio de Gata; Soutelo; Fontelas; Igreja	Constance de Além; Constance de Áquem; Sobreira;
Santa Cristina de Figueiró	Outeiro; Vila Nova; Ermida; Benzendros; Cancela; Carreira; Paço;	--

	Fontelo; Eiras; Cimo de Vila; São Romão; Lage	
S. Tiago de Figueiró	Carido; Pousada; Pouca Vila; Lama; Aguela; Paço; Cabeceiras; Bouça; Corredoura; Espadanido; Montinho; Figueira; Outeiro; Cachada; Merouços; Monte; Portela; Raposeira; Infesta; Saúde; Ribeiro; Bairro; Igreja	Sarzadelo; Covelo; Arouca; Pedrinhas; Cruz; Cruzeiro; Fraião; Boavista;
Santa Maria de Fregim	Guimarei; Lugar de Covela; Lugar de Vila Verde; Lugar da Cidreira; Lugar da Boavista; Lugar do Souto; Lugar de Fregim; Lugar do Casal; Lugar de Fijós; Lugar de Cacavelos; Lugar da Pedra	Lugar de Passos;
Salvador de Freixo de Baixo	Sestais; Soutelo; Faia; Belmonte; Corujeira; Pardelhas; Berregas; Coval; Vilar; Corredoura; Sanhoane; Pego; Cabanelas; Alvelos; Assento	Carvalho; Cortecadela;
S. Miguel de Freixo de Cima	Cadafaz; Outeiro; Arrifana; Campelo; Casais; Lagarteira; Boca; Lourido; Terça; Ranhadouro; São Gens; Taipa; Meios	Assento; Ribas; Chãos; Mesão Frio; Quintã; Braga; Guimarães;
Santo Isidoro de Ribatãmega	Lugar da Igreja; Torreira; Quintã; Bairro; Andrães; Poço; Livração; Coura; Bouças; Valbom; Pouedana; Sequeiros; Campo; Casal; Fundo de Vila; Outeiro; Portela; Lameiro	Ribeira; Covas; Vovas; Rueta;
S. Salvador de Real	Freixieiro; Souto Maior; Renza; Salgueirinhos; Poço; Lama; Rua; Carvalho; Souto; Moinhos; Real D'Além; Vila Meã; Ribeira; Salvador	Bouço; Monteinedo; Rossinho; Terça; Monte; Pardieiros; Aldeia Nova;
São Mamede de Recezinhos	Lugar do Souto; Lugar da Portela; Lugar de Coura; Lugar do Reguengo; Lugar da Sevidade; Lugar do Carvalhal; Linhares; Casal; Seixo; Lordelo;	Bafoubes;
S. Martinho de Recezinhos	Lugar da Pedra; Lugar do Casal; Torre; Lugar do Ribeiro; Lugar das Eiras; Lugar do Sargaçal; Lugar do Soutelo; Lugar da Quintã; Leirós; Lugar de Vinhais; Lugar de Rio Bom; Lugar de	Lugar da Vendinha; Lugar do Monte Roço; Carreira; Lugar de Porrinhas; Lugar da Venda e Belo; Lugar de Residência

	Gatão; Lugar da Lavandeira; Lugar de Vilar; Lugar de Casais;	
Santa Cristina de Toutosa	Lugar do Tojal; Quinta do Ribeiro; Feiteira; Tapado de Bapelo; Vinha e Rodas; Muro; Sobreira; Quinta do Olival; Terreiro da Senhora da Livração	Quinta de Repousa;
São Miguel de Vila Caiz	Vila Caiz	--
S. Julião de Passos	--	--
S. João Baptista de Louredo	Nogueiras; Longal; Souto [Pedro] (Soutovedro); Ruibal; Fundo de Vila; Quinta de Paço; Ribeira; Devesa; Outeiro; [Carreira]; [Vedeos]; Cima da Vila	Laranjeira; Cabo;
S. Paio de Oliveira	--	--
Santa Maria de Vilar de Torno	Casais; Cimo de Vila; Mercê; Devesa; Forno; Portela; Torre; Torno; Castanheira	Barral; Vilar; Eido Fonte; Boucinhas; Presa;

Anexo 3 — Padroado/Apresentação das Paróquias

Paróquia	Padroado/Apresentação	Pároco
S. Veríssimo de Amarante	Convento de S. Gonçalo de Amarante (Ordem de S. Domingos)	Cura
S. Pedro de Ataíde	Bispo do Porto ou Mosteiro de Bustelo (Ordem de S. Bento)	Abade
S. João de Aião	Reitor da Comenda de Vila Cova da Lixa	Vigário colado
Santa Eulália de Banho	Abade do Mosteiro de Travanca (Ordem de S. Bento)	Vigário <i>ad nutum</i>
S. Pedro de Caíde de Rei	Conde de Sabugal	Reitor
S. Romão de Carvalhosa	Conventos de S. Gonçalo de Amarante e de S. Domingos de Vila Real	Vigário <i>ad nutum</i>
S. Salvador de Castelões de Recezinhos	Conde de Sabugal	Abade
Santa Eulália de Constance	Bispo do Porto	Abade

Santa Cristina de Figueiró	Arcebispo de Braga	Abade
S. Tiago de Figueiró	Reitor de Salvador da Vila Cova da Lixa	Vigário colado
Santa Maria de Fregim	Comendador da Ordem de Malta	Reitor
Salvador de Freixo de Baixo	Convento de S. Gonçalo de Amarante	Cura
S. Miguel de Freixo de Cima	Convento de S. Gonçalo de Amarante	Cura
S. Isidoro de Ribatâmega	Arcebispo de Braga	Abade
S. Salvador de Real	Arcebispo de Braga e Mosteiro de Travanca	Abade
S. Mamede de Recezinhos	Morgado da Casa de Cavaleiros	Abade
S. Martinho de Recezinhos	Bispo do Porto ou Mosteiro de Bustelo	Abade
Santa Cristina de Toutosa	Arcebispo de Braga	Abade
S. Miguel de Vila Caiz	Condessa de Alva	Abade
S. Julião de Passos	Abade do Mosteiro de Travanca	Cura
S. João Baptista de Louredo	Arcebispo de Braga	Abade
S. Paio de Oliveira	Mosteiro de Santa Ana de Viana do Minho	Vigário
Santa Maria de Vilar de Torno	Arcebispo de Braga	Abade

Anexo 4 — Números aproximados da População

Freguesia/Ano	1706		1732		1758		1801	
	Fogos	Almas	Fogos	Almas	Fogos	Almas	Fogos	Almas
S. Veríssimo de Amarante	500	-	91	314	96	370	96	372
S. Pedro de Ataíde	38	-	-	163	42	181	77	321
S. João de Aião	100	-	83	252	120	430	116	445
Santa Eulália de Banho	30	-	23	74	34	129	35	183
S. Pedro de Caíde de Rei	170	-	-	-	212	710	214	709
S. Romão de Carvalhosa	65	-	55	184	76	229	90	405
S. Salvador de Castelões de Recezinhos	150	-	-	323	115	343	103	442

Santa Eulália de Constance	96	-	-	353	112	356	143	635
Santa Cristina de Figueiró	130	-	124	379	150	-	202	956
S. Tiago de Figueiró	90	-	91	221	-	-	347	1495
Santa Maria de Fregim	76	-	184	556	206	705	226	1585
Salvador de Freixo de Baixo	25	-	88	342	105	413	110	515
S. Miguel de Freixo de Cima	19	-	85	270	112	380	113	469
S. Isidoro de Ribatâmega	112	-	92	267	81	292		
S. Salvador de Real	160	-	142	446	208	558	200	751
S. Mamede de Recezinhos	126	-	-	-	315	-	121	528
S. Martinho de Recezinhos	150	-	-	523	209	583	238	765
Santa Cristina de Toutosa	7	-	20	98	25	100		
S. Miguel de Vila Caiz	200	-	126	352	130	397	121	511
S. Julião de Passos	12	-	17	51	19	57	23	95
S. João Baptista de Louredo	75	-	45	140	50	170	68	312
S. Paio de Oliveira	-	-	68	187	58	187	69	350
Santa Maria de Vilar de Torno	70	-	65	165	71	211	102	301
Total (c.)	2401	0	1399	5660	2546	6801	2814	12145

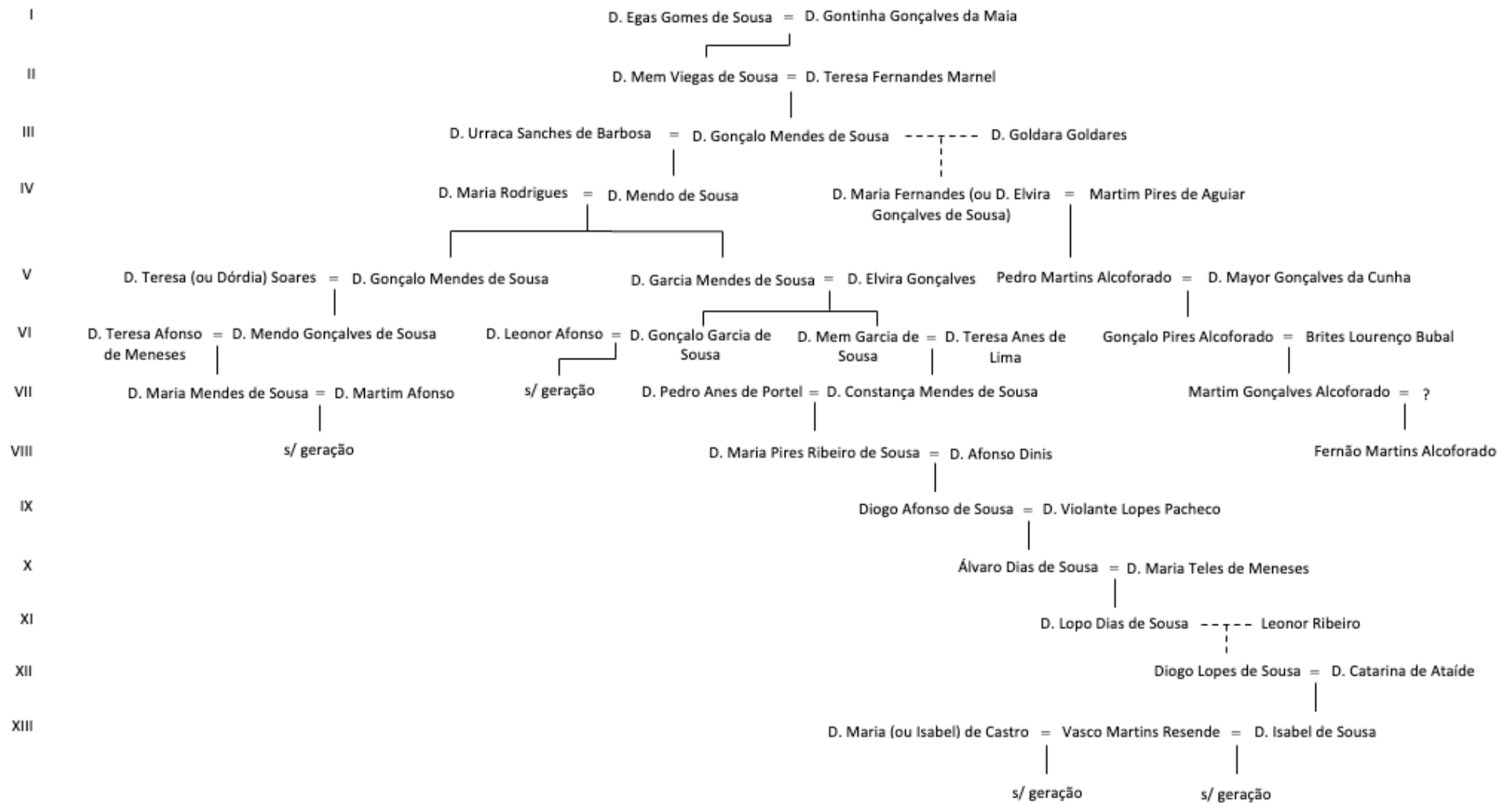
Anexo 5 — Produtos produzidos em cada uma das freguesias (*Memórias Paroquiais*)

Freguesia	Atividade	Produtos
S. Veríssimo de Amarante	<i>Agricultura</i>	Milho graúdo; Milho miúdo; Centeio; Vinho verde; Azeite;
	<i>Pesca</i>	Barbisco; Vogas; Escalos; Trutas; Lampreias (em alguns anos);
S. Pedro de Ataíde	<i>Agricultura</i>	Centeio; Milhão (mais abundância); Milho miúdo; Painço; Vinho verde de enforcado (mais abundância); Legumes miúdos;
	<i>Pesca</i>	N/A
S. João de Aião	<i>Agricultura</i>	Milho grosso (bastante); Milho miúdo (algum); Painço (algum); Centeio; Trigo (pouco); Feijão; Milhão;
	<i>Pesca</i>	Escalos; Trutas; Vogas (algumas); Eirões; Enguias (poucas);
Santa Eulália de Banho	<i>Agricultura</i>	Milho grosso; Centeio; Milho miúdo (pouco); Painço (pouco); Feijão; Vinho verde; Azeite (algum);
	<i>Pesca</i>	N/A
S. Pedro de Caíde de Rei	<i>Agricultura</i>	Centeio; Milho; Feijão; Azeite; Castanha; Landre; Vinho verde; Frutas;
	<i>Pesca</i>	N/A
S. Romão de Carvalhosa	<i>Agricultura</i>	Milhão; Milho branco; Centeio (algum); Vinho verde;
	<i>Pesca</i>	Escalos;
S. Salvador de Castelões de Recezinhos	<i>Agricultura</i>	Milho grosso (maior abundância); Milho miúdo; Centeio; Painço; Vinho (maior abundância); Azeite;
	<i>Pesca</i>	N/A
Santa Eulália de Constance	<i>Agricultura</i>	Vinho e azeite (maior abundância);
	<i>Pesca</i>	Escalos;
Santa Cristina de Figueiró	<i>Agricultura</i>	Milho grosso (mais abundância); Vinho verde de enforcado (mais abundância); Milho miúdo; Centeio; Trigo; Painço; Feijão; Azeite; Frutas;
	<i>Pesca</i>	N/A

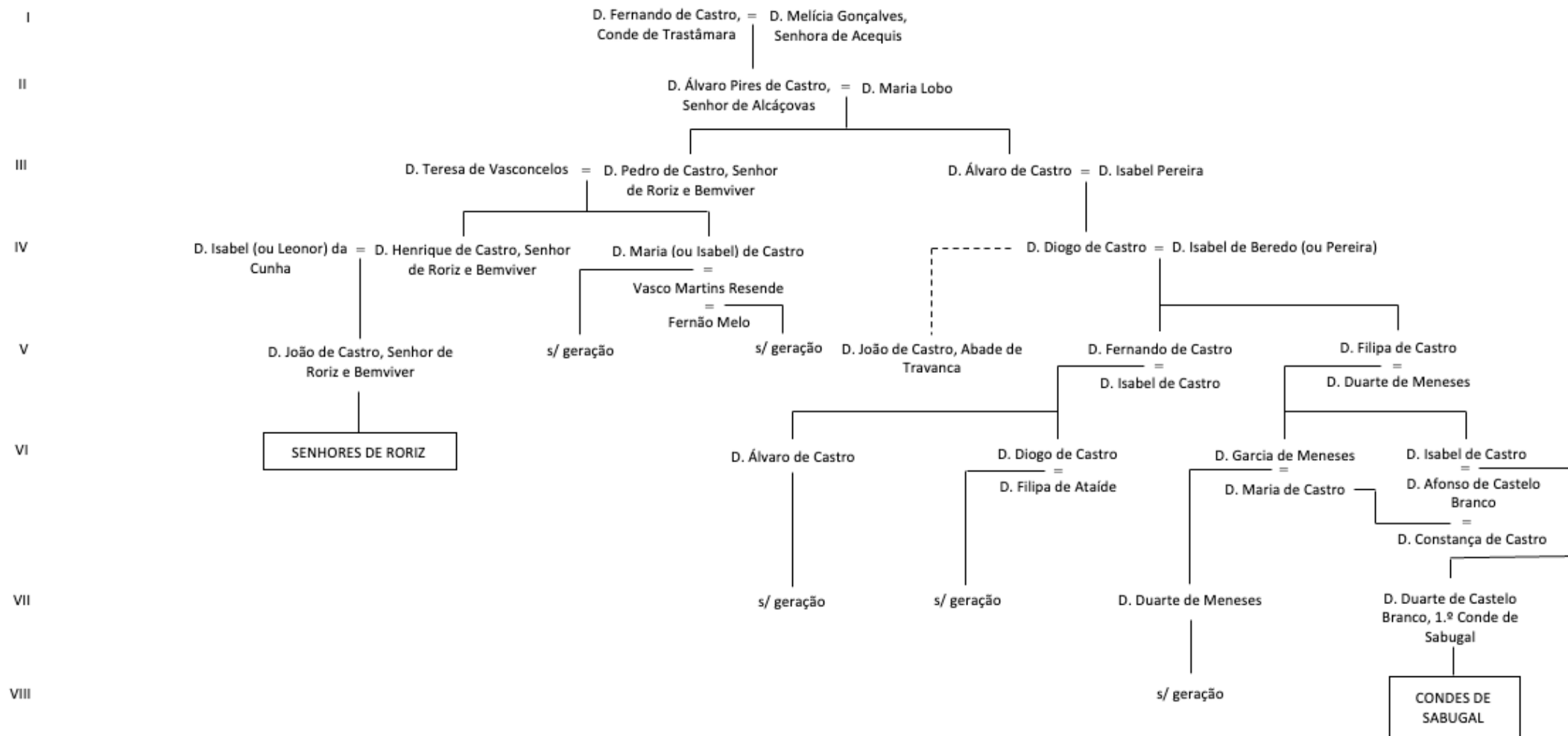
S. Tiago de Figueiró	<i>Agricultura</i>	Milho grosso; Centeio; Milho miúdo; Painço; Feijão; Vinho de enforcado; Trigo (quantidades limitadas)
	<i>Pesca</i>	Escalos (alguns);
Santa Maria de Fregim	<i>Agricultura</i>	Milhão; Centeio; Vinho; Azeite; Milho;
	<i>Pesca</i>	Barbos; Vogas; Trutas (algumas);
Salvador de Freixo de Baixo	<i>Agricultura</i>	Milho alvo; Milhão (mais abundância); Painço; Centeio (mais abundância); Trigo; Cevada; Vinho verde; Azeite (pouco); Castanha; Frutas; Cerejas (bastantes);
	<i>Pesca</i>	N/A
S. Miguel de Freixo de Cima	<i>Agricultura</i>	Trigo (pouco); Centeio (bastante); Milho alvo; Milhão; Painço; Cevada (pouca); Feijão; Vinho verde (bastante); Peras (pouco); Maças (pouco); Figos (pouco); Azeite (pouco); Castanha (pouco); Cerejas (bastantes);
	<i>Pesca</i>	N/A
Santo Isidoro de Ribatâmega	<i>Agricultura</i>	Centeio e milho miúdo (pouco); Vinho; Azeite (bastante, para gasto da terra);
	<i>Pesca</i>	Vogas, Barbos; Lampreias (algumas);
S. Salvador de Real	<i>Agricultura</i>	Milhão; Centeio; Milho grosso (algum); Painço; Trigo (pouco); Vinho verde (bastante); Azeite (Algum);
	<i>Pesca</i>	Escalos;
S. Mamede de Recezinhos	<i>Agricultura</i>	Pão; Vinho; Azeite; Frutas;
	<i>Pesca</i>	N/A
S. Martinho de Recezinhos	<i>Agricultura</i>	Milho graúdo (maior abundância); Milho miúdo; Painço; Centeio;
	<i>Pesca</i>	N/A
Santa Cristina de Toutosa	<i>Agricultura</i>	Vinho verde; Pão; Azeite (bastante);
	<i>Pesca</i>	N/A
S. Julião de Passos	<i>Agricultura</i>	--
	<i>Pesca</i>	--
S. João Baptista de Louredo	<i>Agricultura</i>	Milhão; Vinho verde;
	<i>Pesca</i>	Vogas; Barbos;

S. Paio de Oliveira	<i>Agricultura</i>	--
	<i>Pesca</i>	--
Santa Maria de Vilar de Torno	<i>Agricultura</i>	Milho grosso; Milho miúdo; Painço; Centeio; Feijão; Trigo (pouco); Cevada; Vinho verde (bastante, mas qualidade medíocre); Castanha (alguma); Landre; Fruta de toda a casta;
	<i>Pesca</i>	Barbos; Trutas; Escalos; Vogas; Enguias;

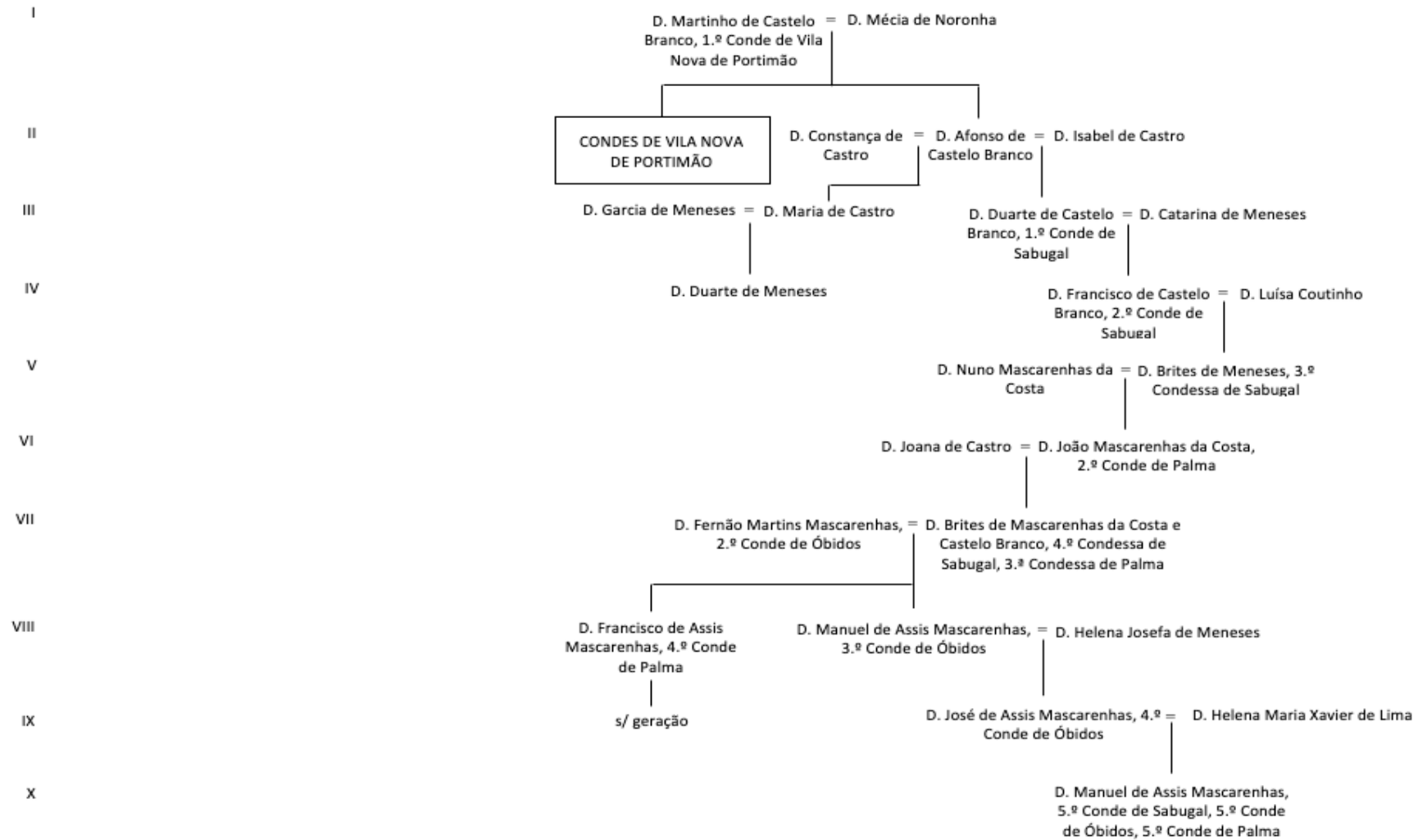
Anexo 6 — Árvore Genealógica da Casa de Sousa



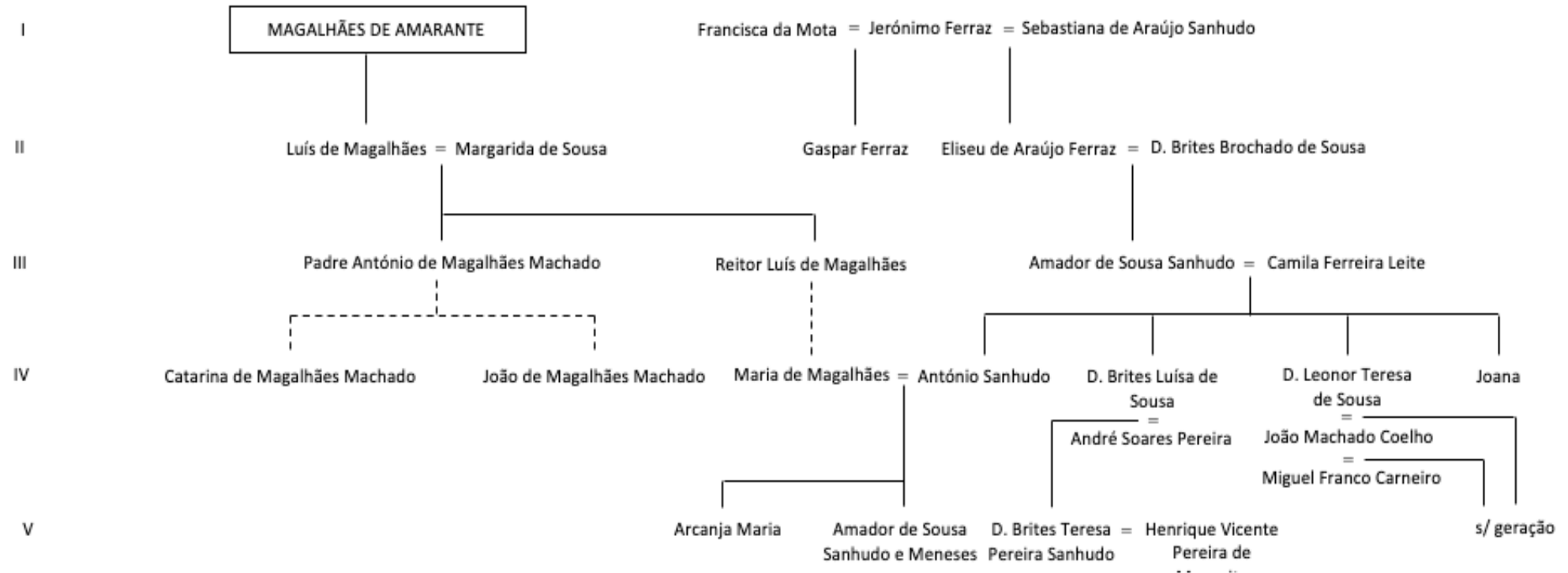
Anexo 7 — Árvore Genealógica da família Castro



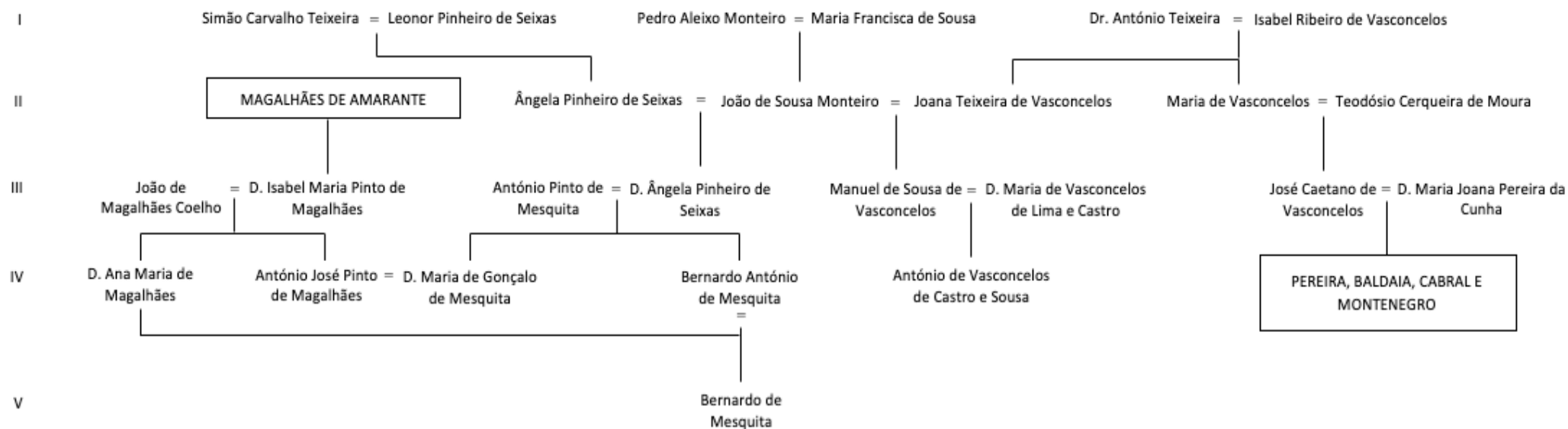
Anexo 8 — Árvore Genealógica da Casa de Sabugal-Palma-Óbidos



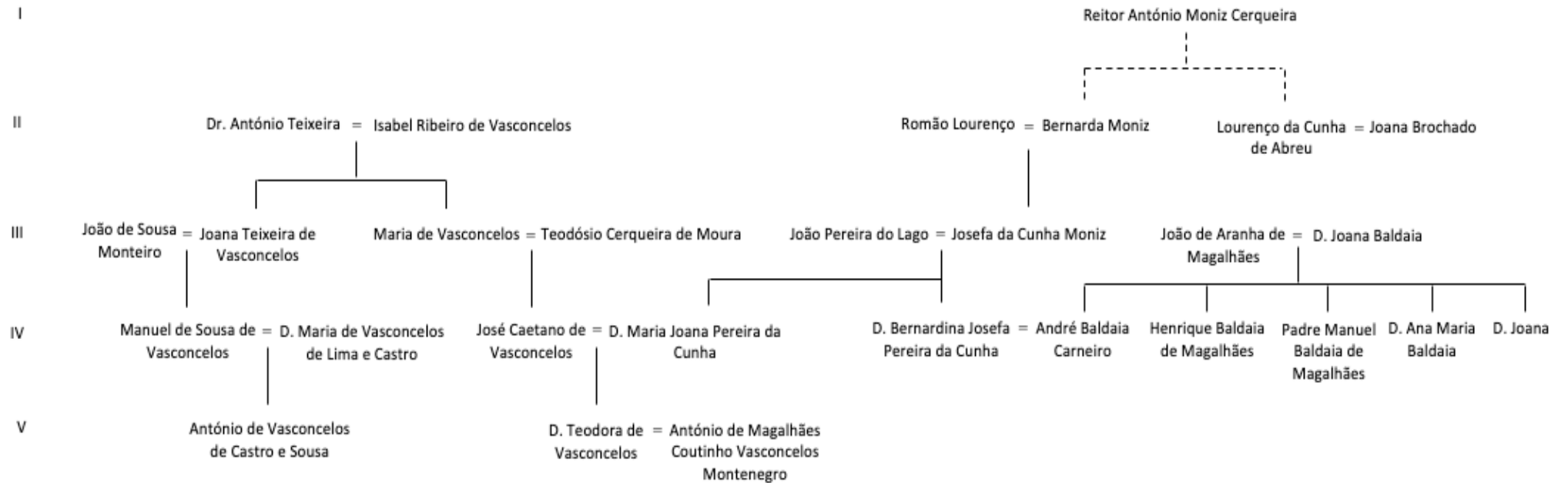
Anexo 9 — Árvore Genealógica da família Sanhudo



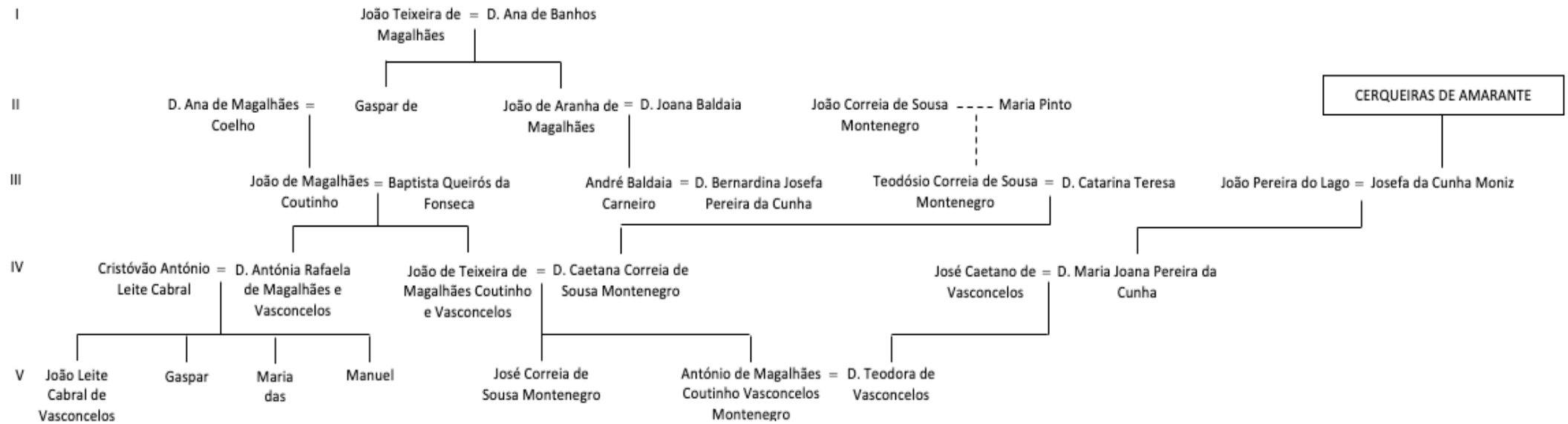
Anexo 10 — Árvore Genealógica da família Vasconcelos



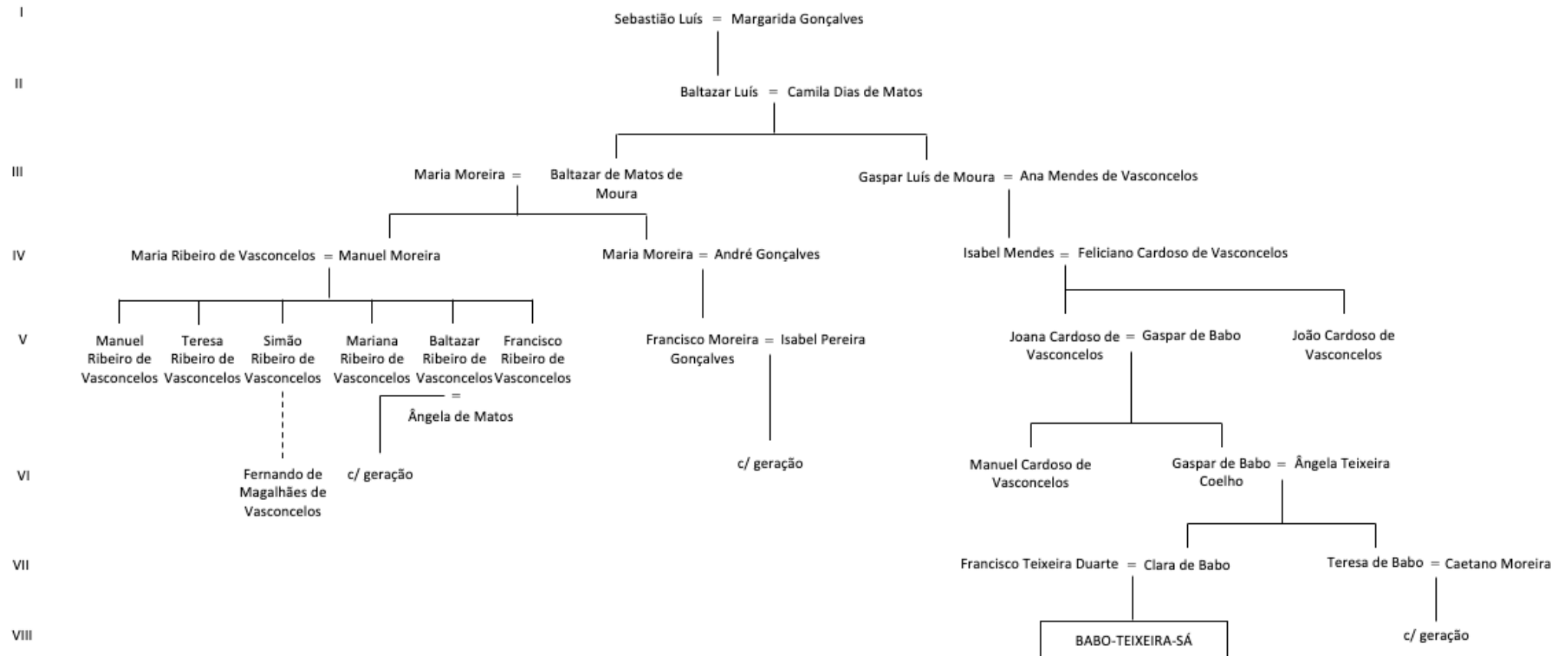
Anexo 11 — Árvore Genealógica das famílias Pereira, Baldaia, Cabral e Montenegro (I)



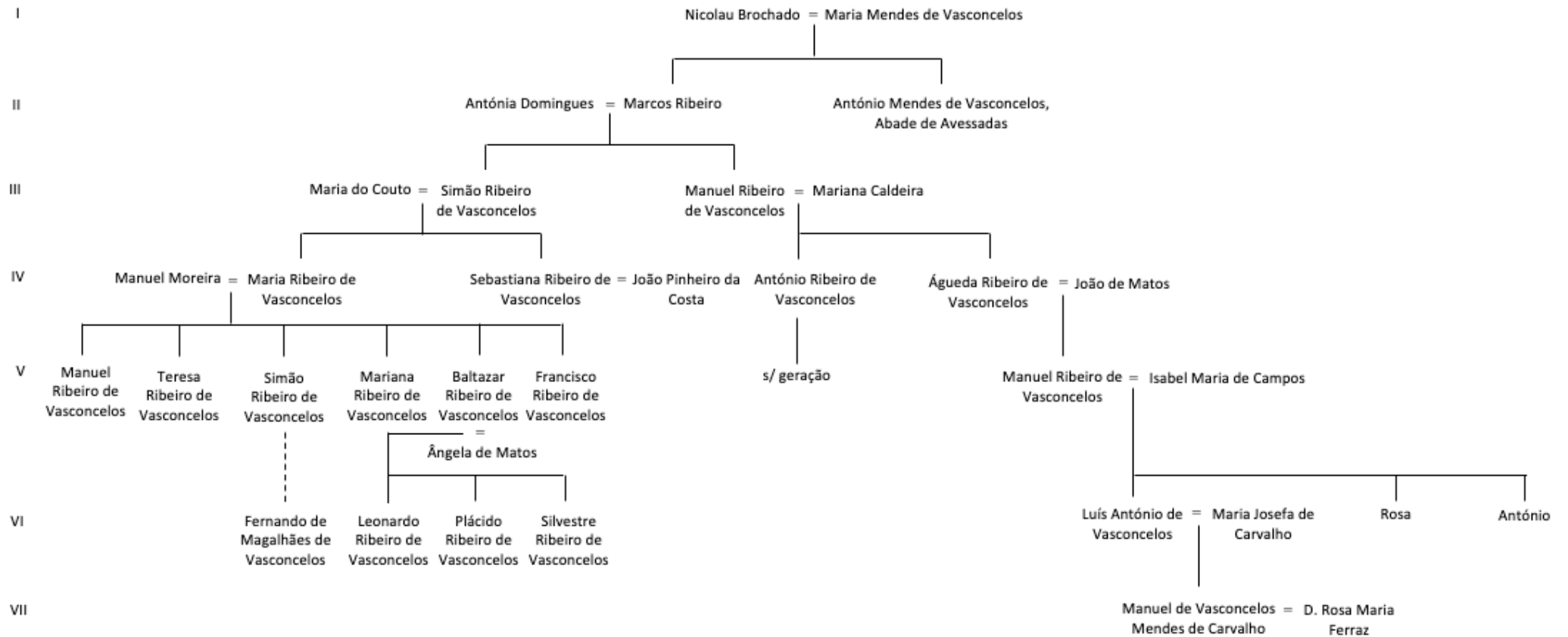
Anexo 12 — Árvore Genealógica das famílias Pereira, Baldaia, Cabral e Montenegro (II)



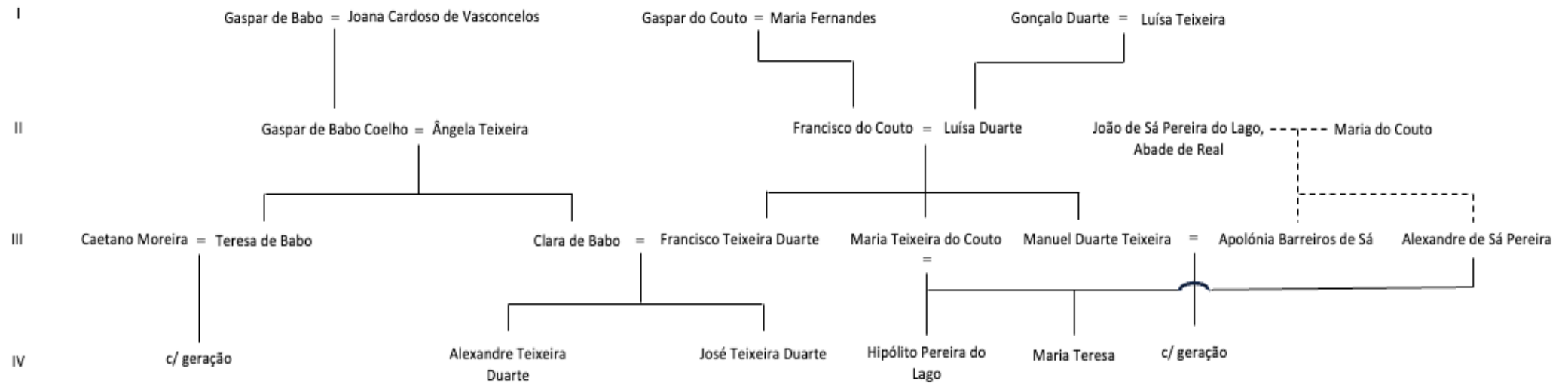
Anexo 13 — Árvore Genealógica da família Ribeiro de Vasconcelos/Moreira/Babo



Anexo 14 — Árvore Genealógica da família Ribeiro de Vasconcelos (com Vasconcelos da Casa do Carvalho)



Anexo 15 — Árvore Genealógica da família Babo-Teixeira-Sá



Anexo 16 — As relações de parentesco espiritual entre os homens da governança em S. Salvador de Real (1710-1730)

Ano	Nome da criança	País	Padrinho(s)	Testemunhas
1710	Mariana	Diogo de Sampaio Maria de Sampaio	José Simões e sua filha Mariana	Gaspar de Babo Coelho Domingos Ribeiro
	Tomás	Manuel Duarte Teixeira Apolónia Barreiros de Sá	Simão Ribeiro de Vasconcelos Mariana Ribeiro de Vasconcelos	Padre João de Sousa Moreira Francisco Cerqueira de Magalhães
	Plácido	Baltasar Ribeiro de Vasconcelos Ângela de Matos	Abade Tomás Pereira do Lago Mariana Ribeiro de Vasconcelos	Simão Ribeiro de Vasconcelos Francisco Cerqueira de Magalhães
1711	Andreia	Francisco Moreira Gonçalves Isabel Pereira	Padre João de Sousa Moreira Mariana (solt.)	Belchior Teixeira Brás do Couto
1712	Henrique	Diogo de Sampaio Maria de Sampaio	Padre Diogo Pinto Aranha e sua mãe Josefa de Matos	Capitão Simão Ribeiro de Vasconcelos João Teixeira
	Ana	António Ribeiro de Vasconcelos Ângela Moreira	Manuel (solt.), filho de Manuel de Matos Ana (solt.), filha de Maria Mendes	Manuel Ribeiro de Vasconcelos Manuel de Matos
1713	Francisco	Francisco Moreira Gonçalves Isabel Pereira	Capitão Simão Moreira de Matos Vitoriana Maria	Simão Ribeiro de Vasconcelos Gonçalo António
	Maria	Manuel dos Reis de Vasconcelos Joana Fernandes	Caetano Carneiro Maria (solt.), filha de Francisco Moreira Gonçalves	Francisco Moreira Gonçalves Domingos da Costa
1714	João	Manuel Duarte Teixeira Apolónia Barreiros de Sá	Padre João Moreira Duarte Maria Teixeira	Alexandre de Sá Pereira Pedro Barreiros
	Joana	Francisco Moreira Gonçalves	António Ribeiro de Vasconcelos	Padre João Moreira da Silva

		Isabel Pereira	Josefa, filha de João Carvalho	Francisco Moreira
1715	Antónia	Belchior Teixeira Brites de Matos	João Machado, Abade de S. Pedro de Ataíde Maria Machado	Padre João Moreira da Silva Alexandre de Sá Pereira
	Ângela	Francisco Teixeira Duarte Clara de Babo	António Ferreira Pinto Mariana Ribeiro de Vasconcelos	Capitão Simão Ribeiro de Vasconcelos Padre Roque Cardoso
	Rosa	Manuel Ribeiro de Vasconcelos Isabel Maria	Manuel de Sousa de Vasconcelos (capitão-mor) Mariana Ribeiro de Vasconcelos	Domingos, criado do Abade de Real Padre Jacinto de Madureira
1717	Antónia	Diogo de Sampaio Maria de Sampaio	Manuel de Babo Magalhães D. Leonor Teresa de Sousa	Capitão Simão Ribeiro de Vasconcelos Manuel Teixeira
1718	António	Manuel Ribeiro de Vasconcelos Isabel Maria	Capitão Simão Ribeiro de Vasconcelos Bernarda, filha de Cristóvão Moreira	Padre João Moreira da Silva José de Matos
	Josefa	João Coelho de Magalhães Maria Coelho	Manuel de Babo Pessanha Josefa Coelho, filha de João Coelho	Francisco Teixeira Duarte Gaspar de Babo Coelho
1719	Ângela	Francisco Teixeira Duarte Clara de Babo	Manuel Pinto de Carvalho Vitoriana Maria, filha do Capitão Simão Moreira de Matos	Manuel Teixeira de Babo Fernando de Magalhães de Vasconcelos
1721	Maria	João Coelho de Magalhães Maria Coelho	Paulo Pinto Doroteia (solt.), filha de João Coelho	Francisco Teixeira Duarte Domingos Ramos
	Mariana Josefa	Caetano Moreira Teresa de Babo	Rev. António de Sousa Mariana Ribeiro de Vasconcelos	Manuel Duarte Teixeira Gaspar de Babo Coelho

1724	Manuel	Francisco Teixeira Duarte Clara de Babo	Gaspar de Babo Coelho Catarina de Babo, viúva	Manuel de Araújo Ribeiro João Coelho de Magalhães
1725	Bernardo	João Coelho de Magalhães Maria Coelho	João (solt.), filho de Gaspar de Babo Coelho Mariana (solt.), filha de João Coelho	Gaspar de Babo Coelho Francisco Teixeira Duarte
1726	Clara	Manuel de Araújo Ribeiro Tomásia Maria de Babo	Rev. Lourenço Ribeiro Maria Cardoso	Padre João Moreira da Silva Francisco Teixeira Duarte
1728	Roque	Manuel de Araújo Ribeiro Tomásia Maria de Babo	João de Magalhães Machado Arcanja Maria, filha de António Sanhudo	Rev. Alexandre Cardoso Rev. Manuel de Araújo Vilas-Boas

Fonte: Arquivo Distrital do Porto — Paróquia de Real, *Registos de Batismos 1704-02-17/1725-12-26* e *Registos de Batismos 1726-04-07/1749-12-01*

Anexo 17 — Ermidas e Padroeiros das freguesias de Santa Cruz de Ribatâmega em 1726 e 1758

<i>Freguesia</i>	<i>Memórias Ressuscitadas de Francisco Craesbeeck (1726)</i>		<i>Memórias Paroquiais de 1758</i>	
	<i>Ermidas/Capelas</i>	<i>Padroado</i>	<i>Ermidas</i>	<i>Padroado</i>
São Veríssimo de Amarante	Capela de Nossa Senhora do Bom Sucesso (Quinta da Granja)	Instituída pelo Padre António de Magalhães Machado (1683)	Ermida da Senhora do Bom Sucesso (Granja)	João de Magalhães
	Capela de Nossa Senhora da Conceição (Quinta do Pinheiro)	Manuel Teixeira de Sousa (Capitão de Infantaria)	Capela da Senhora da Conceição (Pinheiro)	Manuel de Sousa
	Capela de Nossa Senhora da Conceição (Quinta do Pinheiro)	João de Queirós Botelho (Fidalgo da Casa Real)	Capela da Senhora da Conceição (Pinheiro)	João de Queirós
	Capela de S. Francisco Xavier	Marcos Ferreira de Sousa	Capela de S. Lázaro	Misericórdia de Amarante
			Capela de S. Francisco Xavier (Outeiro d'Alem)	Francisco Xavier Ferreira
São Pedro de Ataíde	Capela de Nossa Senhora do Pinheiro	?	Capela e Ermida de Nossa Senhora do Pinheiro	Esmolas das pessoas da terra e da América — tradicionalmente, pertencia à família Ataíde (Casa de Barbosa)
São João de Aião	--	--	Capela da Senhora do Rosário	Manuel Moreira Ferreira
Santa Eulália de Banho	Capela de S. Caetano (Quinta da Torre)	Frei Luís Mendes de Vasconcelos	Capela de S. Caetano (Lugar da Torre)	António de Vasconcelos
São Pedro de Caíde de Rei	Capela de São Brás	?	Ermida de S. Brás (Lugar do Mouro)	Freguesia
	Capela de São Bartolomeu	?	Ermida de Santo António	António Agostinho Vilas Boas de Abreu

	Capela de São Miguel	Manuel Pinto Brandão	Ermida de S. Miguel das Donas (Quinta da Seara)	Luís Manuel Coelho de Calvos
São Romão de Carvalhosa	Capela de Nossa Senhora dos Chãos (Ribeira)	?	Capela da Senhora dos Chãos	Religiosos do convento de S. Gonçalo de Amarante
São Salvador de Castelões de Recezinhos	Capela de São Romão		Capela de S. João Baptista (Quinta de Vila Nova)	Bernardo António Teixeira
	Capela de Nossa Senhora das Neves (lugar de Santa Maria)	?	Capela da Senhora das Neves	Freguesia
	Capela de Vila Meã	João Teixeira de Azevedo	Capela de S. João Baptista	
Santa Eulália de Constance	Capela de Santa Ana (Venda Nova)	?	Ermida de Santa Ana (Venda Nova)	Pároco da freguesia
	Capela de Santo António	Quinta do Paço de Soutelo	Ermida de Santo António (Soutelo)	José António Pinto de Magalhães
	Capela de São João	D. Isabel Maria Pinto de Magalhães	Ermida de S. João Baptista (Quintã)	
Santa Cristina de Figueiró	--	--	s./ ref.	s./ ref.
São Tiago de Figueiró	Capela de S. Miguel-o-Anjo	?	Capela de S. Miguel-o-Anjo	Povo
	Capela de Nossa Senhora da Conceição (lugar de Cerzedelo)	António Paiva Ferraz	Capela da Senhora da Conceição (de dentro)	Manuel Pinto de Paiva Ferraz (morgado)
	Capela de Nossa Senhora da Piedade	Manuel Cardoso Coutinho (morgado)	Capela da Senhora da Piedade	Feliz Coutinho da Cunha (sargento-mor)
	Capela de Nossa Senhora da Conceição (perto da igreja)	?	Capela da Senhora da Conceição (de fora)	Povo
Santa Maria de Fregim	Capela de Nossa Senhora do Souto	?	--	--
	Capela de São Sebastião	?		

	Capela de São Jorge	Demolida		
	Capela de São Miguel o Anjo	Gonçalo Pinto		
	Capela de São Miguel	D. Catarina		
Salvador de Freixo de Baixo	Capela da Nossa Senhora da Ajuda (lugar do Carvalho)	?	Ermida da Senhora da Ajuda (Lugar do Carvalho)	Religiosos do Convento de S. Gonçalo de Amarante
	Capela da Nossa Senhora da Conceição (lugar de Soutelo)	Manuel Pereira Queirós (Fidalgo da Casa Real)	Ermida de S. João (Lugar de Soutelo)	José Teixeira de Queirós
	Capela da Nossa Senhora da Conceição (lugar da Faia)	Paulo Pinto Ferraz	Ermida da Senhora da Conceição (Lugar da Faia)	Gaspar José Pinto Coelho Ferraz
	Capela de Santo António (lugar de Alvelos)	Fernão de Magalhães e Meneses (Fidalgo da Casa Real)	Ermida de Santo António (Lugar de Alvelos)	Teotónio Manuel de Sousa
São Miguel de Freixo de Cima	Capela da Nossa Senhora da Graça (São Gens)	Comendador da Igreja de São Salvador de Vila Cova	Ermida de Nossa Senhora da Graça	Igreja de Vila Cova
Santo Isidoro	Capela de Santo Amaro	?	Capela de Santo Amaro	?
	Capela de São Pedro (lugar de Coura)	?		
São Salvador de Real	Capela de Santo António (lugar do Carvalho)	Instituída por António Mendes de Vasconcelos, Abade de Vessadas (1645)	Capela de Santo António	Luís António de Vasconcelos
	Capela de Santa Comba	Demolida	Capela de Santa Comba	Caetano Luís da Silva
	Capela de S. Tiago e de S. Brás (Real d'Alem)	?	Capela de S. Brás	Fernando de Magalhães de Meneses

	Capela de Nossa Senhora da Luz (lugar do Mato)	?	Capela de Nossa Senhora da Luz	
	Capela de Vila Meã	Manuel Martins de Andrade (brasileiro)	Capela do Menino Deus	Pedro da Silva
	Capela de S. Roque (Ponte da Pedra)	?	Capela de S. Roque	Moradores da freguesia
	Capela de S. Gonçalo (lugar do Salvador)	Demolida	Capela de S. Gonçalo	Manuel Duarte Teixeira
São Mamede de Recezinhos	-	-	Ermida de Santo António, S. Bento e Senhor dos Desamparados (Lugar do Carvalhal)	António Afonso Pereira de Menezes (Cavaleiro da Ordem de Cristo, natural da freguesia)
São Martinho de Recezinhos	Capela de Santo António	José Pinto (lugar de Soutelo)	Ermida de Soutelo	António Pereira Pinto
	Capela da Nossa Senhora da Piedade	Manuel de Bessa (morgado – Arrifana de Sousa)	Capela da Senhora da Piedade	Bernardo de Beça
	Capela de São Caetano	Sebastião José Mendes de Carvalho Pamplona e Meneses (Quinta de Leiroz)	Capela da Senhora do Bom Despacho	Leopoldo Luís de Sousa da Silva Rangel (fidalgo)
	Capela de São José (Quinta de Gatão – Penafiel)	Manuel Alves Pamplona Carneiro (Fidalgo da Casa Real, Morgado de Veire)	Capela de S. João	Manuel de Figueiroa Pinto
			Capela da Senhora das Necessidades	?
Santa Cristina de Toutosa	Capela de Nossa Senhora da Livração	Freguesia		Pároco da freguesia

	Capela privada	Manuel de Sousa Vasconcelos (capitão-mor)	Capela da Nossa Senhora da Livração	
São Julião de Passos	--	--	--	--
São João Baptista de Louredo	--	--	Ermida de S. Miguel (Quinta do Paço)	D. Micaela da Silveira (viúva de Francisco da Silveira Pinheiro)
			Ermida de Santa Cruz	Câmara Municipal
São Paio de Oliveira	Capela de Nossa Senhora da Guia (lugar da Torre)	?	s/ ref.	s/ ref.
	Capela de Nossa Senhora do Amparo	D. Maria Joana Osório de Vasconcelos		
Santa Maria de Vilar	--	--	--	--
Santa Maria de Vilar de Torno	--	--	--	--



Fotografia 4 — Antigos Paços do Concelho de Santa Cruz de Ribatãmega em Vila Meã, Amarante. Atualmente alberga o Pólo de Vila Meã da Biblioteca Municipal Albano Sardoeira. Fotografia da autora



Fotografia 5 — Igreja Velha de Real, em Vila Meã, Amarante. Fotografia da autora.



Fotografia 6 — Brasão de armas pintado no teto da Capela de São Brás, em Vila Meã, Amarante. Fotografia da autora.



Fotografia 10 — Portão da Casa da Granja, na UF Amarante (São Gonçalo), Madalena, Cepelos e Gatão, em Amarante. Fotografia da autora.



Fotografia 9 — Capela de São Sebastião, em Fregim, Amarante. Fotografia da autora.



Fotografia 7 — Capela de Santa Cruz em Louredo, Amarante. Fotografia da autora.



Fotografia 8 — Capela de São Lázaro, na UF Amarante (São Gonçalo), Madalena, Cepelos e Gatão, em Amarante. Fotografia da autora.